

Simone Dill Azeredo Bolze

**TÁTICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS CONJUGAIS E
PARENTAIS:
UMA PERSPECTIVA DA TRANSMISSÃO
INTERGERACIONAL**

Tese submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau
de Doutor em Psicologia
Orientador: Prof. Dra. Maria
Aparecida Crepaldi
Coorientador: Prof. Dr. Marc
Bigras

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bolze, Simone Dill Azeredo
Táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais:
: Uma perspectiva da transmissão intergeracional / Simone
Dill Azeredo Bolze ; orientadora, Maria Aparecida Crepaldi
; coorientadora, Marc Bigras. - Florianópolis, SC, 2016.
165 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências


1. Psicologia. 2. Relações Conjugais. 3. Relações Pais
Criança. 4. Conflito Conjugal. 5. Transmissão
Intergeneracional. I. Crepaldi, Maria Aparecida. II. Bigras,
Marc. III. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

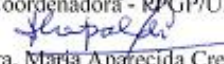
Simone Dill Azeredo Bolze

Táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais: uma perspectiva da transmissão intergeracional

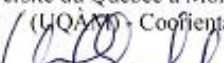
Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 16 de Dezembro de 2016.

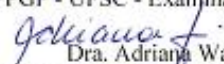

Dra. Carmen Leontina Ojeda Picampo Moré
(Coordenadora - PPGP/UFSC)

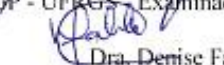

Dra. Maria Aparecida Crepaldi
(PPGP - UFSC - Orientadora)

Dr. Marc Bigras
(Département de Psychologie da Université du Québec à Montréal
(UQAM) - Coorientador)


Dra. Carmen Leontina Ojeda Picampo Moré
(PPGP - UFSC - Examinadora)


Dr. Mauro Luis Vieira
(PPGP - UFSC - Examinador)


Dra. Adriana Wagner
(PPGP - UFRGS - Examinadora)


Dra. Demise Falcke
(PPG - Unisinos - Examinadora)

Dra. Andréia Isabel Giacomozzi
(PPGP - UFSC - Suplente)

Dra. Gimol Benzaquen Perosa
(UNESP - Botucatu - Suplente)

Dedico este trabalho aos meus amores:
Maurício, Arthur e Diego!
É por vocês que faço tudo isso.

AGRADECIMENTOS

O Doutorado foi um sonho, um projeto de vida, cuja realização só foi possível porque eu tive no meu caminho pessoas que me ajudaram para que eu chegasse aqui. A vocês, meu reconhecimento e gratidão.

À professora Dra. Maria Aparecida Crepaldi, por ser muito mais que uma orientadora. Obrigada pelo acolhimento, nos momentos de angústia e incerteza, pelos ensinamentos, pelo incentivo e pela confiança.

Ao professor Dr. Marc Bigras, pela receptividade no estágio no Canadá e pelas orientações com a etapa quantitativa do projeto.

Ao professor Dr. Mauro Luís Vieira, pela parceria em muitos trabalhos, por problematizar minhas questões e me ajudar a pensar.

À professora Dra. Carmem Moré, pelo acolhimento sensível e por me introduzir no mundo da pesquisa qualitativa.

À colega e amiga, professora Dra. Elisagenla Böing, pela companhia, disponibilidade, presença e ausência. A sua ajuda foi imprescindível para a conclusão deste trabalho.

Às amigas queridas que me acompanham desde o mestrado, Carina Nunes Bossardi, Lauren Beltrão Gomes e Beatriz Schmidt. A pós-graduação foi muito mais do que uma formação acadêmica, em virtude da parceria e amizade de vocês!

Às colegas Scheila Krenkel, Rovana Kinas Bueno e Priscila Gasperin, por todas as contribuições e, especialmente, pelo auxílio com a análise qualitativa.

Às colegas do grupo de pesquisa, Joyce, Ana Paula, Cigala, Fernanda, Fátima e Mariana: sou grata pela disponibilidade, companhia e pelas discussões profícuas.

À amiga e colega Suzanne Pelland, por me acolher tão bem na *Université du Québec à Montréal*, por me apresentar à cultura *québécoise*. *Je vous remercie!*

À Erickson Kaszubowski, pelas orientações com os cálculos estatísticos.

Às famílias participantes do estudo: obrigada por abrirem, por duas vezes, as portas de suas casas e de suas vidas para contribuir com minha formação e com o aprimoramento do conhecimento científico.

Às escolas parceiras do projeto: agradeço a receptividade e disponibilidade.

À CAPES, pelas bolsas *DS* e *PDSE*, que propiciaram o desenvolvimento pleno da minha formação, bem como a realização do

presente projeto de pesquisa.

Às equipes docentes do NDI, Flor do Campus e Colégio Logosófico: obrigada por cuidarem tão bem dos meus filhos. Um agradecimento especial à direção do Colégio Logosófico, pela cedência do espaço físico para que eu pudesse trabalhar na tese.

À Marcia Costa, por ser uma mãe para os meus filhos, quando eu não pude estar presente.

A minha família ampliada: aos meus pais, José Carlos Garcia de Azeredo e Ilânia Dill, por terem sempre priorizado o meu acesso à educação. À minha mãe, em especial, pela parceria na empreitada no Canadá. Aos meus sogros, irmãos, cunhados e cunhadas.

Ao Maurício, meu marido, pelo amor, investimento, confiança, abdição, serenidade e compreensão. Você foi quem tornou a realização deste sonho possível!

Aos meus filhos, Arthur e Diego, que crescem lindos e fortes em meio à sopa de letrinhas da mamãe. Meus amados cientistas, que vocês nunca percam os olhares curiosos e as posturas investigativas. Lembrem-se de que o conhecimento amplia a vida e que, enquanto vocês tiverem acesso a ele, vocês nunca estarão sozinhos.

A Deus, por me iluminar, guiar, proteger, me dar força e coragem. Obrigada por tantas bênçãos e por me fazer Te sentir sempre presente em minha vida.

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi caracterizar táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais, usadas por casais heteroaletivos e por mães e pais de crianças entre quatro e seis anos, a partir da perspectiva da transmissão intergeracional. A pesquisa teve como base epistemológica o pensamento sistêmico e se ancorou em teorias dos sistemas familiares e desenvolvimentais. Trata-se de um estudo transversal, exploratório, descritivo e correlacional, o qual foi realizado dentro do enfoque de método misto, através do modelo de duas etapas, e delineado pelo desenho explicativo sequencial. A primeira etapa, de caráter quantitativo, contou com a participação de 150 casais que responderam aos seguintes instrumentos: Questionário Sociodemográfico, *Revised Conflict Tactics Scales* (CTS2) e *Parent-Child Conflict Tactics Scales* (CTSPC). Nesta etapa, foram conduzidas análises descritivas e correlacionais, variadas e multivariadas. A segunda etapa, de abordagem qualitativa, teve a participação de 12 casais integrantes da primeira etapa, os quais responderam à entrevista semiestruturada. Os dados da segunda etapa foram analisados por meio de análise categorial temática. Os resultados das duas etapas do estudo são apresentados no formato de três artigos científicos. O *Artigo 1* sugere que o clima emocional que emerge das interações conflituvas conjugais extravasa, afetando as relações parentais. *Artigo 2* aponta para o uso tanto de táticas construtivas quanto destrutivas para resolução de conflitos conjugais e parentais. *Artigo 3* indica continuidades e descontinuidades na transmissão intergeracional de modelos relacionais e de táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais. Os três estudos integrados apontam para o uso de táticas construtivas e destrutivas de resolução de conflitos entre os subsistemas conjugal e parental, inclusive no que concerne às influências das famílias de origem. Ressalta-se que os resultados da pesquisa sugerem que o clima emocional tenso que emerge dos conflitos conjugais transborda para a relação pais-criança. Destaca-se que os resultados do presente estudo podem contribuir para que profissionais que atuam junto às famílias possam planejar projetos de intervenção que visem ao incremento de táticas construtivas de resolução de conflitos, de modo a favorecer o melhor funcionamento das relações conjugais e parentais.

Palavras-chave: Relações Conjugais. Relações Pais-Criança. Conflito Conjugal. Resolução de Conflitos. Transmissão Intergeracional

ABSTRACT

The objective of the present study was to characterize marital and parental conflict resolution tactics used by the hetero-affective couples and by mothers and fathers of children between four to six years old, from the perspective of intergenerational transmission. The epistemological base of the research was the systemic thinking and it was anchored in family systems and developmental theories. This is a cross-sectional, exploratory, descriptive and correlational study, which was carried out within the mixed method approach, through the two-step model, and delineated by the sequential explanatory design. The first step, quantitative, had the participation of 150 couples who responded to the following instruments: Sociodemographic Questionnaire, Revised Conflict Tactics Scales (CTS2) and Parent-Child Conflict Tactics Scales (CTSPC). At this stage, descriptive and correlational, varied and multivariate analyzes were conducted. The second stage, with a qualitative approach, had the participation of 12 couples who were part of the first stage, who responded to a semi-structured interview. Data from the second stage were analyzed through thematic categorical analysis. The results of the two stages of the study are presented in the format of three scientific articles. *Article 1* suggests that the emotional atmosphere that emerges from the marital conflictive interactions spills over, affecting parental relationships. *Article 2* points to the use of both constructive and destructive tactics to resolve marital and parental conflicts. *Article 3* indicates continuities and discontinuities in the intergenerational transmission of relational models and of marital and parental conflict resolution tactics. The three integrated studies point to the use of constructive and destructive conflict resolution tactics in the conjugal and parental subsystems, including the influences of the families of origin. It is noteworthy that the results of the research suggest that the tense emotional climate that emerges from marital conflicts spills over into the parent-child relationship. It should be emphasized that the results of the present study may contribute so that professionals who work with families can plan intervention projects aimed at increasing the constructive tactics of conflict resolution in order to favor the better functioning of conjugal and parental parent-child relationships.

Keywords: Marital Relations. Parent-Child Relationships. Marital conflict. Conflict Resolution. Intergenerational Transmission.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CEPSH / UFSC - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina
CTS2 - *Revised Conflict Tactics Scales*
CTSPC - *Parent-Child Conflict Tactics Scale*
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEI - Instituição de Educação Infantil
LABSFAC - Laboratório de Pesquisa em Saúde, Família e Comunidade
NEPeDI - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento Infantil
SPSS - *Statistical Package for Social Sciences*
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIV – Projeto de pesquisa intitulado *A transmissão intergeracional da violência: a relação do conflito conjugal e parental com a agressividade entre pares de crianças de 4 a 6 anos de idade*
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UdeM - Université de Montréal
UQAM - Université du Québec à Montréal

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa conceitual da pesquisa com base nos seus pressupostos	30
Figura 2 - Esquema do desenho explicativo sequencial (DEXPLIS)...	50
Figura 3 - Etapas do procedimento de coleta de dados	57
Figura 4 – Equação do cálculo de concordância com juízes	66
Figura 5 – Descrição dos objetivos, amostra, instrumentos e tipos de análise que foram realizados durante a pesquisa.	67
Figura 6 - Gráfico das porcentagens de ocorrência de táticas de resolução de conflitos conjugais durante o último ano.....	77
Figura 7 - Gráfico das porcentagens de ocorrência de táticas de resolução de conflitos parentais durante o último ano.	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo de Caracterização Sociodemográficas dos Participantes da Etapa 1	73
Tabela 2 - Porcentagem de Jornada de Trabalho dos Participantes da Etapa 1	75
Tabela 3 - Médias e Desvios-Padrão das Escalas do CTS2 Feminino e Masculino.....	76
Tabela 4 - Médias e Desvios-Padrão das Escalas do CTSPC Materno e Paterno	78
Tabela 5 - Caracterização Sociodemográfica dos Participantes da Etapa 2.....	81
Tabela 6 - Sistema de Categorias das Características e das Táticas de Resolução de Conflitos Conjugais e Parentais em Famílias com Crianças.....	84
Tabela 7 - Sistema de Categorias de Concepções sobre Continuidades e Descontinuidades na Transmissão Intergeracional de Modelos Relacionais e de Táticas de Resolução de Conflitos Conjugais e Parentais	90

APRESENTAÇÃO

A história do presente trabalho começou com a minha entrada no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC, ocorrida em 2009. Antes de fazer o exame de seleção, eu estudei o histórico e a estrutura do Programa e optei, naquela ocasião, por inscrever-me na área intitulada *Processos Psicossociais, Saúde e Desenvolvimento Psicológico*, dado meu interesse em estudar aspectos do desenvolvimento familiar que são promotores de saúde para os membros da família. Eu também escolhi, antecipadamente, a linha de pesquisa denominada *Saúde, Família e Desenvolvimento Psicológico*, pois essa se caracterizava por investigar questões como as transições no ciclo vital e suas relações com a saúde de crianças, famílias e comunidades.

Após ter sido aprovada no processo seletivo de Mestrado, ingressei no Laboratório de Pesquisa em Psicologia da Saúde, Família e Comunidade (LABSFAC), o qual tem o intuito de produzir conhecimento nas áreas da Psicologia da Saúde, Desenvolvimento da Família e Psicologia Hospitalar. O LABSFAC tem como objetivo central a produção do conhecimento contextualizado, com vistas à promoção da saúde e à melhoria da qualidade de vida das pessoas. O laboratório possui várias linhas e projetos de pesquisa e extensão nos quais atuam professores, mestrandos, doutorandos e alunos de graduação.

Ao iniciar minhas atividades acadêmicas do Mestrado e LABSFAC, fui convidada por minha orientadora, a professora Dra. Maria Aparecida Crepaldi, a integrar um novo projeto de pesquisa que estava sendo instituído em parceria com um grupo de estudos canadense da Université du Québec à Montréal (UQAM) e da Université de Montréal (UdeM). O projeto é intitulado *A transmissão intergeracional da violência: a relação do conflito conjugal e parental com a agressividade entre pares de crianças de 4 a 6 anos de idade (TIV)* e esse tinha por objetivo estabelecer um elo entre três formas de violência familiar, quais sejam, a violência conjugal, a violência parental e a agressividade em crianças entre si, propondo um modelo de transmissão intergeracional das estratégias de gestão de conflitos.

Assim, iniciou-se uma série de reuniões para a tradução do projeto, adequações dos instrumentos de medida que seriam utilizados na coleta de dados e treinamentos para sua aplicação no Brasil. Naquela época, o professor Dr. Mauro Luís Vieira, do Núcleo de Estudo e

Pesquisa em Desenvolvimento Infantil (NEPeDI) passou também a integrar e colaborar com o grupo de pesquisa do TIV. No final de 2009, um dos professores responsável pelo projeto no Canadá, Dr. Marc Bigras, esteve na UFSC e auxiliou o grupo brasileiro na implantação do projeto e nas orientações de dissertações de Mestrado que dele se originaram. Inicialmente, o projeto contou com quatro mestrandas que se propuseram a investigar diferentes aspectos abarcados pelo estudo maior.

Dentre as várias pesquisas de dissertações de Mestrado que se originaram do TIV, o meu trabalho objetivou caracterizar a relação entre engajamento paterno e conflito conjugal (Bolze, 2011). Os resultados desse estudo, de natureza quantitativa, mostraram que a maioria dos casais considerava ter uma relação conjugal harmônica com uso de estratégias de negociação. Os dados indicavam que, de acordo com a percepção materna, o conflito entre pai e mãe e na presença da criança parecia prejudicar, principalmente, duas dimensões do engajamento paterno que são disciplina e cuidados básicos. Os resultados apontavam que o engajamento paterno estava ligado a comportamentos maternos.

Ao finalizar minha dissertação, considerei que uma das limitações de meu trabalho foi a falta de um aprofundamento dos aspectos intergeracionais do pai, ou seja, sua relação com família de origem, bem como compreender melhor a sua relação com a esposa e filho(a) no que tange às táticas utilizadas por eles na resolução de conflitos. Assim, eu aponte a possibilidade de ampliar a pesquisa quantitativa, aumentando a amostra e incluindo um instrumento que investigasse as táticas de resolução de conflitos com a criança. Além disso, eu também assinalo a necessidade de complementar a investigação através da inclusão de abordagem qualitativa, que se propusesse a compreender aspectos que os questionários fechados não explicavam, promovendo, desse modo, um melhor entendimento das táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais.

Por essas razões, eu decidi ingressar no curso de Doutorado para dar prosseguimento a minha pesquisa e investigar táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais, usadas pelo casal e entre pais-criança, a partir de uma perspectiva da transmissão intergeracional, temática que será apresentada e discutida ao longo da presente tese, principalmente por meio de três artigos originários do estudo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
1.1 OBJETIVOS	27
1.1.1 Objetivo Geral	27
1.1.2 Objetivos Específicos	27
1.2 PRESSUPOSTOS	27
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	31
2.1 O PENSAMENTO SISTÊMICO COMO BASE EPISTEMOLÓGICA	31
2.2 MODELO ESTRUTURAL DO FUNCIONAMENTO FAMILIAR	32
2.3 MODELO DO CICLO DE VIDA FAMILIAR	36
2.4 CONFLITOS NO SUBSISTEMA CONJUGAL.....	37
2.5 CONFLITOS NO SUBSISTEMA PARENTAL	39
2.6 TÁTICAS CONSTRUTIVAS E DESTRUTIVAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	42
2.7 EFEITO <i>SPILLOVER</i>	44
2.8 TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL.....	45
3 MÉTODO	49
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	49
3.2 CONTEXTOS.....	50
3.3 PARTICIPANTES.....	51
3.3.1 Participantes da Etapa 1	51
3.3.2 Participantes da Etapa 2	51
3.4 INSTRUMENTOS.....	52
3.4.1 Instrumentos da Etapa 1	52
3.4.2 Instrumentos da Etapa 2	56
3.5 PROCEDIMENTOS.....	56
3.5.1 Procedimentos de preparação para a coleta de dados	57
3.5.2 Procedimentos para recrutamento e seleção da amostra	59
3.5.3 Procedimentos para a coleta de dados propriamente dita	60
3.5.4 Procedimentos para análise de dados	63
3.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	68
4 RESULTADOS	71
4.1 SÍNTESE DOS RESULTADOS DA ETAPA 1	71
4.1.1 Caracterização sociodemográfica dos participantes	

da Etapa 1	71
4.1.2 Táticas de resolução de conflitos conjugais.....	76
4.1.3. Táticas de resolução de conflitos parentais	77
4.2 SÍNTESE DOS RESULTADOS DA ETAPA 2.....	79
4.2.1 Caracterização sociodemográfica e de aspectos da história da família de origem dos participantes da Etapa 2.....	79
4.2.2 Características e as táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais em famílias com crianças	83
4.2.3 Concepções sobre continuidades e descontinuidades na transmissão intergeracional de modelos relacionais e de táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais.....	88
4.3 RESUMO DO ARTIGO 1	95
4.4 RESUMO DO ARTIGO 2.....	97
4.4 RESUMO DO ARTIGO 3.....	99
5 DISCUSSÃO INTEGRADA	101
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICES	129
APÊNDICE A – Entrevista Semiestruturada	129
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Etapa 1	131
APÊNDICE C – Autorização Institucional	132
APÊNDICE D – Carta-Convite.....	133
APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Etapa 2.....	134
ANEXOS.....	137
ANEXO A – Questionário Sociodemográfico	137
ANEXO B – CTS2	143
ANEXO C - CTSPC	153
ANEXO D – Certificado do Comitê de Ética	163
ANEXO E - Parecer Consubstanciado do CEP	164

1 INTRODUÇÃO

O conflito é considerado inerente a todos os relacionamentos humanos, ou seja, é um fenômeno característico da vida e que pode resultar em novas oportunidades e transformações aos envolvidos (Bolze, Schmidt, Crepaldi, & Vieira, 2011; Müller, 2007; Straus, 1979). Nesse sentido, a probabilidade de conflitos é maior dentro da família, porque, ao contrário de outros grupos, as atividades e os interesses de seus membros são abrangentes e diversificados. O conflito no relacionamento familiar é condição necessária para assegurar o seu funcionamento contínuo, sendo que as tentativas de suprimi-lo podem resultar no colapso de uma família, quer através da sua incapacidade de se adaptar às novas condições, quer pelo aumento da hostilidade, o que pode fazer com que as relações entre os membros do grupo tornem-se menos solidárias (Straus & Hotaling, 1980).

Os processos que envolvem os conflitos influenciam todo o sistema familiar (Cummings, Goeke-Morey, & Papp, 2016). Os conflitos do subsistema conjugal (casal) influenciam as relações com o subsistema parental (pais-criança) de forma positiva ou negativa (Bergman, Cummings, & Warmuth, 2016). De modo geral, o que importa não é a ocorrência de conflitos, mas as formas de manejá-los e terminá-los, ou seja, as táticas utilizadas para sua resolução (Bergman et al., 2016). Assim, do ponto de vista das repercussões dos conflitos conjugais para os membros da família, esses podem ser classificados em duas dimensões: construtivos e destrutivos (Cummings & Davies, 2002, 2010).

Conflitos conjugais construtivos abarcam táticas de resolução de conflitos bem-sucedidas, progressos no sentido da solução dos problemas, respeito mútuo, explicações sobre como os conflitos foram resolvidos e percepções positivas de conflitos não resolvidos. De modo oposto, conflitos identificados como destrutivos incluem táticas de agressão ou violência física entre os membros do casal, hostilidade verbal e não verbal, retirada abrupta durante a interação conflitiva causando a obstrução desta, ameaças à estabilidade da família (por exemplo, um dos cônjuges dizer que vai se separar ou sair de casa) e brigas sobre temas relacionados à criança (Bergman et al., 2016; Cummings & Davies, 2002, 2010).

Conflitos conjugais destrutivos ou hostis impactam nas práticas parentais, particularmente, pela baixa disponibilidade emocional, baixo envolvimento dos pais com relação à criança e na imposição da

disciplina ineficiente (Krishnakumar & Buehler, 2000). No que diz respeito à disciplina, especificamente, pais que vivenciam hostilidade ou agressão conjugal costumam obter controle do comportamento dos filhos através de disciplina severa, permeada por punições verbais ou físicas tais como gritos, ameaças, surras, palmadas e empurrões (Krishnakumar & Buehler, 2000). Desse modo, os conflitos conjugais estão associados a práticas parentais negativas, caracterizadas por táticas de disciplina punitiva ou ineficiente, incluindo agressão psicológica (Buehler & Gerard, 2002; Coln, Jordan, & Mercer, 2013; Gerard, Krishnakumar, & Buehler, 2006; Liu & Wang, 2015). Assim, pode-se dizer que os conflitos entre o subsistema conjugal extravasam para o subsistema parental.

Esse extravasamento dos conflitos entre o casal para a relação pais-criança está relacionado à acepção da *hipótese* ou *efeito spillover*¹, a qual propôs que relações conjugais entre pais e filhos são altamente relacionadas e influenciam uma a outra (Erel & Burman, 1995). Especificamente, a relação conjugal percebida como positiva e de qualidade pode ser associada a uma relação pais-filhos positiva e de qualidade, enquanto a relação conjugal negativa pode ser associada com relacionamento negativo entre pais-crianças. Assim, conflitos entre o casal tendem a transbordar, visto que as práticas utilizadas pelos cônjuges com os filhos são influenciadas pela vivência da conjugalidade, podendo resultar em disfunção nas interações dos pais com a prole (Hameister, Grzybowski, & Wagner, 2015).

Cabe ressaltar que a criança aprende a negociar conflitos com a família que se configura como primeiro ambiente social do qual ela participa, com quem ela conhece regras e modos de se relacionar com os outros (Feldman, Masalha, & Derdikman-Eiron, 2010). Dessa maneira, as táticas que os pais utilizam para resolver seus conflitos influenciam nas táticas que a criança usará para solucionar seus conflitos com os próprios pais, irmãos e pares (Gerard et al., 2006), bem como com seus relacionamentos íntimos, quando adulta (Hare, Miga, & Allen, 2009). Destaca-se que as formas como os casais lidam com os conflitos conjugais têm uma influência estável na *performance* parental (Gerard et al., 2006) e tendem a ser reproduzidos de uma geração para a outra (Cui, Durtschi, Donnellan, Lorenz, & Conger, 2010; Kim, Pears, Capaldi, & Owen, 2009; Rothenberg, Hussong, & Chassin, 2016).

A repetição de padrões relacionais e comportamentais de pais

¹ A tradução do termo *spillover* pode ser transbordamento ou extravasamento.

para filhos, ao longo das gerações, tem sido abordada por pesquisas sobre transmissão intergeracional, cuja definição compreende que a natureza e a qualidade da parentalidade são intergeracionalmente transmitidas, com os pais em uma geração exercendo a criação dos filhos de forma semelhante a que eles próprios experimentaram na infância (Serbin & Karp, 2003). Contemporaneamente, a transmissão intergeracional é estudada sobre questões que concernem às *continuidades* e às *descontinuidades*, ou seja, a investigação do que é mantido e do que é modificado de uma geração para a outra (Conger, Belsky, & Capaldi, 2009). As continuidades são explicadas por conceitos chamados de *mecanismos mediadores* que se referem à influência das experiências da infância nas repetições; as descontinuidades estão relacionadas a *mecanismos moderadores*, os quais dizem respeito às relações pessoais e sociais que as pessoas estabelecem ao longo da vida e promovem todas as condições que fazem com que a transmissão ocorra ou não (Belsky, Conger, & Capaldi, 2009; Bolze & Crepaldi, 2015; Conger et al., 2009).

Publicações internacionais apresentam, de forma consistente, pesquisas sobre conflitos conjugais e suas repercussões para o desenvolvimento dos filhos (Brock & Kochanska, 2016; Coln et al., 2013; Feldman et al., 2010; Gerard et al., 2006; McCoy, George, Cummings, & Davies, 2013; Tavassolie, Dudding, Madigan, Thorvardarson, & Winsler, 2016). No Brasil, entretanto, estudos que investiguem a temática do conflito conjugal ainda são escassos, recentes e heterogêneos (Bolze et al., 2011; Costa, Cenci, & Mosmann, 2016), bem como os que buscam essa associação da complexa dinâmica do efeito *spillover* entre os subsistemas conjugal e parental (Hameister, Barbosa, & Wagner, 2015). Ressalta-se, também, o fato de os termos *transmissão intergeracional* e *intergeracionalidade*² não serem indexados nos descritores da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi), sendo *família de origem* o único termo cadastrado. Isso indica a carência de estudos sobre o assunto e aponta para a dificuldade de se encontrarem artigos que tratem dessa temática no contexto nacional.

Nesse sentido, evidencia-se a relevância de aprofundar a

² Consulta realizada em 05/11/2016 no site <http://www.bvs-psi.org.br/php/level.php?lang=pt&component=17&item=124>

compreensão dos fenômenos que envolvem táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais, a partir de uma perspectiva da transmissão intergeracional. Entretanto, dada a complexidade que envolve a pesquisa com famílias, considera-se a necessidade do uso combinado de diferentes estratégias e instrumentos metodológicos (Böing, Crepaldi, & Moré, 2008). Desse modo, a presente pesquisa foi elaborada tendo como base epistemológica o pensamento sistêmico, dentro do enfoque de método misto (Sampieri, Collado, & Lucio, 2013), através do modelo de duas etapas, sendo a primeira de abordagem quantitativa e a segunda, qualitativa. Os resultados das duas etapas foram organizados no formato de três artigos científicos, sendo que o primeiro, intitulado *Relação entre Táticas de Resolução de Conflitos Conjugais e Parentais*, apresenta os principais resultados da etapa quantitativa. Os outros dois manuscritos, cujos títulos são, respectivamente, *Características e Táticas de Resolução de Conflitos Conjugais e Parentais* e *Transmissão Intergeracional de Modelos Relacionais e Táticas de Resolução de Conflitos Conjugais e Parentais*, apresentam os resultados da etapa qualitativa. A pesquisa como um todo, no que concerne a suas duas etapas, foi alicerçada e estruturada com base na seguinte pergunta de pesquisa:

Como se caracterizam as táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais usadas pelo casal e entre pais-criança, a partir da perspectiva da transmissão intergeracional?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

- Caracterizar táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais, usadas por casais heteroafetivos e por mães e pais de crianças entre quatro e seis anos, a partir da perspectiva da transmissão intergeracional.

1.1.2 Objetivos Específicos

1.1.2.1 Objetivos da Etapa 1: Pesquisa QUANTITATIVA

- Descrever as características sociodemográficas da amostra.
- Identificar táticas de resolução de conflitos, usadas por casais e por pais na relação com a criança entre quatro e seis anos.
- Investigar a relação entre táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais em famílias com crianças entre quatro e seis anos.

1.1.2.2 Objetivos da Etapa 2: Pesquisa QUALITATIVA

- Compreender as características e as táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais de casais heteroafetivos com crianças entre quatro e seis anos.
- Caracterizar as concepções de casais heteroafetivos sobre continuidades e descontinuidades na transmissão intergeracional de modelos relacionais e de táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais.

1.2 PRESSUPOSTOS

- Conflitos fazem parte das relações humanas e são comuns nas famílias, dada a relação entre seus membros que são abrangentes e diversificadas (Straus, 1979; Straus & Hotaling, 1980). Concebendo a família como um sistema, cujos membros compõem subsistemas que afetam e são afetados significativamente pelos processos familiares (Cummins et al., 2016; S. Minuchin, 1982), compreende-se que conflitos no subsistema conjugal (casal) podem transbordar para o subsistema parental (pais-criança), comprometendo as relações entre

ambos de forma recursiva³. Esse transbordamento do clima emocional tenso ocasionado pelos conflitos do subsistema conjugal para o parental pode ser remetido ao conceito teórico denominado efeito *spillover* (Erel & Burman, 1995), o qual sustenta a hipótese de que a qualidade do relacionamento conjugal está associada à qualidade da relação parental. Desse modo, relações conjugais percebidas como positivas e de qualidade podem ser associadas a relações pais-filhos positivas e de qualidade; e, ao contrário, relações conjugais negativas podem ser associadas com relacionamento negativo entre pais-crianças (Wagner & Mosmann, 2010). Assim, é possível presumir que relações conjugais permeadas por discórdia e conflitos estarão ligadas às práticas parentais negativas, especificamente no que se refere às táticas de resolução de conflitos com a criança.

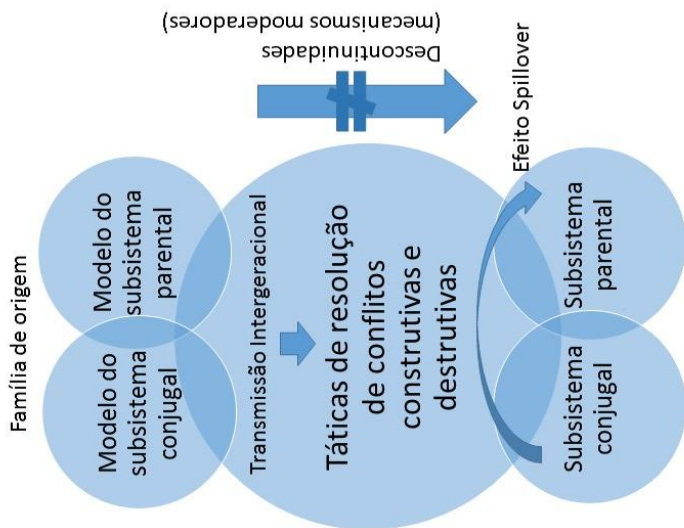
- Os conflitos no subsistema conjugal podem se caracterizar por diferentes níveis de intensidade, frequência, conteúdo e resolução, podendo se manifestar de forma aberta ou velada (Davies & Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990). Entretanto, no que trata das repercussões dos conflitos para os membros do sistema familiar, o que importa não é a sua ocorrência, mas as formas de manejá-los e terminá-los, as quais podem ser classificadas em duas dimensões: construtivas ou destrutivas (Bergman et al., 2016). Conflitos conjugais construtivos abarcam táticas de resolução bem-sucedidas, progressos no sentido da solução dos problemas, explicações sobre como os conflitos foram resolvidos e percepções positivas de conflitos não resolvidos. Conflitos conjugais destrutivos, por sua vez, envolvem agressão ou violência, hostilidade verbal e não verbal, interrupção abrupta do conflito, ameaças à integridade da família e conflitos sobre temas relacionados à criança (Cummings & Davies, 2002). Assim, há de se esperar que casais que utilizam táticas de resolução de conflitos construtivas na relação conjugal também farão uso do mesmo tipo de táticas em situações de conflito com os filhos. De modo oposto, espera-se que casais que usam táticas destrutivas para resolver os problemas e desavenças, também, utilizarão táticas destrutivas em interações conflitivas com a prole.

³ A ideia de recursividade vem do latim *recurrere*, que significa tornar a correr ou percorrer de novo. O conceito de recursividade afirma que “o produto é produtor daquilo que produz” (p. 116) (Vasconcellos, 2010). A recursividade também é chamada de *causalidade circular recursiva*, cuja representação gráfica é uma espiral e se refere a processos em que os efeitos e produtos são necessários ao próprio processo que os gera. (Vasconcellos, 2010).

- Os processos que abrangem os conflitos conjugais construtivos ou destrutivos, bem como a sua influência para o subsistema parental, são complexos e podem abarcar facetas diversas que compreendem questões pessoais, relacionais e contextuais dos envolvidos (Hameister, Barbosa, et al., 2015). Entretanto, além de se considerar o efeito *spillover*, considera-se que aspectos de transmissão intergeracional também contribuem para o uso de táticas de resolução construtivas ou destrutivas nas interações conflitivas do sistema familiar, visto que há uma tendência à manutenção de uma estabilidade nos modelos relacionais e comportamentais da família através das gerações (Patterson, 1998). Posto isso, há de se prever que pessoas que tiveram a experiência de uso de táticas construtivas na resolução de conflitos com suas famílias de origem tenderão a repetir esse padrão com o cônjuge e filhos. Em contrapartida, pessoas que vivenciaram táticas destrutivas na infância estarão mais propensas a utilizar táticas semelhantes nas relações conjugal e parental. Entretanto, pesquisas contemporâneas sobre transmissão intergeracional apontam para a necessidade de investigar aspectos de continuidades e descontinuidades entre as gerações, visto que estudos apontam tanto para a manutenção quanto para a mudança de padrões relacionais e comportamentais, ao longo das gerações (Belsky et al., 2009; Conger et al., 2009). Logo, pressupõe-se que os membros do subsistema conjugal são capazes de identificar continuidades e descontinuidades de modelos relacionais conjugais e parentais e de táticas de resolução de conflitos, oriundos de suas experiências com as famílias de origem. Presume-se que as continuidades estão ligadas a modelos positivos e construtivos, e as descontinuidades, ao rompimento, com padrões negativos e destrutivos.

Assim, com base nesses pressupostos, a presente tese parte da ideia de que conflitos construtivos e/ou destrutivos permeiam as relações dos subsistemas conjugais e parentais e que podem ou não ser transmitidos intergeracionalmente através de continuidades e descontinuidades entre as gerações. Ademais, a tese se embasa na compreensão do conceito do efeito *spillover* que preconiza que os conflitos do subsistema conjugal transbordam para o subsistema parental (Figura 1).

MAPA CONCEITUAL DA PESQUISA



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O PENSAMENTO SISTÊMICO COMO BASE EPISTEMOLÓGICA

O presente estudo se insere na área de família e desenvolvimento humano e está ancorado na epistemologia do pensamento sistêmico, principalmente nos pressupostos da complexidade, instabilidade e intersubjetividade, os quais se complementam de forma recursiva para a compreensão dos fenômenos, cujas definições serão apresentadas a seguir (Vasconcellos, 2010):

A *complexidade* está ligada à noção de contextualização dos fenômenos no mundo, de tirar o foco exclusivo do elemento ou indivíduo e colocar o foco nas relações. Abrange o reconhecimento de uma causalidade recursiva ou recursividade, a qual se refere aos processos em que os efeitos e produtos são necessários ao próprio processo que os gera.

Para melhor compreensão do conceito da complexidade, cabe enfatizar os princípios norteadores propostos por Morin (2011): *o princípio dialógico* refere-se à conversação entre o que é contraditório e antagônico e que, ao mesmo tempo, se complementa e se combate; *o princípio da recursão organizacional* rompe com a lógica de causa e efeito e preconiza que não existe ações isoladas, pois cada ação empreendida repercute recursivamente em outras ações; *o princípio hologramático* expressa a indissociabilidade entre o todo e as partes, isto é, o todo transcende a soma das partes, pois sua organização faz surgir qualidades que não existiriam fora dela (Morin, 2011).

A *instabilidade* está relacionada à ideia do dinamismo das relações, de que o mundo está em processo de tornar-se, ou seja, em constante transformação. Desse modo, considera-se a indeterminação, com a consequente imprevisibilidade dos fenômenos. Nesse caso, o pesquisador⁴ observa o processo em curso, em constante mudança e evolução.

A *intersubjetividade* envolve a inclusão do pesquisador na constituição do conhecimento do mundo e o reconhecimento de que não existe uma realidade independente de um observador, ou seja, a sua

⁴ A autora (Vasconcellos, 2010) utiliza o termo *observador*. Entretanto, como o presente estudo trata de uma pesquisa com famílias, optou-se pela substituição do termo por *pesquisador*.

inserção cria um *sistema observante*. Assim, o conhecimento científico do mundo é uma construção social, em espaços consensuais, por diferentes sujeitos/observadores. Desse modo, a objetividade do pesquisador é colocada *entre parênteses* e este trabalha admitindo múltiplas versões da realidade (*multi-versa*), em distintos domínios linguísticos de explicações (Vasconcellos, 2010).

O pensamento sistêmico, principalmente no que tange aos seus pressupostos, é utilizado para a compreensão dos fenômenos de várias áreas do conhecimento (Gomes, Bolze, Bueno, & Crepaldi, 2014), sendo recomendado em pesquisas com famílias, pois permite a consideração da diversidade de aspectos que as envolvem (Böing et al., 2008). O pensamento sistêmico é complexo por si só e abarca várias concepções teóricas chamadas *teorias sistêmicas*. Dentre essas, o *Modelo Estrutural do Funcionamento Familiar* (S. Minuchin, 1982) e o *Modelo do Ciclo de Vida Familiar* (Carter & McGoldrick, 1995a) se mostram como suportes teóricos adequados para embasar estudos com famílias, especialmente aquelas que se constituem de casais com filhos.

2.2 MODELO ESTRUTURAL DO FUNCIONAMENTO FAMILIAR

O Modelo Estrutural do Funcionamento Familiar, inicialmente, conceituou a família como “um sistema aberto em transformação, isto é, constantemente recebe e envia inputs para e do extrafamiliar, e se adapta às diferentes exigências dos estágios desenvolvimentais que enfrenta” (p. 56) (S. Minuchin, 1982). Mais recentemente, por compreender as diversas configurações familiares existentes, que as tornam semelhantes e diferentes de acordo com as suas singularidades, a família tem sido conceituada como “um grupo de pessoas conectadas por emoção e/ou sangue, que viveu junto o tempo suficiente para ter desenvolvido padrões de interação e histórias que explicam esses padrões de interações” (p.52) (S. Minuchin, Lee, & Simon, 2008).

A ideia que embasa esse modelo é a de que a família passa por mudanças que correspondem às mudanças da sociedade e, por isso, assume ou renuncia funções de proteção e socialização de seus membros em resposta às necessidades da cultura. Desse modo, o conceito de funcionamento familiar estrutural compreende a família como um sistema que opera dentro de contextos sociais, históricos e culturais específicos. As funções da família contemplam um objetivo interno, de proteção psicossocial de seus membros; e outro externo, de acomodação a uma cultura e a transmissão dessa cultura. (S. Minuchin, 1982).

Assim, a estrutura da família é de um sistema sociocultural aberto em transformação, que passa por um desenvolvimento, atravessando certo número de estágios, os quais requerem reestruturação; e que se adapta a circunstâncias modificadas, de maneira a manter a continuidade e a intensificar o crescimento psicossocial de cada membro (S. Minuchin, 1982).

Para Minuchin (1982), a estrutura familiar é o conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as formas pelas quais os membros da família interagem. Uma família é um sistema que opera através de padrões transacionais, os quais regulam o comportamento dos membros da família. Transações repetidas estabelecem padrões de como, quando e com quem se relacionar, e estes padrões reforçam o sistema. Esses padrões são mantidos através de dois sistemas de repressão: um *genérico*, o qual envolve as regras universais que governam a organização familiar tais como a *hierarquia de poder* (pais e filhos têm diferentes níveis de autoridade) e *complementaridade de funções* (cônjuges funcionam de forma interdependente); e outro, *idiossincrásico*, que abarca expectativas recíprocas de membros específicos da família, abrangendo negociações implícitas e explícitas, acomodação mútua, enfim, uma série de transações que propiciam a eficácia funcional do sistema.

Em todas as culturas, a família dá a seus membros o cunho da individualidade, uma matriz de identidade (S. Minuchin, 1982). A experiência humana de identidade tem dois elementos: um sentido de pertencimento e um sentido de ser separado. O sentido de separação e de individuação ocorre através da participação em três esferas, a saber: nos diferentes subsistemas familiares, nos distintos contextos familiares e em vários grupos extrafamiliares (S. Minuchin, 1982).

Desse modo, a família é um tipo especial de sistema, com estrutura, padrões e propriedades que organizam a estabilidade e a mudança. É também uma pequena sociedade humana, cujos membros têm contato direto, laços emocionais e uma história compartilhada (P. Minuchin, Colapinto, & Minuchin, 1999). O sistema familiar diferencia e leva a cabo suas funções através de subsistemas que se relacionam e se influenciam mutuamente, os quais podem ser formados por geração, sexo, interesse ou função (P. Minuchin, Colapinto, & Minuchin, 1999). Os subsistemas podem ser o conjugal (composto pelos membros do casal), o parental (pai-mãe-filhos) e o fraterno (formado pelos irmãos), cuja análise permite o acesso à estrutura e à dinâmica do funcionamento familiar.

O subsistema conjugal tem tarefas e funções específicas, cujas habilidades principais para a implementação dessas são complementariedade e acomodação mútua. Assim, os membros do casal devem aceitar a sua relação de interdependência e desenvolver padrões nos quais cada cônjuge apoia o funcionamento do outro em diferentes áreas, de modo que cada um se entregue sem ter a sensação de que renuncia algo. Outrossim, os cônjuges precisam um do outro como um refúgio das múltiplas exigências da vida e, ao mesmo tempo, devem conseguir estabelecer uma fronteira que os proteja das exigências e necessidades de outros sistemas (S. Minuchin, 1982).

O subsistema parental tem como principal função desempenhar tarefas de socialização dos filhos. Esse subsistema se modifica de acordo com a idade da criança, cujo crescimento exige dos pais diferentes demandas tanto de autonomia quanto de orientação. Posto isso, Minuchin (1982) considera que os pais devem ter autoridade sobre os filhos, a qual se refere a imposição e a explicação de regras que são necessárias para o desenvolvimento da prole. De acordo com o autor, a tarefa de socialização é complexa. O pais devem desempenhar essas funções sem perder o apoio mútuo, o qual é característico do subsistema conjugal. Portanto, deve haver uma fronteira que permita o acesso da criança a ambos os pais, mas que a exclua das funções conjugais.

O modelo desenvolvido por Minuchin (1982) define critérios para considerar o funcionamento familiar e distingue as famílias em *funcionais* e *disfuncionais*. Pode-se considerar que esta classificação é dicotômica e estigmatiza as famílias. Assim, deve-se ter cautela ao utilizar os critérios mencionados pelo referido autor para compreender o funcionamento familiar. Desse modo, uma concepção mais contemporânea sobre esses dois termos é oferecida por Walsh (2016). Para a autora, *funcional* significa essencialmente viável, isto é, refere-se à utilidade dos padrões familiares no alcance das metas da família. Assim, “a possibilidade dos processos serem funcionais é contingente ao objetivo de cada família, bem como as demandas situacionais e desenvolvimentais, recursos e influências socioculturais” (p.8) (Walsh, 2016). *Disfuncional*, por sua vez, “refere-se simplesmente a padrões familiares que não estão funcionando e estão associados a sintomas de sofrimento” (p.8) (Walsh, 2016).

As regras que delimitam os subsistemas e o padrão de relacionamento entre os seus membros são denominadas *fronteiras*. As fronteiras podem ser de três tipos: *nítidas*, *difusas* ou *rígidas*. Quando as fronteiras entre os subsistemas são nítidas, os limites são suficientemente bem definidos para permitir contato entre os membros

de diferentes subsistemas e o cumprimento de suas funções sem a interferência indevida dos outros. Fronteiras difusas se caracterizam pelo emaranhamento entre os subsistemas, ocasionando, em situações de estresse, dificuldades de mudança e adaptação. Famílias com fronteiras rígidas têm limites excessivos entre seus subsistemas, demonstrando um *padrão de desligamento*, nas quais comunicação e funções protetoras da família ficam prejudicadas (S. Minuchin, 1982).

Um conceito importante apresentado por este modelo se refere à noção de *complementaridade*, a qual se constitui como um princípio definidor de toda a relação, ou seja, é “a cola que mantém as relações unidas” (p.109) (S. Minuchin, Nichols, & Lee, 2009). No que se refere à relação do subsistema conjugal, especificamente, o comportamento de um dos membros da díade se vincula ao do outro. Isso significa que as ações dos cônjuges não são independentes, mas codeterminadas, sujeitas a forças recíprocas que se apoiam ou se polarizam (S. Minuchin & Nichols, 2002). Pondera-se que a ideia de complementaridade conjugal não diz respeito a duas pessoas que se completam no sentido de suprir suas faltas individuais, mas que, ao se unirem, constroem uma relação, duas metades que formam um inteiro (S. Minuchin et al., 2009).

O presente trabalho, em virtude dos seus objetivos, focar-se-á nos padrões transacionais de dois subsistemas familiares, quais sejam, o subsistema conjugal e o subsistema parental, principalmente, no que se refere a táticas de resolução de conflitos. Posto isso, cabe ressaltar que Minuchin (1974) apresentou o problema crônico entre fronteiras que ocorre quando um subsistema negocia seus conflitos através de outro subsistema. Isso é comum quando os membros do casal, enquanto pais, usam a criança para desviá-los ou distraí-los dos conflitos conjugais. Esse padrão transacional, formado pela mãe, pai e, pelo menos, um filho, é denominado *tríade rígida*, a qual se caracteriza por três tipos, quais sejam: *a triangulação, o desvio e a coalizão*.

Na triangulação, a mãe ou o pai demanda que a criança fique do seu lado contra o outro genitor. Quando a criança escolhe um dos lados, ela está, automaticamente, atacando ao outro. Esta estrutura se mostra como altamente disfuncional, na qual a criança fica paralisada, pois cada movimento dela é compreendido por um dos pais como um ataque (S. Minuchin, 1974).

No *desvio*, outra tríade rígida, o estresse ocasionado pelo conflito entre o casal é direcionado para a criança, de modo a manter uma harmonia ilusória no subsistema conjugal. O casal reforça qualquer comportamento desviante (turbulento) da criança, pois lidar com isso

permite que eles submerjam ou desviem os seus problemas conjugais para problemas parentais. Nessas situações, os pais podem atacar a criança por entenderem que ela não se comporta adequadamente ou, ao contrário, eles se unem para protegê-la, percebendo que ela é doente ou fraca (S. Minuchin, 1974).

A terceira forma de tríade rígida é a *coalizão*, na qual um dos pais se junta com a criança contra o outro genitor (S. Minuchin, 1974). Neste caso, a criança tende a estabilizar esse comportamento com a mãe ou com o pai e o papel do genitor excluído varia de acordo com a força com a qual este ou esta tenta romper a coalizão (S. Minuchin, Rosman, & Baker, 1978).

As proposições teóricas do Modelo Estrutural do Funcionamento Familiar auxiliam na compreensão das funções e das dinâmicas relacionais que ocorrem nos diferentes subsistemas familiares. No marco dessa afirmação, entende-se que esse modelo pode ser complementado pelo Modelo do Ciclo de Vida Familiar, o qual será apresentado a seguir.

2.3 MODELO DO CICLO DE VIDA FAMILIAR

O Modelo do Ciclo de Vida Familiar oferece uma visão do ciclo de vida, em termos do relacionamento intergeracional na família e de seu impacto no desenvolvimento humano (Carter & McGoldrick, 1995a; McGoldrick & Shibusawa, 2016). Ressalva-se que esse modelo foi concebido, principalmente, com famílias americanas de classe média. Desse modo, pode-se aplicá-lo a famílias brasileiras desde que se façam as devidas referências às diferenças socioculturais. No marco desta ponderação, esta perspectiva teórica é importante porque conceitua a família como um sistema em transformação, movendo-se através do tempo. O modelo apresenta a ideia de que os fenômenos na família se sucedem em ciclo, em um determinado ritmo, exigindo equilíbrio entre estabilidade e flexibilidade. O ciclo de vida individual acontece dentro do ciclo de vida familiar, que é o contexto primário de desenvolvimento humano (Carter & McGoldrick, 1995a).

Embora as famílias também tenham papéis e funções, o seu principal valor são os relacionamentos, que são insubstituíveis. A família compreende todo o sistema emocional de, pelo menos, três, e até cinco gerações em virtude da expectativa de vida cada vez maior (McGoldrick & Shibusawa, 2016). Essas diferentes gerações devem acomodar-se simultaneamente aos estágios desenvolvimentais que ocorrem, ao longo do ciclo de vida. Nas fases de transição de um estágio

para o outro, é comum a emergência de conflitos, os quais podem ocorrer pela própria dificuldade de adaptação a uma nova etapa do ciclo vital ou por circunstâncias contextuais que acometem as famílias.

Assim, o sistema familiar passa por fluxos de ansiedade que se dividem em estresses vertical e horizontal. O fluxo vertical (transgeracional) inclui padrões de relacionamento e funcionamento que são transmitidos para as gerações seguintes de uma família. Esse abarca todas as atitudes, tabus, expectativas, rótulos, legados e questões opressivas familiares com as quais cada indivíduo cresce. O fluxo horizontal (desenvolvimental) abrange a ansiedade produzida pelos estresses na família, conforme ela avança no tempo, lidando com mudanças e transições do ciclo de vida familiar, os quais incluem tanto os estresses desenvolvimentais predizíveis (transições esperadas ao longo da vida) quanto os eventos imprevisíveis (mortes, guerras, desastres, enfermidades, entre outros) (Carter & McGoldrick, 1995a).

Dentre os estágios do ciclo de vida elucidados pelo modelo do ciclo de vida familiar, focar-se-á na etapa do casal com filhos pequenos, por ser a configuração familiar pesquisada no presente trabalho. Essa fase requer que o casal ajuste o sistema conjugal para criar espaço para a criança, une-se nas tarefas de educá-la, financeiras e domésticas, e promove um novo realinhamento com a família ampliada para incluir os papéis de pais e avós (Carter & McGoldrick, 1995b). Para este estágio do ciclo vital, são previstos conflitos, visto que a assunção da parentalidade acarreta sobrecarga de trabalho e inúmeras mudanças na organização da família. Em virtude dessa alta previsibilidade de conflitos, os próximos tópicos tratarão sobre conflitos nos subsistemas conjugal e parental.

2.4 CONFLITOS NO SUBSISTEMA CONJUGAL

O casamento se configura como a união de duas pessoas que têm diferentes opiniões, particularidades e valores (Gottman & Silver, 2015). Mesmo quando os cônjuges se dão bem e se consideram felizes, há de se esperar que eles terão conflitos em algum momento do relacionamento (Bolze, Schmidt, Crepaldi, & Vieira, 2013; Narciso & Ribeiro, 2009).

A definição de conflitos conjugais é complexa, pois pode envolver desde discordâncias facilmente solucionáveis até ameaças, comportamentos hostis e agressões. Assim, no presente trabalho, conflitos conjugais são definidos por quaisquer disputas, discordâncias ou expressões de emoções contrárias aos assuntos cotidianos entre os

membros do casal (Cummings & Davies, 2010; Cummings et al., 2016).

Gottman e Silver (2015) definiram que os conflitos conjugais se enquadram em duas categorias: os que podem ser *resolvidos* e os que são *permanentes*. Os autores identificaram que 69% dos conflitos conjugais se inserem na categoria de problemas *permanentes*. Em estudo realizado com casais em duas etapas distintas, os pesquisadores constataram que os motivos de conflito ainda eram os mesmos num intervalo de quatro anos. Os conflitos conjugais podem se caracterizar por diferentes níveis de intensidade, frequência, conteúdo e resolução, se manifestando de forma aberta ou velada (Davies & Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990).

Pesquisas realizadas no contexto nacional que buscavam caracterizar os conflitos conjugais indicam que nunca ou raramente os casais discutem intensamente ou gritam (Mosmann & Falcke, 2011; Scheeren, Neumann, Grzybowski, & Wagner, 2015). Entretanto, cerca de um terço das mulheres e homens pesquisados referiu discutir com o cônjuge de maneira ríspida, às vezes, frequentemente ou sempre. Com relação à intensidade dos conflitos, as autoras identificaram a preponderância de discussões calmas, mas agressões verbais e físicas também foram acessadas. Além disso, os motivos de conflitos conjugais que ocorrem mais frequentemente entre casais envolveram o relacionamento com os filhos, seguido pelo tempo que os cônjuges desfrutaram juntos, assuntos financeiros, domésticos e, por fim, sexo e as questões legais (Mosmann & Falcke, 2011; Scheeren et al., 2015). Um estudo internacional também aponta que os principais tópicos de discussão no cotidiano das famílias são as crianças, a divisão de tarefas domésticas e as responsabilidades familiares, os problemas de comunicação e as preferências relacionadas a atividades de lazer (Papp, Cummings, & Goeke-Morey, 2009). Outros estudos apontam para motivos relacionados a características de personalidade, sociodemográficas, além de ciúmes, relações extraconjugais e uso de álcool (Bolze et al., 2013; Carter & McGoldrick, 1995a; Fincham, 2003; Schmidt, Bolze, Vieira, & Crepaldi, 2015).

Ressalta-se que os conflitos conjugais não são eventos isolados e que os processos que os envolvem influenciam todo o sistema familiar, especialmente os filhos⁵, seja de forma direta seja indireta, positiva ou negativa (Bergman et al., 2016; Cummings et al., 2016). Destaca-se,

⁵ Ao longo da presente tese, os termos “filho” e “filhos” serão usados para designar situações que envolvam tanto crianças do sexo feminino quanto masculino.

ainda, que as crianças são influenciadas pelos conflitos conjugais dos pais, mas podem também influenciar na sua ocorrência (Cowan & Cowan, 2016; Cummings et al., 2016). A literatura aponta para o incremento de interação conflitiva entre os cônjuges, após o nascimento do primeiro filho e nos anos subsequentes que se referem à criação da prole, bem como ao decréscimo da satisfação conjugal (Belsky & Rovine, 1990; Bigras & Paquette, 2000; McGoldrick & Shibusawa, 2016).

As repercussões dos conflitos conjugais para a prole são investigadas, principalmente, a partir de duas acepções teóricas distintas, quais sejam o *Modelo Cognitivo-Contextual* (Grych & Fincham, 1990) e o *Modelo da Segurança Emocional* (Davies & Cummings, 1994). O primeiro preconiza que o impacto do conflito conjugal sobre a criança é mediado pelo entendimento desta sobre o conflito, no que se refere a aspectos cognitivos, contextuais e desenvolvimentais (Grych & Fincham, 1990). O segundo, estruturado com base na teoria do apego, também considera os aspectos cognitivos, mas focaliza nas reações emocionais da criança frente ao conflito e ao quanto este abala seu senso de segurança emocional (Davies & Cummings, 1994). Os dois modelos explicativos podem ser concebidos como complementares, à medida que se compreende que os filhos empreendem tanto esforços cognitivos quanto emocionais para significar e lidar com as interações conflitivas, no contexto familiar (Goulart, Wagner, Barbosa, & Mosmann, 2015).

As relações conjugais são preditivas da qualidade da parentalidade, especialmente no que se refere ao desempenho das práticas parentais (Cummings et al., 2016). Assim, a preocupação e o estresse que atingem o subsistema conjugal, em virtude de seu próprio conflito, estão associados a prejuízos na relação com o subsistema parental, principalmente nas dimensões de suas práticas de criação de filhos (Boas, Dessen, & Melchiori, 2010; Buehler & Gerard, 2002), sendo que o impacto mais forte se evidencia nas áreas de disciplina e de aceitação da criança (Krishnakumar & Buehler, 2000). Com isso, o próximo tópico abordará os conflitos no subsistema parental.

2.5 CONFLITOS NO SUBSISTEMA PARENTAL

A relação do subsistema parental é constituída por uma rede complexa de interações, regulada por múltiplos conjuntos de fatores associados que envolvem características de personalidade dos pais, de temperamento da criança, do ambiente, da sociedade e da cultura (Bardi

& Borgognini-Tarli, 2001; Bolze, 2011; S. Minuchin, 1982; Schmidt, Crepaldi, Vieira, & Moré, 2012). Os pais, com a preocupação legítima de criar e educar os filhos de forma que esses possam viver em sociedade, se valem de técnicas e estratégias que são denominadas *práticas parentais*, as quais podem ser positivas ou negativas (Marin et al., 2013; Schmidt, Staudt, & Wagner, 2016). De acordo com Schmidt et al. (2016), práticas parentais positivas estão associadas a desfechos desenvolvimentais adaptativos e abrangem envolvimento dos pais nos cuidados com a criança, com ênfase na expressão de afeto, comunicação e táticas construtivas na resolução de conflitos. Práticas parentais negativas, por sua vez, abarcam disciplina inconsistente ou punitiva, permeadas por baixo monitoramento parental, negligência e castigos físicos, as quais estão ligadas a problemas de baixa competência social e emocional que comprometem o processo de desenvolvimento (Boas et al., 2010; Coln et al., 2013; Gerard et al., 2006; Schmidt et al., 2016).

As práticas parentais desempenhadas pelos pais nem sempre estão de acordo com o que os filhos querem ou esperam (Bardi & Borgognini-Tarli, 2001). Para Minuchin (1982), os pais não conseguem proteger e guiar os filhos sem controlá-los ou reprimi-los. Os filhos, por sua vez, não podem crescer e desenvolver suas individualidades sem rejeitar e atacar as regras impostas pelos pais. Desse modo, “o processo de socialização é inerentemente conflitante” (p.63) (Minuchin, 1982). Entretanto, destaca-se que conflitos no subsistema parental são diferentes daqueles que ocorrem no subsistema conjugal, pois na relação entre pais e filhos, por diferenças substanciais de poder, o desejo dos pais tende a prevalecer (Recchia, Ross, & Vickar, 2010). Ressalva-se que o poder dos pais se refere ao uso de autoridade, o qual deve ser flexível e racional, mas, ao mesmo tempo, é condição necessária para o desempenho das funções executivas do subsistema parental (S. Minuchin, 1982). Para Minuchin (1982), o uso diferenciado da autoridade é ingrediente necessário que serve, inclusive, como laboratório de treinamento social para os filhos que precisam aprender a negociar em situações de poder desigual.

Uma pesquisa com amostras de mães do Brasil, Chile, Egito, Índia, Filipinas e Estados Unidos que investigava a variação internacional de táticas de disciplina severa mostrou que quase todas as genitoras, dos diferentes países, costumavam exercer disciplina não violenta e agressão psicológica ou verbal com os filhos (Runyan et al., 2010). O estudo também evidenciou que castigos físicos em crianças são comuns em comunidades de renda baixa, média e alta em todo o mundo, sendo que as formas e as taxas de punição variam entre os países e entre

as comunidades dentro dos países. A violência física, entretanto, foi utilizada em, pelo menos, 55% das famílias. As taxas de palmada (com a mão aberta nas nádegas) variaram de 15%, em uma comunidade educada na Índia, a 76% numa comunidade filipina. De igual modo, houve uma grande variação nas taxas de crianças que foram atingidas com objetos (entre 9% e 74%) ou espancadas pelas mães (entre .1% e 28.5%). Métodos extremamente severos de violência física como queimadura ou sufocamento foram raros em todos os países (Runyan et al., 2010).

No Brasil, o estudo citado acima foi realizado com 813 mães em uma cidade da Grande São Paulo. As mulheres apresentavam, em média, idade de 33 anos, escolaridade de 7.1 anos, e metade da amostra referiu estar empregada (51.9%). A média do número de filhos foi 1.8 e de idade da criança, 7 anos. Os resultados de uma subamostra de 308 mulheres com filhos com idades entre 2 e 6 anos mostraram que as mães brasileiras utilizavam as seguintes táticas de resolução de conflitos: disciplina não violenta (100%), disciplina física moderada⁶ (91%); disciplina verbal moderada⁷ (84%); disciplina verbal severa⁸ (35%); disciplina física severa⁹, incluindo bater com um objeto (16%) e disciplina física severa sem o uso de um objeto (1%). Dessa forma, o estudo mostrou que, com essa faixa etária, há predomínio de disciplina verbal e física moderada, além da disciplina não violenta (Runyan et al., 2010).

Outro estudo americano que buscou explorar o ciclo intergeracional da violência identificou que crianças cujos pais aprovavam e utilizavam punição corporal eram mais propensas a endossar a agressão como uma tática para a resolução de conflitos interpessoais com os colegas e irmãos (Simons & Wurtele, 2010). Esses

⁶ *Disciplina física moderada* incluía tapas no rosto ou cabeça, beliscões, puxões de orelha ou cabelos, palmadas, forçar a criança a ficar de joelhos ou em alguma determinada posição, além de bater nas nádegas ou em outra parte do corpo dela com objetos tais como vassoura, vara ou cinto (Runyan et al., 2010).

⁷ *Disciplina verbal moderada* abarcou gritos, recusa em falar com a criança ou retenção de alimentos (Runyan et al., 2010)

⁸ *Disciplina verbal severa* abrangeu rogar pragas contra a criança, chamá-la de expressões depreciativas tais como burra, feia ou inútil e diversas formas de ameaças, inclusive com uso de faca ou arma (Runyan et al., 2010).

⁹ As formas de *disciplina física severa* (com ou sem uso de objetos) incluem chutar a criança, sufocá-la, queimá-la e bater nela o máximo que conseguir (Runyan et al., 2010).

resultados suportam um "efeito colateral da palmada", considerando que quando os pais usam de punição corporal, eles ensinam a seus filhos que a agressão é um meio aceitável de lidar com o conflito. Os autores ponderam que características dos pais (etnia, escolaridade, religião, estado civil e renda) e características da criança (idade e sexo) podem influenciar no uso da punição corporal (Simons & Wurtele, 2010).

Posto isso, entende-se que a família é o primeiro ambiente social no qual a criança interage e onde ela aprende modos de se relacionar e formas de resolução de conflitos (Feldman et al., 2010). Partindo do pressuposto de que os conflitos são inerentes às relações humanas e familiares (Straus, 1979; Straus & Hotelling, 1980), concebe-se que a criança testemunhar ou envolver-se em interações conflitivas no seio da família são situações esperadas para sua trajetória desenvolvimental. Dentre os conflitos de ordem familiar, a criança mais comumente vivencia os conflitos conjugais dos pais, os quais podem ter um efeito benéfico ou deletério para o seu desenvolvimento, dependendo da maneira como esses são manejados e de seus desfechos (Bergman et al., 2016; Cummings & Davies, 2002). Assim, os conflitos conjugais são classificados de acordo com suas táticas de resolução, as quais podem ser construtivas ou destrutivas e que serão apresentadas no tópico subsequente.

2.6 TÁTICAS CONSTRUTIVAS E DESTRUTIVAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

No que tange a conflitos conjugais em casais com filhos, o que importa não é a sua ocorrência, mas as formas de manejá-los e terminá-los (Bergman et al., 2016). As táticas¹⁰ de resolução de conflitos, quando analisadas a partir do Modelo da Segurança Emocional (Davies & Cummings, 1994) e no que concerne às suas repercussões para os membros da família, podem ser classificadas em duas dimensões, quais sejam: construtivas e destrutivas (Cummings & Davies, 2002, 2010).

De acordo com Cummings e Davies (2002, 2010), conflitos conjugais construtivos, quer eles ocorram na presença dos filhos ou não, abarcam táticas de resolução de conflitos bem-sucedidas, progressos no

¹⁰ O termo *tática*, em seu sentido figurado, se caracteriza por um conjunto de meios ou recursos empregados para alcançar um resultado favorável (DICIO, 2016). Destaca-se que em algumas publicações sobre táticas de resolução de conflitos, os autores utilizam o termo *estratégia*, o qual será tratado como sinônimo de tática no presente estudo.

sentido da solução dos problemas, explicações sobre como os conflitos foram resolvidos e percepções positivas de conflitos não resolvidos. Abrangem, também, comprometimento, suporte emocional, afeto físico e verbal, pedido de desculpas e uso de humor na resolução das interações conflitivas (Bergman et al., 2016; Cummings, Goeke-Morey, & Papp, 2004). De modo oposto, conflitos conjugais destrutivos incluem táticas que envolvem agressão ou violência (com ou sem arremesso de objetos contra o cônjuge), hostilidade verbal e não verbal (expressar irritação ou insatisfação através de gestos ou usar de “tratamento silencioso” com o cônjuge), retirada abrupta da cena de conflito, deixando o cônjuge sozinho e sem resolver a desavença, ameaças à integridade da família (dizer, por exemplo, que vai se separar ou sair de casa) e conflitos sobre temas relacionados à criança (Cummings & Davies, 2002, 2010).

Conflitos conjugais construtivos são considerados benéficos para o desenvolvimento infantil, pois o fato de a criança testemunhar os pais resolvendo suas desavenças de forma calma, com uso de humor (sem sarcasmos) e com pedidos de desculpas está associado à manutenção e ao aumento do seu senso de segurança emocional (Bergman et al., 2016). Ressalta-se que a criança nem sempre necessita assistir à resolução do conflito, mas ela precisa perceber que o clima emocional tenso entre os pais se extinguiu. Os autores destacam que as crianças, especialmente na faixa etária de seis a nove anos, são altamente sensíveis à resolutibilidade dos conflitos e percebem, inclusive, quando esses não são resolvidos. Ademais, a interrupção da interação conflitiva pelo casal de pais ou a evitação desta demonstrada, através de gestos e comportamentos que expressam raiva ou hostilidade entre os cônjuges, são concebidas como táticas destrutivas, sendo consideradas de maior impacto negativo para o funcionamento emocional da criança e para o desenvolvimento infantil (Bergman et al., 2016).

Cabe destacar, também, que conflitos conjugais destrutivos estão associados ao decréscimo da parentalidade positiva e à adoção de práticas parentais insatisfatórias (Boas et al., 2010; Buehler & Gerard, 2002; Cummings & Davies, 2002; McCoy et al., 2013). O relacionamento de casal permeado por conflitos pode gerar irritação, esgotamento e despertar emoções negativas nos cônjuges, os quais, conseqüentemente, podem se mostrar menos atentos e sensíveis às necessidades da prole (Boas et al., 2010; Erel & Burman, 1995). Portanto, os conflitos conjugais provocam alterações nas práticas parentais, interferindo negativamente no subsistema parental, o que, por

sua vez, está associado a prejuízos para o desenvolvimento infantil. Os conflitos estão associados ao uso de disciplina severa por parte dos genitores e ao menor envolvimento com a criança (Buehler & Gerard, 2002), maior exigência e menor responsividade (Mosmann & Sarriera, 2008), o que produz efeitos deletérios para o desenvolvimento infantil (Boas et al., 2010; Buehler & Gerard, 2002). Essa ideia de que o conflitos do subsistema conjugal reverberam para o parental se relaciona à definição da *hipótese* ou efeito *spillover* (Boas et al., 2010; Buehler & Gerard, 2002), a qual será apresentada no tópico a seguir.

2.7 EFEITO SPILLOVER

O termo *spillover*, oriundo da literatura sobre estresse, se refere à transferência direta de humor, afeto ou comportamento de um *setting* (local) para outro (Erel & Burman, 1995). O conceito de *spillover* foi elaborado a partir de teorias distintas (teoria do estresse, dos sistemas familiares, da aprendizagem social e de perspectivas sociológicas) e trata da compreensão de como a conjugalidade se expressa na parentalidade (Erel & Burman, 1995; Krishnakumar & Buehler, 2000; Mosmann, Wagner, & Sarriera, 2008).

Erel e Burman (1995) apresentaram revisão de literatura que incluem quatro mecanismos que levam ao conceito de *spillover*. O primeiro mecanismo, oriundo da teoria dos sistemas familiares, preconiza que o foco nos problemas de comportamento da criança distrai os pais do conflito do subsistema conjugal. Os pais, inaptos para lidar um com o outro, se unem na preocupação com a criança, encobrindo seus conflitos e sentimentos negativos do casamento em uma postura de superproteção ou culpabilização da criança. A criança, por sua vez, colabora com esse padrão de funcionamento se comportando de forma que desvia a atenção dos pais para ela. O segundo mecanismo, advindo da teoria da aprendizagem social, compreende que o comportamento da criança é profundamente influenciado pelo modelo parental. Neste caso, as interações conjugais funcionais ou disfuncionais provocam ou exacerbam comportamentos nas crianças que são similares àqueles que essas testemunham de seus pais. O terceiro mecanismo, proveniente de pesquisas de socialização, sugere que casais que experienciam discórdia conjugal estão mais propensos a usar disciplina inconsistente, a qual, recursivamente, pode gerar maior estresse conjugal. Além disso, os conflitos entre os cônjuges, independente dos motivos, podem levar a práticas parentais contraditórias, com um dos pais se comportando de forma diferente com

a criança, quando na presença do cônjuge. O quarto mecanismo, derivado da perspectiva sociológica, aponta que os problemas de ordens conjugal e parental são, por si só, fatores estressores que levam a dificuldades adicionais, tanto na relação pais-criança quanto no casamento. Desse modo, casais que enfrentam discórdia conjugal estão menos disponíveis emocionalmente para atender às necessidades dos filhos. Da mesma forma, crianças que exigem maiores cuidados e atenção dos pais também podem contribuir para os conflitos conjugais.

Erel e Burman (1995) realizaram uma meta-análise com 68 publicações que envolviam o tema, e o resultado sustenta o efeito *spillover* de que a qualidade do relacionamento conjugal afeta a qualidade do relacionamento pais-criança de forma bidirecional. Pesquisas subsequentes têm corroborado o efeito *spillover*, apontando que conflitos conjugais tendem a transbordar para a relação entre pais e filhos e estão associados a práticas parentais negativas (Coln et al., 2013; Gerard et al., 2006; Grasso et al., 2016; Hameister, Barbosa, et al., 2015; Hameister, Grzybowski, et al., 2015). Outros estudos, de delineamentos longitudinais, associaram o efeito *spillover* a uma perspectiva da transmissão intergeracional (Cui et al., 2010; Kim et al., 2009). Desse modo, o próximo tópico abrangerá conceitos teóricos que expliquem o processo de transmissão entre as gerações.

2.8 TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL

O termo transmissão intergeracional está ligado à noção de reciprocidade, de passagem de processos de uma geração para a outra, mas não, necessariamente, de permanência (Falcke & Wagner, 2014). Os primeiros estudos publicados sobre o tema em Psicologia do Desenvolvimento datam da década de 1980 (Aber & Allen, 1987; Belsky, 1981; Stevens, 1984; Trickett & Kuczynski, 1986). A hipótese principal que embasa esse conceito é de que a natureza e a qualidade da parentalidade são intergeracionalmente transmitidas, com os pais em uma geração exercendo a criação dos filhos de forma semelhante a que eles próprios experimentaram enquanto cresciam (Serbin & Karp, 2003).

Teorias psicológicas distintas fornecem explicações para os processos pelos quais essa transmissão ocorre, dentre essas, a do apego (Bowlby, 1990) e a da aprendizagem social (Bandura, 1978). A teoria do apego se refere ao vínculo que a criança estabelece com seus cuidadores, geralmente os genitores, e propõe que as pessoas internalizam este vínculo e as experiências com aqueles que lhes são

significativos, na forma de modelos de relacionamento, e que estes, uma vez formados, são resistentes a mudanças. Sobretudo pelo fato de que, nos seus relacionamentos ao longo da vida, as pessoas provavelmente escolhem parceiros que validam suas estratégias emocionais e, quando estas pessoas se tornam pais, geralmente estabelecem com seus filhos um padrão de relacionamento similar (Bowlby, 1990). A teoria da aprendizagem social, por seu turno, enfatiza a aprendizagem por observação, modelagem e reforço de padrões de interação social em um contexto familiar, uma vez que a criança tende a imitar o comportamento do adulto que ela toma como modelo (Bandura, 1978). Salvo as particularidades epistemológicas e teórico-metodológicas de cada uma dessas teorias, ambas argumentam que a criança tende a repetir padrões emocionais, comportamentais e sociais aprendidos na família, ao se tornar adulta e com seus próprios filhos.

Pioneiros da teoria dos sistemas familiares também abordaram questões geracionais em seus trabalhos com famílias, tais como Bowen, Boszormenyi-Nagy, Framo e Whitaker (Goldenberg & Goldenberg, 2013). Bowen (1978), especificamente, conceituou a família como uma unidade emocional, uma rede de relacionamentos entrelaçados, mais bem compreendida quando analisada de forma histórica e multigeracional. Uma tarefa desenvolvimental importante da família é a de manter a coesão/intimidade (sentimento de pertencimento) e, ao mesmo tempo, promover a autonomia de seus membros (diferenciação). Uma pessoa diferenciada é capaz de separar seus próprios sentimentos e pensamentos dos sentimentos e pensamentos das outras pessoas. Quanto maior a diferenciação, maior o equilíbrio entre intimidade e autonomia nos relacionamentos. Para o autor, os indivíduos costumam escolher o cônjuge de acordo com seu nível de diferenciação da família de origem. Casais com a diferenciação do *self* moderadamente boa (com autonomia e independência) conseguem usufruir, de forma completa, a intimidade emocional, mantendo a autonomia individual e, conseqüentemente, encorajar os filhos a se diferenciarem (Bowen, 1978).

Essa tendência à manutenção de uma estabilidade nos modelos relacionais e comportamentais da família através das gerações tem sido estudada sob o conceito de *continuidades intergeracionais* (Conger et al., 2009). Este baseia-se no pressuposto de que *mecanismos mediadores* ligados a experiências da infância propiciam a repetição de padrões geracionais. Assim, crenças familiares, mitos, segredos, valores, legados, lealdades e ritos são considerados fenômenos de transmissão (Wagner, 2005a). Além do exposto, sentimentos, condutas e competências são transmitidos de um geração para a outra (Baptista,

Cardoso, & Gomes, 2012).

Historicamente, um nicho importante de estudos sobre a continuidade intergeracional se pautava na repetição de comportamentos violentos através das gerações, isto é, crianças que sofriam maus-tratos na infância tornavam-se pais abusadores (Belsky et al., 2009). Um desses estudos mostra que homens que, quando pequenos, experimentaram supervisão parental precária e disciplina severa, também ofereceram a seus filhos disciplina rígida e inconsistente (Capaldi, Pears, Patterson, & Owen, 2003).

Entretanto, outro estudo argumenta que não são apenas os comportamentos negativos dos pais que são transmitidos intergeracionalmente. A experiência de uma boa parentalidade no início da adolescência, definida em termos de disciplina consistente e aceitação dos pais, previu o exercício de parentalidade construtiva na idade adulta, ou seja, permeada por monitoramento, comunicação, envolvimento, afeto positivo e disciplina indutiva (Chen & Kaplan, 2001). Da mesma forma, uma pesquisa com mães neozeolandesas, que foram acompanhadas desde os três anos até quando tiveram filhos na mesma idade, apontou que boas experiências na infância e adolescência predizem um bom engajamento materno. Essas mães eram mais propensas a se comportar de forma sensível, calorosa e fornecendo estímulos à criança se suas próprias mães não exerceram atitudes autoritárias na sua criação (ênfase na obediência, disciplina rígida e inflexibilidade em relação aos comportamentos infantis), e se o clima emocional da família era marcado por coesão, expressividade positiva, baixos níveis de conflito, comunicação confiante e aberta e apego positivo com os pais (Belsky, Jaffee, Sligo, Woodward, & Silva, 2005).

Em contrapartida, pesquisadores também têm estudado o conceito de *descontinuidades intergeracionais*, visto que a parentalidade de uma geração nem sempre é repetida na próxima (Belsky et al., 2009; Conger et al., 2009). Esses autores exploram a ideia de que *mecanismos moderadores* que se referem, principalmente, a relações que cada indivíduo estabelece ao longo da vida com outras pessoas (terapeuta, amigos, cônjuge) podem propiciar que este passe a agir de maneira diferente daquela aprendida na sua família de origem.

Os estudos sobre as continuidades e descontinuidades na transmissão intergeracional começaram no final da década de 1990. A investigação inicial da temática permitiu algumas conclusões sobre esses dois fenômenos: a) as descontinuidades são provavelmente mais evidentes do que as continuidades, (b) as continuidades no

comportamento através das gerações podem ser tanto uma função de um contexto social mais amplo e relacionadas às características individuais quanto a processos familiares, (c) a questão-chave para futuras pesquisas envolve a identificação de mecanismos que são responsáveis pela continuidade intergeracional quando essa ocorre, e (d) as continuidades de comportamento entre pais e filhos deve ser resultado tanto de aspectos genéticos quanto sociais (Conger et al., 2009; Rutter, 1998). Assim, Conger et al. (2009) argumentam que as pesquisas sobre transmissão intergeracional devem investigar os mecanismos mediadores e moderadores que propiciam, respectivamente, a compreensão de fatores que contribuem para as continuidades e descontinuidades.

Posto isso, entende-se que as crianças aprendem com seus pais a manter relações sociais através de diversas variáveis e que a parentalidade positiva ou negativa da família de origem está relacionada a continuidades na geração subsequente (Bailey, Hill, Oesterle, & Hawkins, 2009). Outrossim, o relacionamento entre os pais costuma ser o primeiro e o mais frequente modelo de troca interpessoal entre parceiros íntimos que uma criança testemunha (Hare et al., 2009). De acordo com Hare et al. (2009), as relações conjugais dos pais também desempenham um papel importante no desenvolvimento social das crianças, ajudando-as a moldar o seu comportamento nas interações entre pares. Igualmente, segundo os autores, as experiências com a família de origem estão ligadas com as formas pelas quais a criança negociará relacionamentos íntimos, ao longo da vida. Um elemento-chave de sucesso nos relacionamentos íntimos é o uso de táticas construtivas de resolução de conflitos (Cummings, Goeke-Morey, & Papp, 2003). Aprender a negociar conflitos de forma construtiva é uma tarefa de desenvolvimento necessária que todas as crianças devem completar e isso é transmitido intergeracionalmente (Hare et al., 2009). Desse modo, o presente estudo também busca caracterizar as concepções sobre continuidades e descontinuidades na transmissão intergeracional de modelos relacionais e de táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais.

3 MÉTODO

A presente pesquisa é parte de um projeto maior, realizado em parceria entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Université du Québec à Montréal (UQAM) e a Université de Montréal (UdeM), intitulado *A transmissão intergeracional da violência: a relação do conflito conjugal e parental com a agressividade entre pares de crianças de 4 a 6 anos de idade (TIV)*, o qual tem por objetivo estabelecer um elo entre três formas de violência familiar, quais sejam, a violência conjugal, a violência parental e a agressão das crianças entre si, propondo um modelo de transmissão intergeracional das estratégias de gestão de conflitos.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa se caracterizou pelo caráter transversal e descritivo, pois buscou analisar e descrever os fenômenos em um momento único (Sampieri, Collado, & Lucio, 2006a). O estudo foi também exploratório-correlacional na medida em que se propôs a aprofundar conhecimentos sobre problemas de pesquisa pouco estudados no contexto brasileiro, bem como verificar a relação existente entre variáveis (Sampieri et al., 2013).

Partindo do pensamento sistêmico que pressupõe a importância da complexidade, evidencia-se a necessidade de acessar os fenômenos investigados a partir de múltiplos recursos. Em pesquisas com famílias, especificamente, surge a necessidade do uso adequado e combinado de diferentes estratégias e instrumentos metodológicos (Böing et al., 2008). Assim, a pesquisa foi realizada dentro do enfoque de método misto, através do modelo de duas etapas, delineado pelo desenho explicativo sequencial (DEXPLIS) (Sampieri et al., 2006a, 2013). O DEXPLIS se caracteriza por uma primeira etapa, na qual se coletam e se analisam dados quantitativos, seguida de outra, em que se recolhem e avaliam dados qualitativos. Os resultados de ambas as etapas são integrados à interpretação do relatório do estudo (Sampieri et al., 2013), o que será realizado na seção *Discussão Integrada* do presente trabalho.

Desse modo, parte-se da ideia de que o uso combinado das abordagens quantitativa e qualitativa, além de proporcionar maior compreensão acerca do problema de pesquisa, contribui para a ampliação e complementação de dados, na medida em que representam recortes diferentes de expressão da realidade (Böing et al., 2008;

Creswell, 2010). A justificativa para o uso do enfoque misto se baseou em três razões básicas: *complementação* (maior entendimento dos resultados de um método, baseando-se nos resultados de outro); *extensão* (conseguir uma visão sistêmica, completa e integral dos fenômenos estudados); e *multiplicidade* (responder a uma quantidade maior e diferentes perguntas ou objetivos de pesquisa de forma mais aprofundada) (Sampieri et al., 2013).

Assim sendo, esta pesquisa foi dividida em duas etapas: a Etapa 1, na qual se adotou abordagem quantitativa de dados, e a Etapa 2, em que foi empregada abordagem qualitativa. Tais etapas podem ser mais bem elucidadas pela Figura 2:



Figura 2. Esquema do desenho explicativo sequencial – DEXPLIS (Sampieri et al., 2013).

A Etapa 1 foi realizada por meio da aplicação de instrumentos de medida e envolveu a participação de 150 casais. Essa visou à obtenção de um panorama abrangente acerca das táticas de resolução de conflitos, utilizadas nas relações conjugais e parentais.

A Etapa 2 buscou aprofundar questões suscitadas pelos resultados da Etapa 1 e responder a novas perguntas que emergiram, no decorrer do processo. Para tanto, foi realizada uma entrevista semiestruturada com os casais.

3.2 CONTEXTOS

Na Etapa 1, a coleta de dados ocorreu em quatro cidades de duas regiões de Santa Catarina: Grande Florianópolis e do Vale do Itajaí. Na região da Grande Florianópolis, uma das cidades escolhida para a pesquisa caracteriza-se por população superior a 420 mil habitantes, e a outra possui cerca de 210 mil habitantes. No Vale do Itajaí, a coleta abrangeu dois municípios; um deles com população de pouco mais de

180 mil habitantes e o outro com população de cerca de 100 mil habitantes (IBGE, 2010). Para a Etapa 2, a coleta ocorreu apenas em cidades da Grande Florianópolis.

3.3 PARTICIPANTES

3.3.1 Participantes da Etapa 1

Para a Etapa 1, foi utilizada uma amostra de conveniência composta pelos 150 primeiros casais que aceitaram participar do projeto TIV. Os casais deveriam ter, pelo menos, um filho com idade entre 4 e 6 anos. Como critérios de inclusão, os pais, biológicos ou não, deveriam estar vivendo juntos com a mãe ou madrasta da criança por, pelo menos, seis meses. Foram incluídos na amostra apenas os pais que, quando do nascimento da criança focal¹¹, já haviam completado 18 anos.

A escolha por essa faixa etária se explica pelo fato de o presente estudo se inserir no projeto TIV, cujo objetivo é estabelecer os vínculos entre as diferentes formas de violência familiar e estudar a transmissão intergeracional das mesmas. Crianças em idade pré-escolar têm um maior risco de serem testemunhas de violência interparental, submetidas a maus-tratos e afetadas por essas circunstâncias (Levendosky, Huth-Bocks, Shapiro, & Semel, 2003; Sedlak & Broadhurst, 1996).

3.3.2 Participantes da Etapa 2

Para a Etapa 2, foi realizada uma entrevista semiestruturada com 12 casais, dentre aqueles que participaram da primeira etapa. A escolha das famílias que participaram dessa etapa se deu de acordo com o critério da conveniência, sendo o único critério o contato prévio com, pelo menos, uma das pesquisadoras na Etapa 1 da pesquisa. Partiu-se do pressuposto de que esse vínculo favoreceria nova aproximação e, sobretudo, a coleta de dados qualitativos. Desse modo, compuseram a amostra os 12 primeiros casais que aceitaram participar dessa segunda etapa de coleta de dados do TIV. A definição prévia de 12 mães e 12

¹¹ Criança focal: o TIV investiga a expressão da agressividade em crianças de 4 a 6 anos. Portanto, o termo *criança focal* é utilizado para definir sobre qual dos filhos os pais responderam aos questionários. No caso de haver mais de um filho na faixa etária de interesse da pesquisa, os pais eram instruídos a responder aos questionários sobre a criança cuja primeira letra do nome aparece primeiro na ordem alfabética.

pais foi baseada no ponto de saturação dos dados, sugerido por (Guest, Bunce, & Johnson, 2006). Não houve necessidade de se ampliar o número de famílias para essa etapa, pois se compreendeu que o ponto de saturação foi atingido a partir da nona entrevista. Cabe ressaltar que não houve exclusões de famílias em virtude de características sociodemográficas, com o intuito de se ter uma amostra heterogênea, ou seja, com diversidade de renda e escolaridade entre os pais.

3.4 INSTRUMENTOS

3.4.1 Instrumentos da Etapa 1

Na Etapa 1, foram utilizados instrumentos que possibilitaram a análise quantitativa dos dados. Essa etapa incluiu os três instrumentos que seguem:

Questionário Sociodemográfico (Anexo A). Desenvolvido pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento Infantil (NEPeDI/UFSC), investiga composição familiar, idades e número de pessoas que vivem na casa, escolaridade, profissão, renda e carga horária de trabalho dos pais, local e tipo de residência.

Revised Conflict Tactics Scales - CTS2 (Anexo B). Faz parte de um conjunto de instrumentos de identificação de violência na família, elaborado pelo *Family Research Laboratory*, nos Estados Unidos (Straus, Hamby, Boney-McCoy, & Sugarman, 1996). O CTS2 foi concebido especificamente para identificar o uso da violência entre indivíduos que tenham relação de namoro, casamento ou afins. É um instrumento estruturado e multidimensional, composto por 78 itens que descrevem possíveis ações do respondente e, reciprocamente, de seu companheiro. Estes formam cinco escalas que representam as respectivas dimensões. Três delas são abordadas por itens abarcando táticas de resolução de conflitos através de *negociação* (seis itens), *agressão psicológica* (oito itens) e *violência física* (doze itens). As outras duas informam sobre *injúrias* (seis itens), consideradas as possíveis consequências da violência na saúde individual do respondente e de seu companheiro(a) e a existência de *coerção sexual* (7 itens). Trata-se de um questionário do tipo *likert* de oito pontos que investiga a frequência com que determinada tática de resolução de conflito foi utilizada, ao longo do último ano. As opções de resposta vão de 1 (uma vez durante o último ano) a 6 (mais de 20 vezes ao longo do último ano). O respondente também pode escolher a resposta 0 (isso nunca aconteceu) ou 7 (não no último ano, mas isso já aconteceu antes).

O CTS2 já passou por adaptação transcultural para o português em um estudo com 774 mulheres (Moraes, Hasselmann, & Reichenheim, 2002). Os alfas de Cronbach do estudo original variaram entre .79 e .95. A seguir, serão explicados os conceitos que envolvem cada uma das escalas abarcadas pelo instrumento:

1. *Coerção sexual grave*: (Itens sobre o(a) respondente: 19, 47, 57 e 75; Itens sobre o(a) companheiro(a): 20, 48, 58 e 76). Diz respeito a atos praticados contra a liberdade sexual e experiências de sexo forçado. Ela tende a ser caracterizada em um *continuum* de distintos comportamentos, atitudes e práticas com variadas consequências, se traduzindo em restrições ao exercício da vontade individual (Cordeiro, Heilborn, Cabral, & Moraes, 2009). No CTS2, os itens que compõem a escala de coerção sexual grave fazem referência ao uso de força física ou de ameaças (verbais ou com emprego de arma, por exemplo), na tentativa de convencimento do(a) parceiro(a) em face à recusa do contato/intercurso sexual.

2. *Coerção sexual menor*: (Itens sobre o(a) respondente: 15, 51 e 63; Itens sobre o(a) companheiro(a): 16, 52 e 64). Refere-se às tentativas de convencimento do(a) parceiro(a), em face à recusa do contato/intercurso sexual, sem utilização de força física, ou insistência na prática do ato sexual desprotegido (sem uso do preservativo).

3. *Violência física grave*: (Itens sobre o(a) respondente: 21, 27, 33, 37, 43, 61 e 73; Itens sobre o(a) companheiro(a): 22, 28, 34, 38, 44, 62 e 74). Ocorre quando um dos membros do casal causa ou tenta causar dano ao outro, por meio de força física (através de surras, socos, chutes, estrangulamento ou sufocamento), de algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas (como hemorragias ou fraturas) ou externas (cortes, queimaduras, feridas e hematomas, por exemplo).

4. *Violência física menor*: (Itens sobre o(a) respondente: 7, 9, 17, 45 e 53; Itens sobre o(a) companheiro(a): 8, 10, 18, 46 e 54). Caracteriza-se pela tentativa de causar dano “menos severo” ao companheiro, por meio de força física (por exemplo, ao empurrar, torcer o braço, puxar o cabelo, segurar com força), ou ao utilizar algum tipo de instrumento que possa machucar/causar lesões.

5. *Injúria grave*: (Itens sobre o(a) respondente: 2, 31, 41 e 55; Itens sobre o(a) companheiro(a): 24, 32, 42 e 56). Refere-se a danos ou traumatismos decorrentes de brigas entre os membros do casal, podendo haver ou não a necessidade de acompanhamento do cônjuge injuriado por parte de um serviço de saúde.

6. *Injúria menor*: (Itens sobre o(a) respondente: 11 e 71; Itens sobre o(a) companheiro(a): 12 e 72). Diz respeito aos danos “menores”, causados em virtude de uma briga entre o casal, não havendo, em geral, a necessidade de acompanhamento do cônjuge injuriado por parte de um serviço de saúde.

7. *Negociação*: (Itens sobre o(a) respondente: 1, 3, 13, 39, 59 e 77; Itens sobre o(a) companheiro(a): 2, 4, 14, 40, 60 e 78). Refere-se à discussão para tentativa de resolução de um problema ou situação de discordância entre o casal, priorizando o diálogo para explicitação de motivos, a busca conjunta de soluções, a corresponsabilização, o respeito ao ponto de vista e aos sentimentos do companheiro, demonstrando empatia.

8. *Agressão psicológica grave*: (Itens sobre o(a) respondente: 25, 29 e 65; Itens sobre o(a) companheiro(a): 26, 30 e 66). Trata-se de ações praticadas por um dos cônjuges que objetivam causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento do outro cônjuge, através de humilhação, discriminação e crítica pelo desempenho sexual, por exemplo.

9. *Agressão psicológica menor*: (Itens sobre o(a) respondente: 5, 35, 49, 67 e 69; Itens sobre o(a) companheiro(a): 6, 36, 50, 68, e 70). Diz respeito às agressões psicológicas relacionadas às tentativas de ofender o cônjuge, através de insultos e xingamentos, podendo caracterizar-se por aumento do tom da voz, de ameaças de arremesso de objetos ou, ainda, de abandono de uma conversa/discussão, quando essa ainda não chegou ao fim.

No presente estudo, em virtude dos valores dos alfas de Cronbach das escalas Coerção Sexual (grave e menor) e Injúria (grave e menor) terem sido muito inferiores a .50, foram utilizadas apenas as escalas Negociação, Violência Física Geral (grave e menor), Agressão Psicológica Geral (grave e menor), perpetradas pelos membros da dupla conjugal, as quais tiveram alfas de Cronbach de .82, .71 e .74, para mulheres e .80, .64¹² e .73, para homens.

Por não serem passíveis de parametrização para a realização dos cálculos correlacionais, as escalas do instrumento foram dicotomizadas. Desse modo, os participantes foram separados por sexo e divididos em grupos, conforme a frequência de ocorrência de cada tática, da seguinte

¹² Para garantir o critério de confiabilidade, o valor aceitável do alfa de Cronbach costuma ser .7 ou .8. Entretanto, em pesquisa em Psicologia, por se lidar com uma diversidade de constructos psicológicos, valores inferiores a .7 podem ser esperados (Field, 2009, p. 675).

forma: a) *Baixa Negociação* (ocorreu de 0 a 5 vezes, durante o último ano) e *Alta Negociação* (ocorreu de 6 a mais de vinte vezes, durante o último ano); b) *Baixa Agressão Psicológica* (ocorreu de 0 a 5 vezes, durante o último ano) e *Alta Agressão Psicológica* (ocorreu de 6 a mais de vinte vezes, durante o último ano); e c) *Ausência de Violência Física* (nunca ocorreu) e *Presença de Violência Física* (ocorreu de 1 a mais de vinte vezes, durante o último ano).

Parent-Child Conflict Tactics Scales – CTSPC (Anexo C). O instrumento foi concebido em língua inglesa e consiste em um refinamento da primeira CTS, elaborada pelo *Family Research Laboratory*, nos Estados Unidos (Straus, 1979; Straus, Hamby, Finkelhor, Moore, & Runyan, 1998). O módulo básico da CTSPC é composto por 22 itens divididos em três escalas – *Disciplina Não Violenta*, *Agressão Psicológica* e *Violência Física*. A última é subdividida em três, cada uma abrangendo atos de distintas gravidades, quais sejam *Punição Corporal*, *Maus-Tratos Físicos* e *Maus-Tratos Físicos Graves*. O questionário também é do tipo *likert*, de oito pontos, que investiga a frequência com que determinada tática de resolução de conflito foi utilizada, ao longo do último ano. As opções de resposta vão de 1 (uma vez durante o último ano) a 6 (mais de 20 vezes ao longo do último ano). O respondente também pode escolher a resposta 0 (isso nunca aconteceu) ou 7 (não no último ano, mas isso já aconteceu antes). O CTSPC também já passou por adaptação transcultural para o português em um estudo com 774 mães brasileiras (Reichenheim & Moraes, 2003). Os alfas de Cronbach do estudo original variaram entre .02 e .70. A seguir, serão explicados os conceitos que envolvem cada uma das escalas abarcadas pelo instrumento:

1. *Disciplina não violenta*: (Itens 1, 2, 5, e 17): mede o uso de quatro práticas disciplinares que são alternativas utilizadas para se evitar a punição corporal. Envolve explicações, deixar a criança sozinha em um cômodo, privações de privilégios e substituição de atividades.

2. *Agressão psicológica*: (Itens 6, 10, 12, 14 e 21): mede atos verbais e simbólicos realizados pelos pais que objetivam causar dor ou medo psicológico na criança. Abarca atitudes como falar alto, berrar, gritar, xingar, rogar praga, ameaçar, dizer que vai expulsar a criança de casa ou chamá-la com expressões depreciativas.

3. *Violência física*: é dividida em três subescalas que medem a gravidade de maus-tratos físicos. São elas:

a) *Punição corporal*: (Itens 3, 4, 8, 16, 18 e 22): refere-se a atitudes tais como sacudir, dar tapas no rosto e em diversas partes do

corpo da criança, beliscões e palmadas no bumbum com ou sem uso de objetos;

b) *Maus-tratos físicos*: (itens 7, 15 e 20): envolve bater com a mão fechada, chutar, jogar a criança no chão e bater em várias partes de seu corpo, com objetos tais como cinto, chinelo, escova de cabelo, vara;

c) *Maus-tratos físicos graves*: (Itens 9, 11, 13 e 19): abarca agarrar a criança pelo pescoço e a sacudi-la, bater na criança o máximo que conseguir e queimar a criança ou derramar líquido quente nela de propósito.

Para o presente estudo, pelo fato de as escalas concernentes a Maus-tratos físicos e Maus-tratos físicos graves terem obtidos valores de alfas de Cronbach muito inferiores a .50, foram utilizadas apenas as escalas de Disciplina Não Violenta, Agressão Psicológica e a subescala de Punição Corporal, cujos alfas de Cronbach foram .71, .55⁵ e .77, para as respostas maternas, e .56⁵, .49 e .59⁵, para as paternas. Por não obedecer à distribuição normal, houve necessidade de transformar a escala Punição Corporal em paramétrica através de um cálculo de logaritmo de base 10¹³ - $\log_{10}(x+1)$.

3.4.2 Instrumento da Etapa 2

Para a Etapa 2, de cunho qualitativo, os participantes responderam a uma entrevista semiestruturada:

Entrevista semiestruturada (Apêndice A). Elaborada pelo Laboratório de Saúde, Família e Comunidade (LABSFAC/UFSC), investiga modelos conjugais e parentais das famílias de origem dos casais, bem como continuidades e descontinuidades na transmissão intergeracional destes, além de táticas de resolução de conflitos entre o casal, na presença da criança e entre pais-criança.

3.5 PROCEDIMENTOS

A coleta de dados foi organizada de acordo com as etapas demonstradas na Figura 3. Todas essas etapas resumidas serão devidamente explicadas a seguir. Anteriormente à coleta de dados propriamente dita, alguns procedimentos já foram realizados para

¹³ A transformação foi feita conforme fórmulas desenvolvidas pelo estatístico Jean Bégin, do Département de Psychologie da Université du Québec à Montréal, as quais estão disponíveis em <http://www.statmanie.uqam.ca/>.

preparar e organizar a operacionalização da pesquisa.

Etapas	Procedimentos
	ETAPA 1: QUANTITATIVA
1	Preparação dos instrumentos quantitativos e treinamento de aplicação dos mesmos.
2	Contato com Instituições de Educação Infantil para apresentação do projeto e estabelecimento de parceria para a realização do mesmo (Autorização Institucional – Apêndice C).
3	Envio das <i>Cartas-Convite</i> às famílias das crianças entre 4 e 6 anos (Apêndice D).
4	Recolhimento das cartas-convites e contato telefônico com as famílias, para verificar se esses se enquadravam nos critérios da pesquisa e agendamento de visita domiciliar.
5	Visita domiciliar 1: conversa inicial para fornecer esclarecimentos sobre a pesquisa; assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 1; aplicação dos instrumentos: Questionário Sociodemográfico, CTS2 e CTSPC.
6	Tabulação, digitação e análise dos dados através do pacote estatístico SPSS.
	ETAPA 2: QUALITATIVA
8	Preparação da entrevista semiestruturada a partir dos resultados obtidos na Etapa 1 (Quantitativa).
9	Treinamento da aplicação da entrevista semiestruturada.
10	Seleção de 12 casais (pais e mães) para participar da Etapa Qualitativa. Contato telefônico com as famílias para convidá-las a participar da Etapa 2 da pesquisa e agendamento de nova visita domiciliar.
11	Visita domiciliar 2: explicação sobre a necessidade de gravar o encontro; leitura e assinatura do TCLE 2; realização da entrevista semiestruturada com o casal em conjunto.

Figura 3. Etapas do procedimento de coleta de dados

3.5.1 Procedimentos de preparação para a coleta de dados

3.5.1.1 Procedimentos de preparação para a coleta de dados para Etapa 1

Para a padronização da coleta de dados do TIV¹⁴, os pesquisadores¹⁵ elaboraram um manual de procedimentos que incluía explicações sobre como realizar a obtenção dos participantes (telefonema para contato inicial, agendamento da visita domiciliar), bem como um roteiro de aplicação dos instrumentos (preparação dos materiais para a visita, explicações sobre a pesquisa, assinatura do TCLE (Apêndice B), ordem de aplicação dos instrumentos e ritual de agradecimento). Para tanto, os pesquisadores treinaram a aplicação dos instrumentos em sala de espelho unidirecional. Após esse treinamento, percebeu-se a necessidade de fazer correções nos instrumentos como a de acrescentar cabeçalho padronizado em todos eles e de colocar uma grade de respostas em todas as folhas, a fim de agilizar a marcação das respostas dos participantes. Ainda no momento do treinamento, foi observada a necessidade de oferecer um caderno para acompanhamento do participante, idêntico ao do aplicador, para facilitar a compreensão das assertivas e perguntas, bem como otimizar o tempo da entrevista.

Após o treinamento, decidiu-se realizar um projeto-piloto, objetivando avaliar a adequação dos instrumentos à realidade do campo de pesquisa, além de servir como treinamento aos entrevistadores, no sentido de padronizar o processo de entrevista e de aplicação dos instrumentos. Participaram três famílias (três pais e três mães) e mais duas mães de crianças com a idade pretendida para o estudo. Dessa forma, o procedimento foi aplicado a oito pessoas: três pais e cinco mães. A partir do projeto-piloto, foram identificados erros de português e de digitação nos instrumentos que puderam ser alterados. Além disso, notou-se, também, que algumas questões precisavam ser modificadas pela dificuldade de compreensão por parte dos entrevistados e observou-se a necessidade do acréscimo de palavras no masculino e no feminino (por exemplo, filho/filha; seu/sua; ele/ela; pai/mãe). O estudo-piloto também permitiu definir o tempo médio de aplicação das escalas e questionários para um período de 75 minutos, o que possibilitou a

¹⁴ O TIV englobou a aplicação de sete instrumentos de medida (escalas e questionários), dos quais três (Questionário Sociodemográfico, CTS2 e CTSPC) são usados no presente estudo.

¹⁵ O grupo de pesquisadores foi constituído por cinco mestrandas e dois bolsistas de iniciação científica do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da UFSC.

organização dos agendamentos das visitas.

3.5.1.2 Procedimentos de preparação para a coleta de dados para Etapa 2

Para a realização da entrevista semiestruturada, as pesquisadoras fizeram um treinamento da aplicação desta em sala de espelho unidirecional para verificar possíveis problemas e necessidades de mudanças nas perguntas ou de fornecimento de explicações extras. Para isso, contou-se com a participação voluntária de um casal que não compôs os participantes da pesquisa. Além disso, esse treinamento serviu para que as pesquisadoras estimassem o tempo de aplicação de cada instrumento e elaborassem uma lista de materiais que deveriam ser levados no encontro com os participantes tais como folhas, canetas e gravador.

3.5.2 Procedimentos para recrutamento e seleção da amostra

3.5.2.1 Procedimentos para recrutamento e seleção da amostra para Etapa 1

Para obtenção dos participantes, foram contatadas 36 Instituições de Educação Infantil (IEI) de Santa Catarina, sendo 25 situadas na região da Grande Florianópolis e 11 no Vale do Itajaí. O acesso às escolas da rede pública de ensino ocorreu via Secretarias de Educação, onde os pesquisadores apresentaram o projeto TIV aos responsáveis e receberam a permissão para a realização da pesquisa, em dois municípios.

A partir da aquisição do consentimento por parte dos secretários de educação, os pesquisadores fizeram contato com as diretoras de cada IEI e apresentaram novamente o projeto com o objetivo de explicar os procedimentos de execução do mesmo. Já nas escolas privadas, o projeto foi apresentado às diretoras e coordenadoras pedagógicas. Após o aceite do projeto pelos responsáveis das escolas públicas e privadas, essas assinavam a *Autorização Institucional* (Apêndice C) e se comprometiam a enviar para as famílias das crianças da faixa etária da pesquisa uma *Carta-Convite* (Apêndice D), convidando-as para participar da mesma.

Na região da Grande Florianópolis, 20 escolas da rede pública concordaram em participar da pesquisa. Dentre essas, foram

selecionadas 124 famílias que cumpriam os critérios previstos para aplicação dos instrumentos. Além dessas, seis famílias foram acessadas através da indicação de pais de famílias que haviam participado da pesquisa; portanto, não foram convidadas via instituição de ensino. Essas crianças estudam em escolas particulares da Grande Florianópolis. Na região do Vale do Itajaí, oito IEs aceitaram participar do projeto, das quais 20 famílias foram selecionadas para a Etapa 1 da pesquisa.

De posse das cartas-convite, as pesquisadoras realizaram uma espécie de triagem com o objetivo de verificar se as famílias que haviam se oferecido para participar do estudo se enquadravam nos critérios da pesquisa. Dessa forma, procedia-se a um contato telefônico para as famílias no qual os pesquisadores as lembravam de terem preenchido a *carta-convite*, confirmavam o interesse na participação do projeto, prestavam maiores esclarecimentos, checavam os critérios de inclusão da amostra e, por fim, agendavam uma visita domiciliar. Nesse contato telefônico, os pesquisadores também salientavam a importância de pai e mãe estarem no domicílio no dia da visita e deixavam seus telefones e e-mails, caso a família precisasse entrar em contato, antes do dia marcado, ou cancelar o encontro. Quando algum dos critérios não era preenchido pela família, explicava-se o motivo da impossibilidade de inclusão da mesma e era feito um agradecimento em nome do grupo de pesquisa.

3.5.2.2 Procedimentos para recrutamento e seleção da amostra para Etapa 2

Para a aplicação da entrevista semiestruturada, foram selecionados 12 casais que participaram da Etapa 1. O critério de seleção das famílias foi que uma das pesquisadoras¹⁶ responsável pela segunda visita domiciliar já tivesse participado da primeira, ou seja, que a família já tivesse tido um contato prévio com uma das entrevistadoras, para que o vínculo fosse facilitado. As pesquisadoras fizeram contato telefônico com as famílias, convidando-as a participar da Etapa 2 do estudo. Desse modo, participaram da etapa qualitativa as 12 primeiras famílias que aceitaram ao convite. Após o aceite, as pesquisadoras realizaram o agendamento da visita domiciliar.

3.5.3 Procedimentos para a coleta de dados propriamente dita

¹⁶ A Etapa 2 foi realizada por duas doutorandas vinculadas ao TIV, as quais são psicólogas especialistas em Psicologia Clínica com formação em Terapia Relacional Sistêmica.

3.5.3.1 Procedimentos para a coleta de dados da Etapa 1

A coleta ocorreu preferencialmente nas residências das famílias em dia e horário previamente combinados, via contato telefônico realizado por um dos pesquisadores. Quando a família julgava haver algum impeditivo para que a visita ocorresse em seu domicílio, agendava-se outro local indicado pela mesma (trabalho dos pais, casa dos avós da criança focal, escola). Os pesquisadores também tomaram cuidado para que a disponibilidade de tempo dos pais, no dia da coleta, fosse garantida, sendo que a coleta teve duração aproximada de 75 minutos com cada um dos integrantes do casal, variando em função de interrupções e das características individuais.

Os pesquisadores, na maioria dos casos, realizaram a visita em duplas, de modo que fosse possível entrevistar o pai e a mãe, ao mesmo tempo. Desse modo, ao chegar aos domicílios das famílias, os pesquisadores se apresentavam e realizavam uma conversa para ambientação, explicando o objetivo do projeto maior e esclarecendo dúvidas. Em seguida, um dos pesquisadores entregava uma cópia do TCLE para cada um dos pais e o lia em voz alta. Após a leitura desse termo, os pesquisadores confirmavam o interesse da família em participar do projeto e solicitavam que cada um dos pais o assinasse, colocando a data. Em seguida, o TCLE era colocado dentro de um envelope pardo com a carta-convite e lacrado na frente da família, e outra via desse documento era deixado para os pais. Nesse momento, os pesquisadores explicavam que na via do TCLE que ficaria com a família, ela teria acesso aos telefones e e-mails dos mesmos e poderia entrar em contato, em caso de quaisquer dúvidas. Após isso, o envelope recebia uma etiqueta com um número que seria o código de identificação da família. A partir disso, os pesquisadores tiravam de dentro de um segundo envelope o caderno que continha todos os instrumentos que deveriam ser respondidos por cada um dos pais. Com isso, os pesquisadores ressaltavam que esse caderno não conteria os nomes dos respondentes, apenas o código de identificação da família, para que a identidade dela fosse preservada, no momento da digitação dos dados. Dessa forma, os pesquisadores solicitavam que cada um dos pais fosse entrevistado em cômodos separados, para que não houvesse interferência nas respostas um do outro. Quando essa condição não era possível pelo fato de a residência da família ter apenas um cômodo, um dos pesquisadores realizava a aplicação dos instrumentos na rua, isto é,

no pátio da moradia.

Para aplicação dos instrumentos, cada pesquisador entregava para cada um dos pais um caderno de acompanhamento que continha todos os instrumentos, de modo a facilitar a compreensão dos pais, à medida que o pesquisador fosse realizando as perguntas. O pesquisador lia integralmente cada um dos instrumentos em voz alta e marcava a resposta do participante. Para o presente estudo, o pai foi convidado a responder aos instrumentos CTS2, CTSPC, e a mãe respondeu ao Questionário Sociodemográfico¹⁷, CTS2 e CTSPC. Sempre que oportuno, o pesquisador repetia o nome da criança focal como forma de evitar que o participante respondesse pensando em outro(a) filho(a).

Apesar de os pesquisadores terem previsto que o tempo de aplicação dos instrumentos seria em torno de 75 minutos, esse variou expressivamente em virtude de características peculiares de cada participante. Houve famílias em que a duração da visita ultrapassou o período de 3 horas. Isso aconteceu, principalmente, pela dificuldade de alguns pais e mães de compreenderem as questões, pelo fato de eles fornecerem muitas explicações a respeito de cada pergunta que era feita e por interrupções que eventualmente ocorriam (telefone tocar, chegada de uma visita, solicitações por parte dos filhos, etc.). A criança focal, em alguns casos, ficou junto do pai ou da mãe, durante todo o tempo de entrevista. Essa situação obrigou os pesquisadores a solicitarem que os pais lessem em silêncio e dessem a resposta de questões que buscassem informações sobre práticas sexuais ou de violência como, por exemplo, as questões 19 e 61 do CTS2 que investigam, respectivamente, o uso de força para obrigar o cônjuge a realizar sexo oral ou anal e se um dos parceiros já queimou o outro de propósito.

Após o término da aplicação dos questionários, os pesquisadores se despediam e se colocavam à disposição para prestar informações sobre a pesquisa. Uma planilha para organização dos dados da coleta foi construída, para evitar erros no registro das informações. Tal planilha era continuamente atualizada pelo grupo de pesquisa para possibilitar a seus integrantes o acompanhamento das atividades.

3.5.3.2 Procedimentos para a coleta de dados da Etapa 2

A segunda visita domiciliar ocorreu em dia e horário em que os

¹⁷ A decisão de que somente a mãe responderia ao Questionário Sociodemográfico foi definida no projeto TIV que inclui, além desse, a aplicação de sete instrumentos.

membros do casal estavam disponíveis para receber as pesquisadoras. Na visita, as pesquisadoras fizeram um *rapport* lembrando a primeira vista. Em seguida, era feita a leitura de um novo TCLE (Apêndice E) no qual se pedia permissão para a gravação do encontro que se iniciava com as perguntas da entrevista semiestruturada (Apêndice A). Ao final, se fazia um fechamento da visita, no qual se retomavam os principais temas abordados e se acolhiam as mobilizações emocionais suscitadas pela entrevista, agradecimentos e despedida.

3.5.4 Procedimentos para análise de dados

3.5.4.1 Procedimentos para análise de dados da Etapa 1

Os resultados obtidos na pesquisa foram tabulados e submetidos a análises formais através do pacote estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) - versão 18.0. A análise dos dados quantitativos foi realizada a partir de: estatística descritiva que visa a caracterizar uma única variável através de informações e valores de suas modalidades, com a exposição, por exemplo, da distribuição de frequências, médias e desvio-padrão, de acordo com a natureza dos dados (R. H. Sampieri, C. F. Collado, & P. B. Lucio, 2006b); e estatística inferencial, a qual visa a examinar o grau de relação entre variáveis envolvidas no estudo, através da análise de correlação (Fleith & Junior, 2005). Desse modo, foram realizadas análises relacionais, variadas e multivariadas, as quais incluíram análise de correlações de Pearson, test t e MANOVAS.

As MANOVAS foram conduzidas separadamente para os grupos de mãe e pai e rodadas através de seis modelos, sendo três para os grupos femininos e três para os masculinos. As variáveis dependentes de cada grupo (Disciplina Não Violenta, Agressão Psicológica e Punição Corporal na relação pais-criança) permaneceram constantes nos seis modelos. As variáveis independentes (Negociação, Agressão Psicológica e Violência Física na relação conjugal) seguiram o critério de dicotomização descrito anteriormente na seção *Instrumentos*. Calculou-se, também, a proporção de cada uma das variáveis dependentes dentro de cada grupo de mãe e pai das variáveis independentes. Para tanto, cada grupo foi calculado separadamente, e cada variável dependente foi dividida pela soma desta com as demais variáveis dependentes.

3.5.4.2 Procedimentos para análise de dados da Etapa 2

As entrevistas semiestruturadas foram analisadas conforme análise de conteúdo (Bardin, 2011), a qual se refere a “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” (p.48). A análise de conteúdo leva em consideração o aspecto individual e atual (em ato) da linguagem de quem fala e suas significações. Dentre as técnicas de análise de conteúdo, optou-se pela *análise categorial temática*, a qual consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença pode significar algo para o objetivo analítico escolhido (Bardin, 2011).

A organização da análise seguiu três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A categorização empregou o processo de *acervo*, no qual o sistema de categorias não é fornecido *a priori* e resulta da classificação analógica e progressiva dos elementos. Desse modo, durante a fase de codificação, definiam-se *unidades de registro* (temas), as quais, eventualmente, foram inseridas em *unidades de contexto*¹⁸ que compunham os elementos de análise. Ao término dessa operação, foram estruturadas as classificações dos elementos de análise, cujo agrupamento resultou na criação de subcategorias e categorias. Salienta-se que todo o processo visou a que as categorias temáticas tivessem as seguintes qualidades: a exclusão mútua; a homogeneidade; a pertinência; a objetividade e a fidelidade; e a produtividade. Esse procedimento de organização das categorias ocorreu com o recurso do software *Atlas.ti 5.0*¹⁹, que se constituiu como uma ferramenta adequada,

¹⁸ A *unidade de contexto* serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro de maneira que se possa compreender a significação exata da unidade de registro (Bardin, 2011).

¹⁹ *Atlas.ti* faz parte dos programas CAQDAS (*Computer-Aided Qualitative Data Analysis Software*) e se constitui como uma ferramenta para o processo de análise qualitativa de dados. O foco do programa é o método de análise de dados e não no processo inteiro de pesquisa. Desse modo, o *Atlas.ti* é recomendado para diferentes escolhas metodológicas, as quais podem contemplar abordagens indutiva, dedutiva ou mistas, bem como análise qualitativa ou quantitativa, independente do embasamento epistemológico da pesquisa (Friese, 2014).

quando a categorização ocorre via processo de acervo.

Destaca-se que o método de análise de conteúdo de Bardin pode envolver tanto abordagens quantitativa (contagem de frequências) quanto qualitativa (inferência). Entretanto, para o presente estudo, optou-se apenas pela abordagem qualitativa dos dados, visto que os objetivos da Etapa 2 envolviam a descrição e caracterização de táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais e não a sua frequência de ocorrência. Desse modo, a análise realizada se caracterizou, principalmente, pela inferência, a qual englobou um procedimento flexível, intuitivo, maleável, adaptável a índices não previstos. Após inúmeras releituras do *corpus* (12 entrevistas) e a finalização do procedimento de categorização, os resultados passaram pela avaliação de juízas²⁰, *experts* na área. Para tanto, realizou-se um cálculo da porcentagem de acordos da pesquisadora com cada juíza, baseado na fórmula de Fagundes (1999), tomada emprestada do método observacional, a qual é indicada para avaliação de fidedignidade. O cálculo resultou do número de acordos de cada juíza com a pesquisadora, dividido pelo número de acordos da juíza somados ao número de desacordos desta juíza, e este resultado foi multiplicado por 100 para resultar em uma porcentagem (Figura 4).

²⁰ A Etapa 2 contou com a colaboração de quatro juízas, (três mestres e uma doutora em Psicologia, sendo uma delas especialista em Terapia Relacional Sistêmica). As juízas foram divididas em pares de acordo com os objetivos específicos da Etapa 2, sendo que duas avaliaram os resultados da categorização correspondente ao primeiro objetivo específico desta etapa, e outras duas avaliaram a categorização referente ao segundo objetivo. As juízas receberam, individualmente, o esquema de categorização com as definições de cada categoria, subcategoria e seus respectivos elementos de análise, os quais eram acompanhados por vinhetas dos participantes. As juízas eram solicitadas a avaliar cada subcategoria e tinham três opções de respostas, a saber: *concordo*, *concordo com alterações* e *discordo*. O item concordar com alterações envolvia sugestões de pequenas mudanças que não comprometiam o significado da categoria ou subcategoria. Quando as juízas concordavam com ou sem alterações, contabilizava-se um item de concordância para o cálculo de acordo. Somente quando as juízas não concordavam com a subcategoria, sugerindo uma profunda mudança na sua estrutura, seu desmembramento ou exclusão, computava-se como discordância.

$$C = \frac{\sum \text{Acordos}}{\sum \text{Acordos} + \sum \text{Desacordos}} \times 100\%$$

Figura 4. Equação do cálculo de concordância com juízes (Fagundes, 1999)

A porcentagem de concordância de cada uma das juízas com a pesquisadora foi 84.6% e 92.3% para os resultados oriundos das análises realizadas a partir do primeiro objetivo da Etapa 2, que serão apresentados na *Artigo 2* da presente tese. Para o segundo objetivo da Etapa 2, cujo resultado será apresentado no *Artigo 3*, a porcentagem de concordância de cada juíza com a pesquisadora foi, respectivamente, 86.4% e 95.5%.

A seguir estão listados os objetivos específicos da pesquisa e as respectivas análises que foram realizadas (Figura 5):

Etapa	Objetivos	Amostra	Instrumento	Análise
Etapa 1: QUANTITATIVA	1º) Descrever as características sociodemográficas da amostra	150 mães e 150 pais	Questionário sociodemográfico	Análise descritiva (frequências, médias e desvios-padrão).
	2º) Identificar táticas de resolução de conflitos usadas por casais e por pais com crianças entre 4 e 6 anos.	150 mães e 150 pais	CTS2 e CTSPC	Análise descritiva (frequência, médias e desvios-padrão).
	3º) Investigar a relação entre táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais em famílias com crianças entre 4 e 6 anos.	150 mães e 150 pais	CTS2 e CTSPC	Análises de correlação, variadas e multivariadas (Correlação de Pearson, Teste t e Manovas). Cálculos de proporção.

Etapa	Objetivos	Amostra	Instrumento	Análise
Etapa 2: QUALITATIVA	1º) Compreender as características e as táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais de casais heteroafetivos com crianças entre quatro e seis anos.	12 pais e 12 mães	Entrevista semiestruturada	Análise de conteúdo categorial temática de Bardin.
	2º) Caracterizar as concepções de casais heteroafetivos sobre continuidades e descontinuidades na transmissão intergeracional de modelos relacionais e de táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais.	12 pais e 12 mães	Entrevista semiestruturada	Análise de conteúdo categorial temática de Bardin.

Figura 5. Descrição dos objetivos, amostra, instrumentos e tipos de análise que foram realizados durante a pesquisa.

3.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

O projeto TIV, no qual o presente estudo se insere, foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH - UFSC) e aprovado sob certificado número 520/2009 (Anexo D), atendendo às Resoluções nº 196, de 10 de outubro de 1996, e nº 251 de 5 de agosto de 1997, do Ministério da Saúde. Na ocasião da solicitação de renovação do Certificado, foi realizada e inclusão dos objetivos e método da presente pesquisa cuja aprovação se deu através do Parecer Consubstanciado do CEP, número 378881, de 17 de junho de 2012 (Anexo E).

Os princípios éticos da pesquisa concernem à proteção dos direitos, ao bem-estar e à dignidade dos participantes. O Código de Ética do Conselho Federal de Psicologia de 08/2005 dispõe sobre a realização de pesquisas e psicologia com seres humanos e destaca a importância da observação desses mesmos aspectos.

Por essa razão, os procedimentos éticos foram considerados, e os participantes foram informados, antes do início da coleta de dados em qualquer uma das etapas, no momento da leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - Apêndices B e E), sobre a garantia de anonimato, a participação voluntária e sobre a possibilidade de optarem pela desistência, em qualquer fase da pesquisa. Foram assinadas duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo que uma delas, contendo estas informações e os dados para contato com os pesquisadores, ficou de posse do participante para garantir a liberdade de participação. O mesmo processo ocorreu com as instituições participantes.

Todos os TCLEs assinados pelos participantes foram lacrados em envelopes na frente dos mesmos e arquivados em uma caixa. Os instrumentos respondidos pelos pais e mães foram armazenados em envelopes numerados com código de cada família, digitados e guardados em uma segunda caixa. Todos os documentos derivados da coleta foram arquivados no Laboratório de Pesquisa em Psicologia da Saúde, Família e Comunidade (LABSFAC), no Departamento de Psicologia da UFSC. A Profa. Dra. Maria Aparecida Crepaldi, coordenadora do TIV no Brasil, é a responsável por assegurar a confidencialidade dos dados.

Cabe ressaltar que os pesquisadores passaram por um treinamento com o objetivo de serem capacitados a evitar a emergência de riscos ou desconfortos aos participantes, durante a coleta de dados. Além disso, foi previsto, caso fosse identificada a necessidade de acompanhamento psicológico, que os participantes seriam encaminhados para atendimento psicológico no Serviço de Atendimento Psicológico da UFSC (SAPSI).

Após o término da pesquisa, foi realizado um projeto de extensão²¹ junto às Instituições de Educação Infantil que concordaram

²¹ Mais informações sobre o projeto de extensão podem ser acessadas através da publicação de Gomes, Bolze, Bossardi, Schmidt, Crepaldi e Vieira (2013) disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2823/282329398020.pdf>

em participar do projeto, o qual foi organizado em forma de oficinas. Essas oficinas foram ministradas pelos pesquisadores, com o objetivo de apresentar os resultados obtidos no estudo, de forma a contribuir para a promoção do desenvolvimento infantil e para a formulação de estratégias preventivas no que se refere, principalmente, ao comportamento violento.

4 RESULTADOS

Esta seção está organizada em dois formatos. No primeiro, serão apresentadas a *Síntese dos Resultados da Etapa 1* e a *Síntese dos Resultados da Etapa 2*. No segundo, os resultados serão apresentados na forma de três artigos científicos, os quais foram organizados de acordo com normas da *American Psychological Association* (APA, 2012), conforme os padrões de publicação da maioria das revistas científicas de Psicologia. Cada artigo buscou responder aos objetivos específicos da presente tese e, juntos, intencionaram responder ao objetivo geral da pesquisa.

4.1 SÍNTESE DOS RESULTADOS DA ETAPA 1

A síntese dos resultados da Etapa 1 está dividida em três partes, quais sejam: *Caracterização sociodemográfica dos participantes da Etapa 1*; *Táticas de resolução de conflitos conjugais*; e *Táticas de resolução de conflitos parentais*. Nessa seção, apresentar-se-ão os resultados estatísticos mais gerais, tais como médias, frequências, desvios-padrão e testes de comparação de médias. Os resultados que envolvem as análises correlacionais serão apresentados apenas do *Artigo 1*, intitulado *Relação entre táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais*.

4.1.1 Caracterização sociodemográfica dos participantes da Etapa 1

A maioria dos casais participantes era proveniente da região da Grande Florianópolis (86.6%) e constituía família nuclear composta por pais biológicos de todos os filhos (92%) (tabela 1). Os casais tinham, em média, dois filhos ($M = 1.91$; $DP = .93$). Das crianças focais, 80 eram meninas (53.3%), e 70 eram meninos (46.7%). O tempo médio de união conjugal foi de 11 anos ($DP = 5.37$). A média de idade da mãe foi 33 anos ($DP = 6.31$) e do pai foi 36 anos ($DP = 7.70$), sendo as mulheres significativamente mais jovens que os homens ($t(295) = 3.92$; $p < .01$). A escolaridade feminina foi de 12 anos ($DP = 4.19$), e a masculina foi de 11 anos ($DP = 4.38$), ($t(284) = 1.93$; $>.05$). A renda mensal média das mulheres foi R\$ 1.260.35 ($DP = 1.129.28$) e dos homens foi R\$ 2.091.00 ($DP = 1.628.14$), sendo a diferença de rendimentos significativamente maior para o sexo masculino ($t(272) = 4,86$; $p < .01$).

A renda familiar média foi de R\$ 3.185,54 (DP = 2.027,13). No que se refere à carga horária de trabalho, a maior parte das mulheres (59,3%) e dos homens (85,3%) relatou exercer atividades laborais de 40 horas semanais ou mais (tabela 2).

Tabela 1*Resumo de Caracterização Sociodemográficas dos Participantes da Etapa 1*

Variáveis sociodemográficas	n	(%)	M (DP)	Teste t
Local de residência				
Florianópolis	130	86.6%		
Vale do Itajaí	20	13.4%		
Total	150	100%		
Composição familiar				
Mãe e pai biológicos	138	92%		
Mãe e pai adotivos	4	2.67%		
Mãe biológica e padrasto	7	4.67%		
Pai biológico e padrasto	1	.66%		
Total	150	100%		
Sexo da criança focal				
Feminino	80	53.3%		
Masculino	70	46.7%		
Total	150	100%		
Idade				
Idade da mãe	149		32.90 (6.31)	t(295) = 3.92; p < .01
Idade do pai	148		36.10 (7.70)	
Renda familiar				
Renda da mãe	130		1.260.34 (1.129.28)	t(272) = 4.86; p < .01

Renda do pai	144	2.091.00 (1.628.14)	
Renda familiar mensal		3.185.54 (2.027.13)	
Escolaridade em anos			
Escolaridade da mãe	143	12.00 (4.19)	t(284) = -1.93; p > .05
Escolaridade do pai	143	11.02 (4.38)	
Tempo de união	148	10.61 (5.37)	
Número de filhos	149	1.91 (0.93)	
Número de pessoas na casa	148	4.06 (1.10)	

Nota. n = Número de famílias ou respondentes. (%) = Porcentagem de frequência. M = Média. DP = Desvio-padrão

Tabela 2*Porcentagens de Jornada de Trabalho dos Participantes*

Jornada de trabalho	Mãe		Pai	
	n	(%)	n	(%)
Até 20h semanais	23	15.3%	4	2.7%
Até 30h semanais	11	7.3%	6	4%
Até 40h semanais	42	28%	72	48%
Acima de 40 h semanais	47	31.3%	56	37.3%
Não se aplica	25	16.6%	7	4.7%
<i>Missing</i>	2	1.3%	5	3.3%
Total	150	100%	150	100%

4.1.2 Táticas de resolução de conflitos conjugais

Por meio da tabela 3, constata-se que a tática de resolução de conflito conjugal mais utilizada por mulheres ($M = 10.88$; $DP = 6.79$) e homens ($M = 10.0$; $DP = 6.6$) foi a negociação, o que corresponde à frequência média de dez a vinte vezes, durante o último ano. A segunda tática mais utilizada foi a agressão psicológica. Entretanto, as integrantes do sexo feminino referiram perpetrar agressão psicológica com uma frequência de ocorrência de duas a cinco vezes, em média, no período de um ano ($M = 2.77$; $DP = 3.29$). Os participantes do sexo masculino, por seu turno, admitiram utilizar agressão psicológica com a esposa de 1 a 2 vezes, durante o último ano ($M = 1.81$; $DP = 2.40$). As médias de violência física das respostas de mulheres e homens ficaram abaixo de 1, indicando que essa tática é pouco utilizada pelos participantes da pesquisa. Através do teste de *Wilcoxon*, a única diferença significativa encontrada foi na tática de agressão psicológica ($p < .05$). Desse modo, a mulher relatou de forma mais prevalente do que o homem que costuma perpetrar comportamentos que visam a causar danos emocionais ao cônjuge através de insultos, xingamentos e ofensas.

Tabela 3

Médias e Desvios-Padrão das Escalas do CTS2 Feminino e Masculino

Escalas do CTS2	Mulher			Homem			Resultado estatístico
	N	M	(DP)	N	M	(DP)	
Negociação	150	10.88	(6.79)	150	10.0	(6.6)	($t(149) = -1.36$; $p = .18$)
Violência física	150	.27	(.95)	150	.09	(.23)	($p > .05$)
Agressão psicológica	150	2.77	(3.29)	150	1.81	(2.40)	($p < .05$)

A figura 6 apresenta o gráfico das porcentagens de táticas de resolução de conflitos conjugais acessadas pelo instrumento CTS2, cuja ocorrência foi contabilizada se determinada tática foi referida, pelo menos, uma vez, durante o último ano. A maioria das mulheres (99%) e homens (99%) referiu exercer negociação com o cônjuge em situação de conflito, a qual se caracteriza como uma tática construtiva que envolve a

tentativa de resolução de um problema ou situação de discordância entre o casal, priorizando o diálogo para explicitação de motivos, a busca conjunta de soluções, a corresponsabilização, o respeito ao ponto de vista e aos sentimentos do companheiro e a demonstração de empatia. Dentre as táticas destrutivas avaliadas pelo instrumento, a agressão psicológica foi referida com maior preponderância pelos membros do sexo feminino (88%) e masculino (83%), a qual pode incluir ações que visam a causar danos à autoestima do parceiro, insultos e xingamentos, ameaças de arremesso de objetos ou, ainda, de abandono de uma conversa/discussão, quando essa ainda não chegou ao fim. A terceira tática mais utilizada por mulheres (27%) e homens (25%) foi a violência física que se caracteriza pela tentativa ou ato de causar dano ao outro, por meio de força física.

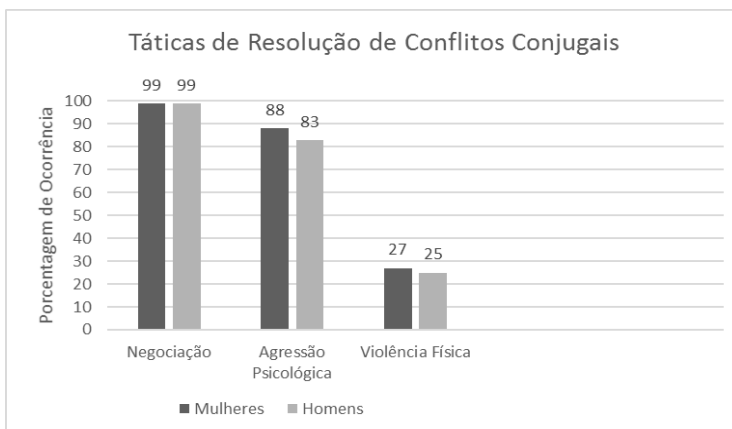


Figura 6. Gráfico das porcentagens de ocorrência de táticas de resolução de conflitos conjugais durante o último ano.

4.1.3. Táticas de resolução de conflitos parentais

A tabela 4 mostra que a disciplina não violenta foi a tática de resolução de conflitos parentais mais utilizada tanto pela mãe ($M = 12.16$; $DP = 6.75$) quanto pelo pai ($M = 10.72$; $DP = 5.56$), sendo esta diferença significativa ($t(149) = -2.31$; $p < .05$). Assim, a disciplina não violenta referida pela mãe e pelo pai ocorreu, em média, de 10 a 20 vezes, durante o último ano. A segunda tática mais utilizada por mãe ($M = 6.04$; $DP = 3.96$) e pai ($M = 5.28$; $DP = 3.98$) foi a agressão psicológica, a qual correspondeu a uma frequência de ocorrência de

cinco a 10 vezes, em média, durante o último ano. A punição corporal foi a terceira tática mais reportada por mãe ($M = 3.42$; $DP = 3.93$) e pai ($M = 2.27$; $DP = .47$), sendo que as respostas maternas se diferenciaram significativamente das paternas ($t(149) = -3.23$; $p < .01$), indicando que a mãe perpetra mais predominantemente castigos físicos contra a criança do que o pai. As médias materna e paterna de punição corporal correspondem a uma frequência de ocorrência de duas a cinco vezes, em média, durante o último ano.

Tabela 4

Médias e Desvios-Padrão das Escalas do CTSPC Materno e Paterno

Escalas do CTSPC	Mãe			Pai			Teste t
	N	M	(DP)	N	M	(DP)	
Disciplina Não violenta	150	12.16	(6.75)	150	10.72	(5.56)	$t(149) = -2.31$; $p < .05$
Agressão psicológica	150	6.04	(3.96)	150	5.28	(3.98)	$t(149) = -1.90$; $p = .06$
Punição corporal	150	3.42	(3.93)	150	2.27	(.47)	$t(149) = -3.23$; $p < .01$

A figura 7 apresenta o gráfico das porcentagens de táticas de resolução de conflitos parentais acessadas pelo instrumento CTSPC, cuja ocorrência foi contabilizada se determinada tática foi reportada, pelo menos, uma vez, durante o último ano. A disciplina não violenta foi a principal tática referida por mães (99%) e pais²² (99%), em situação de conflito com a criança. Essa tática é considerada construtiva, pois engloba comportamentos tais como dar explicações à criança, colocá-la de castigo em um cômodo, substituição de atividades e privação de privilégios. A segunda tática mais utilizada por mães (97%) e pais (98%) foi a agressão psicológica, a qual abarca atitudes que causam medo ou dor emocional na criança, tais como falar alto, berrar ou gritar com a criança, ameaçá-la, chamá-la com expressões depreciativas, praguejá-la ou dizer que irá expulsá-la de casa. A punição corporal foi

²² Nesta seção, usam-se as expressões “mães” e “pais” em substituição a “mulheres” e “homens”, visto que os resultados tratam da relação pais-criança.

terceira tática perpetrada por mães (91%) e pais (87%) a qual se caracteriza, principalmente, por palmadas nas nádegas da criança com ou sem uso de objetos, sacudi-la, e dar-lhe tapas nas mãos, braços ou pernas.

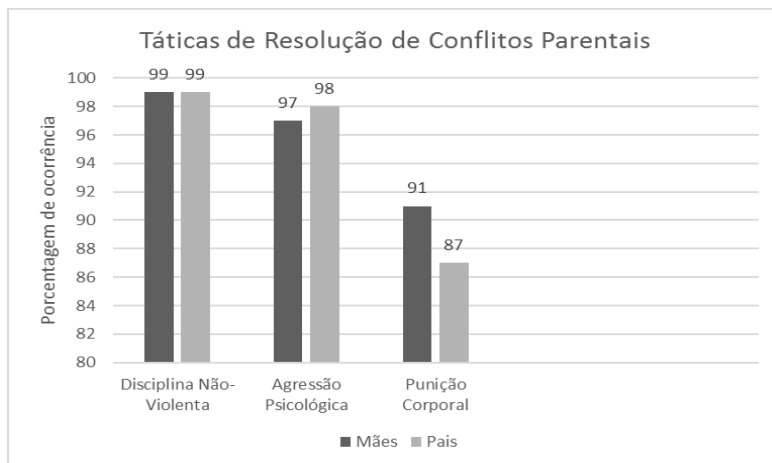


Figura 7. Gráfico das porcentagens de ocorrência de táticas de resolução de conflitos parentais durante o último ano.

4.2 SÍNTESE DOS RESULTADOS DA ETAPA 2

A síntese dos resultados da Etapa 2 será apresentada em três partes: *Caracterização sociodemográfica e de aspectos da história da família de origem dos participantes*; *Características e as táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais em famílias com crianças*; e *Concepções sobre continuidades e descontinuidades na transmissão intergeracional de modelos relacionais e de táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais*. Nesta seção, apresentar-se-á apenas o esquema de categorização que foi construído a partir da análise de conteúdo categorial temática, sendo que os resultados completos serão apresentados nos *Artigo 2* e *Artigo 3*, cujos títulos são, respectivamente, *Características e táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais* e *Transmissão intergeracional de modelos relacionais e táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais*.

4.2.1 Caracterização sociodemográfica e de aspectos da história da família de origem dos participantes da Etapa 2

4.2.1.1 Caracterização de aspectos sociodemográficos dos participantes

Participaram do estudo 12 casais, perfazendo o total de 24 respondentes (12 mulheres e 12 homens) (tabela 5). O tempo médio de união conjugal foi 13 anos (DP = 5.3), sendo o mínimo 6 anos e o máximo 24 anos. As mulheres apresentaram, em média, idade de 35 anos (DP = 7.1) e os homens, 38 anos (DP = 7.5). A média de idade dessas crianças foi 6 anos (DP = .7), sendo cinco delas do sexo feminino e sete do sexo masculino. A média de escolaridade feminina foi de 14 anos (DP = 2.8) e masculina, de 12 anos (DP = 3.4). O rendimento mensal médio das mulheres foi de R\$ 1.239.00 (DP = 602.00) e dos homens, de R\$ 2.037.50 (DP = 1.621.04). A média da renda familiar foi R\$ 2.456.67 (DP = 1.003.36). As atividades laborais foram variadas, mas a maioria dos participantes (75%) referiu jornada de trabalho de 40 a 44 horas semanais.

4.2.1.2 Caracterização de aspectos da história das famílias de origem dos participantes

Com relação a aspectos históricos das famílias de origem, todos os participantes foram criados por seus pais biológicos, com exceção de uma mãe, a qual foi criada pelo pai e madrasta e, posteriormente, na adolescência, pela avó materna e um casal de tios. A perda da mãe e do pai, ainda na infância, foi relatada por dois homens e uma mulher, mas todos afirmaram ter recordações de seus genitores. Ressalta-se a referência a nove casos de alcoolismo nas famílias de origem (oito paternos e um materno), relatados por cinco mulheres e quatro homens. O abuso de álcool se configurou como o motivo mais reportado de conflito conjugal. Os entrevistados referiram quatro situações de separação/divórcio de seus genitores. O modelo conjugal harmônico da família de origem foi identificado por 12 participantes, e o conflituoso, por outros 12. Com relação às experiências vividas na infância com os pais, 14 entrevistados consideraram o modelo parental como positivo, e oito, como negativo. Quando questionados sobre seguir o modelo relacional dos genitores, a maioria dos participantes percebeu repetir o modelo conjugal (12 pessoas) e parental (19 pessoas) das famílias de origem, mesmo que de forma parcial.

Tabela 5*Caracterização Sociodemográfica dos Participantes da Etapa 2*

Família	Participante	Idade	Escolaridade em anos	Renda mensal (R\$)	Carga horária semanal (h/s)	Profissão	Tempo de união (anos)	Criança focal	
								Sexo	Idade
Casal 1	Homem	33	17	2.000,00	40	Funcionário público	6	M	5
	Mulher	23	15	700,00	20	Pedagoga			
Casal 2	Homem	36	11	1.000,00	40	Eletricista	15	F	6
	Mulher	34	16	900,00	20	Professora			
Casal 3	Homem	33	15	1.200,00	20	<i>Personal trainer</i>	7	M	6
	Mulher	28	18	1.200,00	20	Massoterapeuta			
Casal 4	Homem	43	8	1.500,00	40	Motorista	17	F	6
	Mulher	36	11	2.500,00	40	Contadora			
Casal 5	Homem	41	16	2.200,00	40	Téc. Segurança do trabalho	13	M	7
	Mulher	37	16	1.400,00	40	Técnica enfermagem			
Casal 6	Homem	30	8	900,00	44 (+)	Vigilante	10	F	5
	Mulher	28	11	750,00	44	Vendedora			
Casal 7	Homem	26	11	800,00	40	Motorista	9	M	5
	Mulher	29	15	622,00	30	Atendente			

						prefeitura			
Casal 8	Homem	47	18	700,00	40	Professor	14	F	7
	Mulher	44	18	--	N/A	Professora			
Casal 9	Homem	48	10	1.200,00	44	Marmorista	24	M	7
	Mulher	42	11	1.200,00	40	Funcionária pública			
Casal 10	Homem	41	9	1.800,00	40	Trabalha comercial hotel	20	M	6
	Mulher	38	11	2.000,00	40 (+)	Doceira			
Casal 11	Homem	29	11	1.050,00	40	Vigilante	7	F	7
	Mulher	33	14	958,00	40	Vendedora			
Casal 12	Homem	44	7	2.000,00	40	Pedreiro	13	M	6
	Mulher	46	11	900,00	44 (+)	Vigilante			

Nota. N/A = Não se aplica. (+) = Carga horária de trabalho acima de 40 ou 44 horas semanais.

4.2.2 Características e as táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais em famílias com crianças

As características e as táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais foram acessadas a partir da análise categorial temática (Bardin, 2011), que resultou na construção de 54 elementos de análise, os quais foram classificados em oito subcategorias e, estas, em três categorias, conforme a tabela 6.

A categoria 1 (onze casais), *Conflitos conjugais e táticas de resolução*, abrangeu as situações de conflitos entre o casal, relatados como significativos ou importantes, além de táticas de resolução de conflitos conjugais utilizadas nessas ocasiões. É composta por três subcategorias, a saber: *Conflitos conjugais*; *Táticas construtivas de resolução de conflitos conjugais*; e *Táticas destrutivas de resolução de conflitos conjugais*.

A categoria 2 (onze casais), *Conflitos parentais e táticas de resolução*, abarcou a descrição de interações conflitivas entre pais-criança que foram relatadas como significativas ou importantes pelos membros do casal, além das táticas de resolução utilizadas por eles com a criança. É composta por três subcategorias: *Conflitos parentais*; *Táticas construtivas de resolução de conflitos parentais*; e *Táticas destrutivas de resolução de conflitos parentais*.

A categoria 3 (dez casais), *Reações parentais e filiais frente ao conflito conjugal na presença da criança*, envolveu a identificação, pelos membros do casal, de interação conflitiva na presença da criança e as reações dos envolvidos nessas situações, a qual se divide em duas subcategorias: *Reações parentais frente ao conflito conjugal na presença da criança* e *Reações da criança frente ao conflito conjugal em sua presença*.

Os resultados oriundos dessa categorização serão apresentados no Artigo 2, intitulado *Características e táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais*.

Tabela 6

Sistema de Categorias das Características e das Táticas de Resolução de Conflitos Conjugais e Parentais em Famílias com Crianças

Categorias	Subcategorias	Elementos de Análise (Unidades de Contexto e Registro)
CATEGORIA 1: Conflitos conjugais e táticas de resolução	1.1 Conflitos conjugais	Aspectos pessoais: <ul style="list-style-type: none">- Dificuldade de sair da solteirice e adaptar-se à vida de casado- Cônjuge internou esposa em clínica psiquiátrica por depressão- Hábito do cônjuge de abusar de bebida alcoólica Aspectos relacionais: <ul style="list-style-type: none">- Ciúme feminino (dos amigos, do futebol)- Envolveu separação temporária- Suspeita de traição por parte do cônjuge Aspectos contextuais: <ul style="list-style-type: none">- Conflito por causa da limpeza da casa- Situação financeira- Distanciamento em virtude do trabalho
	1.2 Táticas construtivas de resolução de conflitos conjugais	<ul style="list-style-type: none">- Conversar sobre o problema ou sobre a situação que gerou o conflito- Superar: voltar atrás, pedir desculpas e resolver a questão para continuar em frente- Avaliar com o cônjuge as alternativas possíveis e chegar a um acordo mútuo

		<ul style="list-style-type: none"> - Solicitar intervenção alheia - Ser flexível: cada um ceder um pouco - Entender que há situações conflituvas que levam tempo para serem superadas
	<p>1.2 Táticas destrutivas de resolução de conflitos conjugais</p>	<p>Táticas de Evitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Silenciar: Não conversar e não tocar nas feridas - Deixar que o tempo ajude a esquecer da situação conflituva - Afastamento temporário e deixar para resolver depois <p>Táticas de hostilidade verbal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Casal mede forças na interação conflituva e não cede sem brigar - Conversas que evoluem para brigas - Tentar convencer o cônjuge para fazer prevalecer a sua opinião - Ficar remoendo conflitos do passado
<p>CATEGORIA 2: Conflitos parentais e táticas de resolução</p>	<p>2.1 Conflitos parentais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criança faz birra, manha ou algo para chamar atenção dos pais - Criança grita, chora e pede para o pai não bater nela. antes de ele cometer qualquer agressão - Criança quer dormir na cama dos pais - Criança fez algo sem avisar os pais e os deixou

		<p>preocupados</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criança briga ou insiste quando quer algo - Criança não se comportou adequadamente, fez algo errado ou quebrou alguma coisa - Pais não lembram de uma situação de conflito com a criança
	<p>2.2 Táticas construtivas de resolução de conflitos parentais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conversar e dar explicações para a criança - Repreender e chamar atenção da criança - Privar a criança de privilégios (proibir a criança, temporariamente, de brincar, usar o computador, assistir a algum programa de TV ou fazer outra coisa de que ela goste) - Inibir o choro da criança para conversar - Isolamento temporário da criança (inspirado ou não em programa de TV) - Pedir desculpas à criança pela forma como agiu - Fazer a criança se colocar no lugar do pai ou da mãe ou comunicar a ela como os pais se sentem quando ela faz algo errado
	<p>2.3 Táticas destrutivas de resolução de conflitos parentais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Usar punição física associada a táticas de disciplina não violenta, tais como conversas e castigos - Dar chineladas na criança - Dar palmadas na criança - Bater na criança e não se arrepende

		<ul style="list-style-type: none"> - Bater na criança e se arrepender - Incitar medo na criança (agressão psicológica)
CATEGORIA 3: Reações parentais e filiais frente ao conflito conjugal na presença da criança	3.1 Reações parentais frente ao conflito conjugal na presença da criança	<ul style="list-style-type: none"> - Pais cessam a interação conflitiva frente à intervenção da criança (durante o conflito) - Pais explicam para a criança que não estão brigando, mas conversando (durante o conflito) - Pais pedem para a criança sair do recinto no momento do conflito (durante o conflito) - Conversar com a criança sobre ou após o conflito (pós-conflito) - Tentar tranquilizar a criança (falar para ela que a situação de conflito é coisa de gente grande, ou seja, que não lhe diz respeito) (pós-conflito) - Não fornecer explicações para a criança, após o conflito (pós-conflito) - Pais procuram não discutir na frente da criança
	3.3 Reações da criança frente ao conflito conjugal em sua presença	<ul style="list-style-type: none"> - Criança intervém no intuito de interromper o conflito conjugal dos pais - Criança tampa os ouvidos, rói unha e/ou fica triste - Pais identificam que a criança menciona os conflitos em situações posteriores

4.2.3 Concepções sobre continuidades e descontinuidades na transmissão intergeracional de modelos relacionais e de táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais

As concepções sobre continuidades e descontinuidades na transmissão intergeracional de modelos relacionais e de táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais foram acessadas através de análise categorial temática (Bardin, 2011), da qual se originou a construção de dois eixos temáticos principais, quais sejam, *Continuidades Intergeracionais* e *Descontinuidades Intergeracionais* os quais estão dispostos na Tabela 7.

O eixo temático continuidades intergeracionais se refere aos modelos relacionais e às táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais que os casais identificaram repetir de suas famílias de origem, o qual compreende 35 elementos temáticos, 10 subcategorias e quatro categorias, os quais foram estruturados a partir dos relatos de 10 mulheres e 11 homens.

A Categoria 1 (nove casais), *Continuidades do modelo conjugal harmônico da família de origem*, envolve aspectos positivos do relacionamento conjugal das famílias de origem que os casais relataram ter como modelo e repetir na relação conjugal atual, a qual abarca duas subcategorias: *continuidade de comprometimento com o cônjuge*; e *continuidade de táticas construtivas de resolução de conflitos*.

A categoria 2 (quatro casais), *Continuidades do modelo conjugal conflituoso da família de origem*, abrange táticas destrutivas de resolução de conflitos e aspectos negativos do relacionamento conjugal da família de origem que os casais referiram repetir na relação atual, os quais são apresentados em três subcategorias: *continuidade da evitação como tática de resolução de conflitos conjugais*; *continuidade da hostilidade como tática de resolução de conflitos conjugais*; e *continuidade da adição como geradora de conflitos conjugais*.

A categoria 3 (nove casais), *Continuidades do modelo parental positivo da família de origem*, se refere a relatos dos bons exemplos da relação parental que os membros do casal experienciaram em suas famílias de origem e que procuravam perpetuar na relação com seus filhos. Abarca quatro subcategorias: *continuidade do envolvimento parental*; *continuidade de incentivo à educação*; *continuidade de transmissão de valores*; e *continuidade de práticas de disciplina*.

A categoria 4 (quatro casais), *Continuidades do modelo parental negativo da família de origem*, se refere a aspectos negativos ou destrutivos da parentalidade experienciados na família de origem que os

membros do casal percebem utilizar com a criança de igual maneira ou em menor intensidade, a qual engloba duas subcategorias: *continuidade da agressão psicológica*; e *continuidade da punição corporal como tática de resolução de conflito com a criança*.

O eixo temático descontinuidades intergeracionais diz respeito a modelos relacionais e de táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais das famílias de origem que os casais afirmaram não perpetuar na relação conjugal e parental atual. Engloba 22 elementos de análise, seis subcategorias e duas categorias, as quais foram construídas a partir dos relatos de oito mulheres e sete homens participantes no estudo.

A categoria 5 (três casais), *Descontinuidades do modelo conjugal conflituoso da família de origem*, se refere à busca por romper com as táticas destrutivas de resolução de conflitos utilizadas na família de origem e as tentativas de incorporar táticas construtivas na relação conjugal atual. Envolve duas subcategorias: *descontinuidades do uso de táticas destrutivas de resolução de conflitos conjugais*; e *decisão de resolver conflitos conjugais de forma diferente dos pais*.

A categoria 6 (sete casais), *Descontinuidades do modelo parental negativo da família de origem*, abrange aspectos do modelo negativo da parentalidade vivenciados na família de origem que os membros do casal referiram não repetir com os filhos. Abrange cinco subcategorias: *descontinuidade da adição*; *descontinuidade da punição corporal como tática de resolução de conflito com a criança*; *incorporação de uma parentalidade positiva e diferenciada da família de origem*; e *mecanismos moderadores propulsores das descontinuidades*.

Os resultados completos desse esquema de categorização serão apresentados no *Artigo 3*, cujo título é *Transmissão intergeracional de modelos relacionais e táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais*.

Tabela 7

Sistema de Categorias de Concepções sobre Continuidades e Descontinuidades na Transmissão Intergeracional de Modelos Relacionais e de Táticas de Resolução de Conflitos Conjugais e Parentais

EIXO TEMÁTICO: CONTINUIDADES INTERGERACIONAIS		
Categoria	Subcategoria	Elementos de análise
CATEGORIA 1: Continuidades do modelo conjugal harmônico da família de origem	1.1 Continuidade de comprometimento com o cônjuge	<ul style="list-style-type: none">- Batalhar e trabalhar juntos- Dedicção para a relação- Respeito pelo cônjuge- União- Companheirismo- Dividir tarefas e dívidas- Honrar o casamento
	1.3 Continuidade das táticas construtivas de resolução de conflitos	<ul style="list-style-type: none">- Comunicação aberta- Sem agressões verbais ou físicas
CATEGORIA 2: Continuidades do modelo conjugal conflituoso da família de origem	2.1 Continuidade da evitação como tática de resolução de conflitos conjugais	<ul style="list-style-type: none">- Afastamento temporário- Não conversar- Tentar não demonstrar o conflito para a criança

	2.2 Continuidade da hostilidade como tática de resolução de conflitos conjugais	<ul style="list-style-type: none"> - Agressão física ou verbal - Separação temporária - Discussões
	2.3 Continuidade da adição/alcoolismo como gerador de conflitos conjugais	<ul style="list-style-type: none"> - Alcoolismo - Substituição por entorpecente
CATEGORIA 3: Continuidades do modelo parental positivo da família de origem	4.1 Continuidade de envolvimento parental	<ul style="list-style-type: none"> - Dar carinho, cuidado e atenção aos filhos - Conversar com os filhos - Sair sempre com os filhos
	4.2 Continuidade de incentivo à educação	<ul style="list-style-type: none"> - Ajudar nas tarefas da escola - Incentivo ao estudo - Oferecer uma boa educação
	4.3 Continuidade da transmissão de valores	<ul style="list-style-type: none"> - Refeições com a família reunida - Religiosidade, fé e oração em família - Honestidade - Caridade e solidariedade - Polidez ao lidar com pessoas
	4.4 Continuidade de práticas de disciplina	<ul style="list-style-type: none"> - Reprimir a criança quando ela faz algo errado - Sentar, conversar, pedir e dar explicações para a criança sobre

		<p>um problema ou comportamento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dar um voto de confiança e autonomia para a criança - Colocar a criança de castigo: privação de privilégios
CATEGORIA 4: Continuidades do modelo parental negativo da família de origem	4.1 Continuidade da punição corporal como tática de resolução de conflito com a criança	<ul style="list-style-type: none"> - Puxão de orelha - Palmada na bunda, sem deixar marcas - Chinelada - Diferença entre apanhar e levar uma palmada
	4.2 Continuidade da agressão psicológica como tática de resolução de conflito com a criança	<ul style="list-style-type: none"> - Ameaçar com o chinelo
EIXO TEMÁTICO: DESCONTINUIDADES INTERGERACIONAIS		
Categoria	Subcategoria	Elementos de análise
CATEGORIA 5: Descontinuidades do modelo conjugal conflituoso da família de origem	5.1 Descontinuidades do uso de táticas destrutivas de resolução de conflitos conjugais	<ul style="list-style-type: none"> - Descontinuidade da evitação: resolver o conflito conjugal na hora - Descontinuidade da hostilidade: não agredir ou ameaçar o cônjuge - Não usar de agressão para proteger os filhos
	5.2 Decisão de resolver conflitos conjugais de forma diferente dos	<ul style="list-style-type: none"> - Decidir ser diferente dos pais: transformar ruim em bom

	pais	- Resolver conflitos de forma totalmente diferente dos pais
CATEGORIA 6: Descontinuidades do modelo parental negativo da família de origem	6.1 Descontinuidade da adição/alcoolismo	- Não beber - Não fumar
	6.2 Descontinuidade da punição corporal como tática de resolução de conflito com a criança	- Não uso de violência com a criança - Usar menos agressão física do que a recebida na infância - Conversar e explicar ao invés de bater
	6.3 Incorporação de uma parentalidade positiva e diferenciada da família de origem	- Promover um relacionamento parental que seja o inverso ou diferente do vivido na infância - Dar objetos ou brinquedos para a criança - Explicar à criança sobre a importância de estudar - Ajudar os filhos - Brincar com os filhos - Conversar com a criança - Ser presente e participativo
	6.4 Mecanismos moderadores propulsores das descontinuidades	- Exemplo de relacionamento dos tios como um modelo diferente a ser seguido

		<ul style="list-style-type: none">- Adesão a uma filosofia de vida que propicia a mudança- Cônjuge como um porto seguro ou referência que ensina uma outra forma de se relacionar
--	--	--

4.3 RESUMO DO ARTIGO 1

RELAÇÃO ENTRE TÁTICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS CONJUGAIS E PARENTAIS

Conflitos permeiam as relações entre casais e entre pais e filhos. Do ponto de vista das relações familiares, o que importa não é a ocorrência de conflitos, mas as formas de manejá-los e terminá-los, ou seja, as táticas utilizadas para a sua resolução. Os conflitos podem ser classificados como processos construtivos ou destrutivos. Conflitos construtivos abarcam táticas de resolução de conflitos bem-sucedidas, solução dos problemas, explicações sobre como os conflitos foram resolvidos e percepções positivas de conflitos não resolvidos. Conflitos destrutivos incluem táticas que envolvem agressão ou violência, hostilidade verbal e não verbal, interrupção da interação conflitiva, ameaças à integridade da família e conflitos sobre temas relacionados à criança. O objetivo do presente estudo foi investigar a relação entre táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais, em famílias com crianças de quatro a seis anos. O estudo de caráter transversal, descritivo e correlacional, contou com a participação de 300 mães e pais, que compunham 150 casais heteroafetivos, os quais responderam individualmente aos seguintes instrumentos: Questionário Sociodemográfico, *Revised Conflict Tactics Scales* (CTS2) e *Parent-Child Conflict Tactics Scales* (CTSPC). Foram investigadas táticas de resolução de conflitos conjugais (Negociação, Agressão Psicológica e Violência Física), as quais se configuraram como variáveis independentes, e parentais (Disciplina Não Violenta, Agressão Psicológica e Punição Corporal), as quais foram consideradas variáveis dependentes. Os resultados obtidos foram tabulados e submetidos a análises por meio do *software Statistical Package for Social Sciences* (SPSS). Foram conduzidas análises descritivas e relacionais, variadas e multivariadas. A relação entre as variáveis dependentes e as independentes foi avaliada por meio de um conjunto de MANOVAS. As táticas de resolução de conflitos entre mãe-criança e pai-criança apresentaram-se correlacionadas de um grau de fraco a moderado. A tática de Negociação foi utilizada com maior frequência pelos cônjuges. A Disciplina Não Violenta foi a tática de resolução de conflitos parentais mais referida por mães e por pais. Os resultados evidenciaram

que as táticas de resolução de conflitos parentais de Disciplina Não Violenta, Agressão Psicológica e Punição Corporal, combinadas, diferiram com êxito os grupos de mães e pais, no que se refere ao uso de Negociação, Agressão Psicológica e Violência Física, na relação conjugal. Os resultados sugerem que o clima emocional que emerge das interações conflituosas conjugais transborda, afetando as relações parentais. Desse modo, considerando a influência recíproca entre os subsistemas conjugal e parental na manutenção de dinâmicas familiares, ressalta-se a importância deste trabalho para que psicólogos ou profissionais de saúde que atendam famílias possam ajudá-las na elaboração de táticas de resolução de conflitos construtivas para a prevenção de problemas emocionais e comportamentais nos filhos.

Palavras-chave: Relações Conjugais. Conflito Conjugal. Relações Familiares. Relações Pais-Criança. Violência na Família.

4.4 RESUMO DO ARTIGO 2

CARACTERÍSTICAS E TÁTICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS CONJUGAIS E PARENTAIS

Conflitos fazem parte das relações humanas e são comuns entre membros de uma mesma família. Casais e pais e filhos costumam ter conflitos, os quais podem ser classificados como construtivos e destrutivos. Conflitos conjugais construtivos envolvem comportamentos que incluem a resolução com táticas bem-sucedidas, progressos para solucionar a situação conflitiva, respeito mútuo e percepções positivas de conflitos não resolvidos. Quando os conflitos ocorrem na presença da criança, explicações por parte dos pais, sobre como os conflitos foram manejados, são consideradas táticas construtivas, pois ajudam a criança a desenvolver comportamentos positivos nas suas interações conflitivas. Conflitos conceituados como destrutivos incluem táticas de agressão verbal ou violência física, hostilidade não verbal, retirada abrupta da cena de conflito, causando a interrupção desta, ameaças à estabilidade da família e brigas sobre temas relacionados à criança. O objetivo do presente estudo foi compreender as características e as táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais de casais heteroafetivos com crianças entre quatro e seis anos. Participaram deste estudo qualitativo 12 casais que responderam à entrevista semiestruturada. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas por meio de análise de conteúdo categorial temática, tendo sido organizadas com o recurso do software *Atlas.ti*. A categorização ocorreu via processo de acervo, do qual constituíram-se três categorias temáticas, quais sejam: 1) *Conflitos conjugais e táticas de resolução*; 2) *Conflitos parentais e táticas de resolução*; e 3) *Reações parentais e filiais frente ao conflito conjugal na presença da criança*. Evidenciou-se que os conflitos conjugais envolveram motivos pessoais, relacionais e contextuais. No que diz respeito às táticas de resolução de conflitos, tanto as construtivas quanto as destrutivas foram referidas pelos participantes. As táticas construtivas se caracterizavam por ênfase à comunicação aberta e à solução de problemas; as destrutivas, por evitação e hostilidade verbal. Os conflitos pais-criança envolveram motivos relacionados à dificuldade parental para imposição de limites, com uso de táticas construtivas, caracterizadas pela disciplina não violenta, e destrutivas, com agressão física e psicológica. As reações parentais frente ao conflito conjugal na presença da criança envolveram táticas construtivas (interrupção do

conflito e fornecimento de explicações) e destrutivas (pedir para a criança sair do recinto ou não lhe fornecer explicações). As reações da criança na ocorrência de conflitos conjugais, na presença dela, foram indicadas como de reatividade emocional (demonstração de tristeza ou raiva) ou manifestações comportamentais (intervenção no sentido de fazer parar o conflito, tampar os ouvidos, roer as unhas, chorar). Os achados deste estudo podem contribuir para o planejamento de intervenções de profissionais que atuam junto às famílias.

Palavras-chave: Conflito Conjugal. Conflito Parental. Relações Conjugais. Relações Pais-Criança. Resolução de Problemas.

4.4 RESUMO DO ARTIGO 3

TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DE MODELOS RELACIONAIS E TÁTICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS CONJUGAIS E PARENTAIS

A teoria da transmissão intergeracional preconiza que a natureza e a qualidade da parentalidade são intergeracionalmente transmitidas. Desse modo, pais em uma geração tendem a criar seus filhos de forma semelhante a que eles próprios experimentaram em suas famílias de origem. Essa tendência à manutenção dos modelos relacionais e comportamentais de uma geração para a outra é denominada *continuidade*. Entretanto, constata-se, também, a modificação nos padrões de comportamentos e heranças geracionais, a qual é concebida como *descontinuidade*. As continuidades intergeracionais são explicadas por conceitos chamados de *mecanismos mediadores* e, as descontinuidades, relacionados a *mecanismos moderadores*. Os conflitos entre o casal e entre pais e filhos são processos que podem ser transmitidos entre gerações, bem como suas táticas de resolução. Assim, o objetivo da presente pesquisa foi caracterizar as concepções de casais heteroafetivos sobre continuidades e descontinuidades na transmissão intergeracional de modelos relacionais e de táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais. Trata-se de um estudo qualitativo que contou com a participação de 12 casais, os quais responderam a uma entrevista semiestruturada. As entrevistas foram gravadas, transcritas, organizadas e analisadas conforme análise de conteúdo categorial temática. Os dados foram agrupados em categorias com o recurso do software *Atlas.ti*, as quais foram divididas nos eixos temáticos: *Continuidades Intergeracionais* e *Descontinuidades Intergeracionais*. As continuidades foram relatadas por um maior número de participantes e de forma mais diversificada, predominando a repetição de aspectos positivos e construtivos dos modelos familiares. As descontinuidades apontaram para a ruptura com padrões negativos ou destrutivos e a incorporação de uma parentalidade positiva e diferenciada da família de origem. No que se refere às táticas de resolução de conflitos, constataram-se as continuidades de táticas destrutivas, tais como evitação entre os cônjuges e o uso de punição corporal com a criança. Os mecanismos mediadores que contribuíram para as continuidades pareceram estar mais associados à manutenção de valores e a princípios das famílias de origem. Os moderadores, entretanto, pareceram estar

relacionados a fatores relacionais e circunstâncias contextuais e sociais, isto é, a diferentes maneiras de agir e de se relacionar que os cônjuges conheceram ao longo da vida, com pessoas e nos diversos ambientes de interação dos quais fizeram parte. Os achados deste estudo permitem que psicólogos possam reunir subsídios para intervenções preventivas e promotoras do desenvolvimento dos indivíduos e famílias, em diversos contextos.

Palavras-chave: Transmissão Intergeracional. Relações Conjugais. Relações Pais-Criança. Família de Origem. Conflito Conjugal.

5 DISCUSSÃO INTEGRADA

A presente pesquisa teve como objetivo principal caracterizar táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais, usadas por casais heteroafetivos e por mães e pais de crianças entre quatro e seis anos, a partir da perspectiva da transmissão intergeracional. Os resultados das duas etapas do estudo apontaram para o uso de táticas construtivas e destrutivas de resolução de conflitos, exercidas tanto pelo subsistema conjugal quanto pelo parental, inclusive no que concerne às influências das famílias de origem. Esses resultados estão em consonância com a revisão de literatura que aponta para o uso de táticas construtivas e destrutivas de resolução de conflitos no cotidiano das famílias (Cummings et al., 2004) e para a manutenção de um padrão de resolução de conflitos de uma geração para a outra (Dennison, Koerner, & Segrin, 2014; Whitton et al., 2008). De modo a contemplar os objetivos específicos, discutir-se-ão os resultados dos três artigos integrados, principalmente aqueles que se sobressaíram em mais de um dos estudos, ou seja, aqueles considerados relevantes em virtude de sua recorrência, nos achados do presente trabalho.

Com relação às táticas de resolução de conflitos conjugais, os três estudos indicaram a preponderância de negociação em situação de desentendimentos e desavenças entre os membros do casal, caracterizada por conversas entre os cônjuges e orientada para a comunicação aberta, avaliação de alternativas e solução de problemas, as quais são consideradas construtivas (Cummings & Davies, 2002; Cummings et al., 2016; Goeke-Morey, Cummings, Harold, & Shelton, 2003). Buscar ser flexível, voltar atrás na questão que ocasionou o conflito, realizar concessões, acordos, pedir desculpas foram particularidades encontradas no presente estudo que representam essas táticas. Essa comunicação aberta também foi evidenciada como um padrão de continuidade intergeracional relacionada a um modelo harmônico da família de origem, reiterando a tendência de manutenção de padrões comunicacionais de uma geração para a outra (Whitton et al., 2008).

Dentre as táticas destrutivas de resolução dos conflitos conjugais, destaca-se a agressão psicológica, evidenciada de forma expressiva nos três artigos e corroborada pela literatura como a tática destrutiva mais prevalente em conflitos entre casais (Bhona, Gebara, Noto, Vieira, & Lourenço, 2014; Bolze et al., 2013), sendo indicada como a tática de maior poder preditivo de problemas entre cônjuges (Razera, Mosmann,

& Falcke, 2016). A agressão psicológica se caracterizou, principalmente, pela hostilidade verbal, a qual alude a discussões que evoluíram para brigas, nas quais os membros do casal mediram forças na interação conflituosa, proferiram ofensas, xingamentos e apresentaram dificuldades de ceder ou fazer concessões. A hostilidade verbal apareceu em conjunto com a agressão física como um aspecto de continuidade do modelo conjugal conflituoso da família de origem, conforme abordado por outros estudos (Cui et al., 2010; Whitton et al., 2008). Entretanto, as brigas hostis também apareceram como um ponto de descontinuidade intergeracional, o que envolveu o rompimento com as táticas destrutivas de resolução de conflitos e a decisão consciente dos cônjuges de resolver suas desavenças de forma diferente de seus pais, tal como exposto por outro estudo (Bueno, Souza, Monteiro, & Teixeira, 2013).

Ainda no que trata das táticas destrutivas, ressalta-se o uso da evitação, auferida nos artigos dois e três, tendo sido mencionada tanto como um comportamento da relação conjugal quanto um fenômeno de continuidade e de descontinuidade intergeracional. A evitação pode ser compreendida como uma tática destrutiva, no sentido de os cônjuges optarem pelo tratamento silencioso das questões conflituosas e por deixarem que o tempo resolva suas desavenças (Bolze et al., 2013; Schmidt et al., 2015). Entretanto, cabe esclarecer que nem sempre a evitação é concebida como uma tática destrutiva (Costa & Mosmann, 2015). Há casais que se consideram satisfeitos com seus casamentos e se caracterizam pelo tipo *esquivo*, isto é, têm como estilo minimizar seus problemas e evitar conflitos, enfatizando os aspectos positivos da relação (Driver, Tabares, Shapiro, & Gottman, 2016). Cabe, ainda, distinguir a evitação do afastamento temporário, relatado nos dois estudos como uma tática utilizada pelos cônjuges. O afastamento temporário é descrito como a opção de dar um tempo para refletir sobre a questão conflituosa e discuti-la posteriormente, a qual se configura como uma tática construtiva, sendo, inclusive, uma intervenção recomendada na clínica com casais (Stith, McCollum, & Rosen, 2011). Desse modo, concebe-se a evitação como uma tática destrutiva quando os cônjuges percebem não conseguir resolver suas questões conflituosas, fato que pode acarretar no acúmulo de mágoas e ressentimentos que se cristalizam ao longo do tempo, tornando-os insatisfeitos com a relação.

No que se refere às táticas construtivas de resolução de conflitos usadas com a criança, os resultados correlatos dos três estudos apontaram para a preponderância de disciplina sem uso de violência, conforme evidenciado por outras pesquisas (Peruhype, Halboth, & Alves, 2011; Rocha & Moraes, 2011; Runyan et al., 2010). Assim, a

disciplina se caracterizou como um comportamento dos membros do casal, enquanto pais, de sentar, conversar, pedir e dar explicações à criança; além de repreendê-la e dar-lhe castigos que envolviam, principalmente, o isolamento temporário e a privação de privilégios. Destaca-se que a disciplina não violenta se configurou tanto como uma tática de resolução de conflitos quanto como uma prática parental oriunda da família de origem, denotando um caráter de continuidade do modelo positivo dos genitores. Essa constatação está em consonância com outros estudos sobre transmissão intergeracional que sinalizam a continuidade de comportamentos parentais que abarcam suporte emocional, comunicação, demandas de autonomia, monitoramento, envolvimento e estabelecimento de regras (Roskam, 2013; Weber, Selig, Bernardi, & Salvador, 2006).

Apesar da preponderância da disciplina não violenta, chama a atenção que os três estudos também indicaram o uso de táticas destrutivas de resolução de conflitos com a criança, caracterizadas pela agressão psicológica e punição corporal. A agressão psicológica, evidenciada por comportamentos parentais que envolviam ameaças, incitação de medo na criança, chamá-la com expressões depreciativas, além de falar alto, berrar, gritar, xingar e rogar praga, também é descrita como a principal tática de resolução de conflitos parentais em um estudo realizado em vários países (Runyan et al., 2010).

Ressalta-se, dentre as táticas parentais destrutivas, a punição corporal, a qual se evidenciou, principalmente, pelo uso de palmadas e chineladas na criança, corroborando outras pesquisas (Friedson, 2016; Gershoff & Grogan-Kaylor, 2016; Runyan et al., 2010). A punição corporal também foi relatada como tática de continuidade intergeracional na resolução de conflitos com a criança, tal como em outros estudos (Marin et al., 2013; Wang, Xing, & Zhao, 2014). Essa constatação mostra-se relevante, pois a punição corporal está associada a problemas de comportamento, principalmente externalizantes (Marin, Piccinini, Gonçalves, & Tudge, 2012).

Apesar de a punição corporal ter aparecido como um fenômeno de repetição intergeracional, esta ainda se revelou como uma tática de descontinuidade, indicando a ruptura, com o modelo parental da família de origem de utilizar violência física como tática para resolver conflitos com os filhos, assumindo, assim, um caráter de construtividade nas táticas de resolução de conflitos parentais. Tal achado fortalece a concepção de que os cônjuges, enquanto pais, podem avaliar a maneira como foram criados e escolher repetir ou não os padrões vivenciados na

infância (Conger, Schofield, & Neppl, 2012; Marin et al., 2013; Wagner, 2005b).

Os resultados dos três estudos também possibilitaram a associação com a acepção do efeito *spillover*, a qual sugere que o clima emocional tenso que emerge das interações conflitivas entre o casal transborda para a relação com o subsistema parental (Erel & Burman, 1995). Os achados do *Artigo 1* indicam que casais que utilizam mais frequentemente táticas de negociação, agressão psicológica e violência física na relação conjugal exercem mais disciplina não violenta, agressão psicológica e punição corporal na relação com a criança, indicando que, diante de conflitos, os pais adotam práticas parentais insatisfatórias, permeadas por agressões verbais e físicas (Buehler & Gerard, 2002; Krishnakumar & Buehler, 2000). O *Artigo 2* apresentou o relato de um participante que disse ficar bravo com o filho por este tentar interromper o conflito conjugal entre ele próprio e a esposa, indicando a influência mútua entre a conjugalidade e a parentalidade, especialmente em situação de conflitos (Hameister, Barbosa, et al., 2015). O *Artigo 3* evidenciou a continuidade intergeracional de táticas destrutivas de resolução de conflitos conjugais, marcadas por hostilidade e evitação. Outras pesquisas também propuseram explicações, ligadas ao efeito *spillover*, para compreender a perpetuação da transmissão dos conflitos conjugais através das gerações (Cui et al., 2010; Kim et al., 2009).

Explicações teóricas distintas se propõem a tratar da associação entre o efeito *spillover* e a transmissão intergeracional de fenômenos. O modelo desenvolvimental-interacional, embasado pelo estudo de Cui et al. (2010), discutiu que os processos de aprendizagem social, vivenciados nas famílias de origem e permeados por agressão, contribuem para o desenvolvimento de comportamentos agressivos entre parceiros íntimos nas gerações subsequentes. A segunda explicação está ligada ao conceito de baixa regulação emocional, a qual preconiza a transmissão intergeracional de dificuldades de regular as emoções e comportamentos relacionados (raiva e hostilidade) (Kim et al., 2009). De acordo com Kim et al. (2009), a baixa regulação emocional passa de pais para filhos e está associada à continuidade de conflitos entre parceiros românticos através das gerações. Assim sendo, esse transbordamento da tensão ocasionada pelos conflitos, sustentado pelo efeito *spillover*, parece ocorrer tanto no contexto imediato das relações entre os subsistemas conjugal e parental, quanto a longo prazo, devido às suas repercussões que comprometem as relações íntimas dos filhos através das gerações.

Essa ideia de associação do efeito *spillover* e da transmissão intergeracional pode se alicerçar no pensamento sistêmico, principalmente no conceito de recursividade, o qual preconiza que o “produto é produtor daquilo que produz” (p. 116) (Vasconcellos, 2010). Desse modo, pode-se pensar que as táticas de resolução de conflitos usadas pelo casal extravasam para a relação pais-filhos de forma recursiva (efeito *spillover*) e que, quando estas interações se manifestam de forma recorrente, ao longo do tempo, são internalizadas como padrões relacionais, os quais irão repercutir nos relacionamentos íntimos através das gerações (transmissão intergeracional).

Cabe ressaltar, entretanto, que essa transmissão nem sempre ocorre devido a processos que envolvem as descontinuidades intergeracionais. Vale constar que, no *Artigo 3*, os participantes referiram descontinuidades do modelo conjugal conflituoso da família de origem e do modelo parental negativo vivenciado na infância, indicando a possibilidade de rompimento com os padrões intergeracionais disfuncionais. Essa constatação está em consonância com a ideia de Falcke, Wagner e Mosmann (2008) de que não se pode adotar uma postura linear e determinista sobre os fenômenos de transmissão, ou seja, a compreensão de que as pessoas são “prisioneiras” do seu passado. Essas autoras discutem que a história de vida de cada um e suas vivências com as famílias de origem parecem exercer um poder para que as continuidades ocorram somente para aquilo que se justifique como de permanência necessária. Assim, com o passar do tempo, pelo contato com as pessoas, com distintas experiências e modelos relacionais, os quais podem funcionar como mecanismos moderadores, as pessoas podem adquirir recursos para lidar de formas diferentes com seus relacionamentos familiares, promovendo as descontinuidades (Conger et al., 2009; Conger et al., 2012; Falcke, Wagner, & Mosmann, 2008). Do mesmo modo, apesar das vivências com as famílias de origem exercerem uma influência para a continuidade de modelos relacionais e de táticas de resolução de conflitos, os resultados indicam que esses podem ser relegados, transformados e descontinuados. Ademais, há de se considerar a complexidade que envolve os processos de interação conjugais e parentais, os quais são perpassados pelas dimensões histórica e desenvolvimental de cada família, ao longo do tempo (Carter & McGoldrick, 1995a; McGoldrick & Shibusawa, 2016).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 CONSIDERAÇÕES À LUZ DO PENSAMENTO SISTÊMICO

Os resultados obtidos, nas duas etapas da pesquisa, parecem ter relevância à medida que se somam à literatura científica sobre família e desenvolvimento humano, pois evidenciam as táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais utilizadas em famílias biparentais com crianças, bem como suas influências intergeracionais. Considera-se que a principal constatação do presente estudo foi a de que casais usam tanto de táticas construtivas quanto destrutivas na resolução de conflitos entre os subsistemas conjugal e o parental. A identificação da coexistência desses dois tipos de táticas nas famílias, as quais se mostram antagônicas, simultâneas e recursivas, implica em reconhecer a complexidade que envolve as relações familiares.

A complexidade de estudar famílias aponta para a necessidade de pensar de forma sistêmica, no sentido de entender que se deve levar em consideração diversas facetas que se somam para a compreensão dos fenômenos, os quais envolvem características individuais dos membros da família, das relações conjugal, parental e coparental, do temperamento da criança e das distintas influências oferecidas pelos subsistemas familiares, sociais e ambientais ao longo do tempo que agem recursivamente para criar as diversas realidades encontradas nas famílias pesquisadas. Desse modo, admite-se que o presente estudo, por não contemplar todas essas variáveis, contribui para uma parte da compreensão dessa complexidade.

Cumprido destacar, também, o pressuposto da intersubjetividade proposto pelo pensamento sistêmico, o qual inclui a figura do pesquisador no processo de investigação (Vasconcellos, 2010). No que tange à Etapa 2, particularmente, as inferências realizadas na análise qualitativa dos dados estão atreladas a características da pesquisadora enquanto parte do sistema observante. Desse modo, há de se pontuar que a objetividade da pesquisadora ficou *entre parênteses*, pois ela ocorreu de acordo com a relação que esta estabeleceu com os participantes, com o contexto de investigação e, posteriormente, com os dados. Ainda que a pesquisa qualitativa preconize o caráter mais indutivo de análise de dados, os conhecimentos teóricos da pesquisadora contribuíram para a seleção dos elementos de análise, definição e classificação das categorias, de forma que tal processo envolveu um ir e vir entre intuição

e dedução. Embora essa flexibilidade entre abordagens indutiva e dedutiva seja prevista para análises de conteúdo qualitativas (Cho & Lee, 2014), pretendeu-se garantir a confiabilidade da análise por meio de avaliações de juízes²³, as quais contribuíram sobremaneira para a elucidação dos resultados da Etapa 2.

No que diz respeito ao pressuposto da instabilidade, referido pelo pensamento sistêmico pelo dinamismo e indeterminação dos fenômenos, considera-se que este mostra-se em conformidade com o próprio conceito de família adotado neste trabalho, o qual a define como um sistema em constante transformação. Posto isto, releva-se que os achados do presente estudo se evidenciaram em determinado momento da vida das famílias pesquisadas, de acordo com a suas circunstâncias contextuais e singularidades. Partindo da compreensão de que o sistema familiar não é estático e se altera com o passar do tempo, os resultados da presente pesquisa devem ser lidos e interpretados à luz dessas concepções, sopesando a importância do conhecimento científico avançar sobre aquilo que é singular de cada família, ou seja, sobre as diferenças que compõem as diversas realidades das relações familiares.

6.2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS, LIMITAÇÕES E PESQUISAS FUTURAS

No que tange à escolha metodológica, considera-se que o método misto se configurou adequado para abarcar a complexidade dos fenômenos investigados, conforme sugerido por Böing, Crepaldi e Moré (2008), ao sinalizarem a importância de diferentes estratégias e instrumentos na realização de pesquisas com famílias. A primeira etapa da pesquisa, de natureza quantitativa, permitiu o acesso a uma noção geral sobre as táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais usadas por casais heteroafetivos. A análise dos resultados dessa etapa foi fundamental para o planejamento da Etapa 2, cujo cunho qualitativo promoveu a melhor compreensão, aprofundamento e amplitude dos aspectos evidenciados na Etapa 1. Assim, concebe-se que os métodos quantitativo e qualitativo se mostraram complementares e favoreceram a captura de aspectos da complexa dinâmica que envolviam as famílias

²³ É importante destacar que embora o presente estudo tenha se utilizado da estratégia de avaliação do sistema de categorias por juízes, que é um artifício utilizado pela ciência tradicional, há que se considerar que estes foram incluídos como observadores, cuja participação foi imprescindível para considerar o fenômeno estudado sob outras perspectivas.

participantes do estudo.

Salienta-se, entretanto, que é preciso ter cautela com os resultados apresentados pelo artigo originário da Etapa 1, pois seu delineamento foi correlacional e, por isso, não se pode inferir relações causais. Além disso, a amostra foi de conveniência. Assim, pode-se pensar em tendências de como seriam os resultados se o estudo fosse realizado com uma amostra probabilística. Ademais, nem todas as escalas dos instrumentos puderam ser analisadas em virtude dos baixos valores dos alfas de Cronbach. Outrossim, pondera-se que as escalas utilizadas apresentavam questões que investigavam violência severa e outras de cunho íntimo, as quais podem ter causado inibição aos respondentes ou não terem sido condizentes com suas realidades.

A desejabilidade social também deve ser levada em consideração, principalmente no que se refere às escalas mais construtivas dos instrumentos, quais sejam Negociação e Disciplina Não Violenta. É possível que as médias mais altas nessas duas escalas também se devam ao fato de que elas apresentam táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais que são socialmente aceitáveis. Ressalta-se, inclusive, que a desejabilidade social deve ser considerada nas duas etapas da pesquisa, visto que a propensão das pessoas a dar respostas consideradas como socialmente mais aceitáveis tem sido discutida tanto em estudos quantitativos (Ribas Jr, Moura, & Hutz, 2004) quanto qualitativos (Pasinato & Mosmann, 2016).

Além da questão da desejabilidade, as características da amostra podem ter contribuído para a preponderância de respostas positivas na Etapa 1. Pondera-se que os participantes da pesquisa não foram previamente identificados como pessoas que vivenciavam conflitos conjugais intensos ou violência doméstica, pois eram provenientes de uma amostra comunitária (não clínica), ou seja, famílias que concordaram voluntariamente em participar do TIV. Dessa forma, pode-se inferir que os casais que aceitaram responder aos instrumentos já demonstraram interesse em refletir sobre suas questões familiares e conjugais. Isso foi ratificado pelas falas de algumas diretoras das Instituições de Educação Infantil parceiras do projeto, as quais verbalizaram que as famílias que responderam às cartas-convite foram aquelas que, na concepção das educadoras, menos precisavam, por se mostrarem mais funcionais. Ademais, um estudo realizado pela autora, com uma subamostra composta por 104 casais da presente pesquisa, indicou que o relacionamento conjugal dos participantes se caracterizava como harmônico e pelo predomínio da tática de negociação para

resolução de conflitos no casamento (Bolze et al., 2013). Assim, ressalta-se a contribuição do presente trabalho de conhecer as táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais em famílias cujos processos de desenvolvimento são normativos ou típicos.

Com relação à Etapa 2, destaca-se o seu caráter retrospectivo, visto que os participantes responderam às perguntas da entrevista semiestruturada, de acordo com suas memórias de eventos passados. Esse tipo de método tem sido alvo de críticas que sustentam que as lembranças dos respondentes não são confiáveis, pois podem ser distorcidas (Belsky et al., 2009). Entretanto, argumenta-se que a maneira como cada pessoa se lembra de suas experiências passadas está relacionada com a forma como essas foram internalizadas e são justamente essas significações individuais que contam na expressão de seu comportamento e modos de se relacionar com os outros (Marin et al., 2013). Entretanto, indica-se, dentro das possibilidades, a realização de pesquisas de delineamento longitudinal, para que se possa acompanhar a criança com seus pais, desde o nascimento até esta se tornar adulta, constituir família, ter filhos, enfim, seu desenvolvimento ao longo do ciclo de vida. É possível que esse delineamento contribua para a compreensão dos mecanismos que agem para as continuidades e descontinuidades intergeracionais.

Vale constar que o presente estudo se insere no projeto TIV, o qual é constituído por um grupo de pesquisadores no Brasil e, outro, no Canadá, cujos instrumentos são aplicados nos dois países. Desse modo, indica-se que futuros alunos que adentrem no TIV possam se debruçar na comparação dos resultados brasileiros e canadenses. Sugere-se, ainda, que futuras pesquisas estudem táticas de resolução de conflitos com outras configurações familiares, tais como homoafetivas, binucleares, recasadas, entre outras. Recomenda-se, também, que estudos subsequentes se proponham a compreender os conflitos conjugais construtivos e destrutivos, a partir da perspectiva dos filhos, conforme a abordagem realizada por Cummings e Davies (2010), bem como as repercussões destas na infância e adolescência, visto que essa temática se mostra pouco pesquisada no Brasil (Hameister, Barbosa, et al., 2015).

6.3 DESDOBRAMENTOS PARA A PRÁTICA

Acredita-se que os resultados do presente estudo contribuem para que profissionais que atuam junto a famílias possam planejar projetos de intervenção que visem ao incremento de táticas construtivas de

resolução de conflitos e, desse modo, colaborem para a melhor funcionalidade das relações entre casais, pais e filhos. Programas de intervenção ou psicoeducativos conjugais (Neumann, Mosmann, & Wagner, 2015) e parentais (Cowan & Cowan, 2016; Pinheiro & Haase, 2012; Schmidt, Staudt & Wagner, 2016) têm se mostrado como bons recursos para o desenvolvimento de habilidades que promovem melhorias das relações familiares. Assim, psicólogos e profissionais de saúde podem ajudar as famílias, no processo de aprendizagem durante a vida, a manterem continuidades, a realizarem mudanças e a encontrarem coerência dentro da complexa teia de relações em que vivem (Walsh, 2016).

Nessa perspectiva, considera-se também que os resultados do presente trabalho podem ajudar, em particular, psicólogos clínicos que atendam casais e famílias. É fundamental que o profissional de psicologia não colabore para a banalização de táticas destrutivas de resolução de conflitos conjugais e parentais que são socialmente aceitáveis, tais como a agressão psicológica entre cônjuges e entre pais-filhos e a punição corporal com a criança. Faz-se necessário o estranhamento do psicólogo ao ouvir relatos que remetam a essas táticas, para que esse profissional possa trabalhar com famílias alternativas para o desenvolvimento de táticas construtivas, nas situações de conflitos.

Por fim, espera-se que os resultados da presente pesquisa possam contribuir para a prática profissional daqueles que atuam junto a famílias e para a complementação do corpo teórico sobre conjugalidade e parentalidade no contexto nacional. Acredita-se que estudos desta natureza podem agregar conhecimentos à compreensão da complexa trama relacional que envolve os sistemas e subsistemas familiares.

REFERÊNCIAS

- Aber, J. L., & Allen, J. P. (1987). Effects of maltreatment on young children's socioemotional development: An attachment theory perspective. *Developmental Psychology*, 23(3), 406-414. doi: 10.1037/0012-1649.23.3.406
- APA. (2012). *Manual de publicação da APA* (6 ed.). Porto Alegre: Penso.
- Bailey, J. A., Hill, K. G., Oesterle, S., & Hawkins, J. D. (2009). Parenting practices and problem behavior across three generations: Monitoring, harsh discipline, and drug use in the intergenerational transmission of externalizing behavior. *Developmental Psychology*, 45(5), 1214-1226. doi: 10.1037/a0016129
- Bandura, A. (1978). *Aprendizaje social y desarrollo de la personalidad*. Madrid: Alianza.
- Baptista, M. N., Cardoso, H. F., & Gomes, J. O. (2012). Intergeneracionalidade familiar. In M. N. Baptista & M. L. M. Teodoro (Eds.), *Psicologia de família: Teoria, avaliação e intervenção* (pp. 16-26). Porto Alegre: Artmed.
- Bardi, M., & Borgognini-Tarli, S. M. (2001). A survey on parent-child conflict resolution: Intrafamily violence in Italy. *Child abuse & neglect*, 25(6), 839-853.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo: Edição revisada e ampliada*. São Paulo: Edições 70.
- Belsky, J. (1981). Early human experience: A family perspective. *Developmental Psychology*, 17(1), 3-23. doi: 10.1037/0012-1649.17.1.3
- Belsky, J., Conger, R. D., & Capaldi, D. M. (2009). The intergenerational transmission of parenting: Introduction to the special section. *Developmental Psychology*, 45(5), 1201-1204. doi: 10.1037/a0016245

- Belsky, J., Jaffee, S. R., Sligo, J., Woodward, L., & Silva, P. A. (2005). Intergenerational transmission of warm-sensitive-stimulating parenting: A prospective study of mothers and fathers of 3-year-olds. *Child Development, 76*(2), 384-396. doi: 10.1111/j.1467-8624.2005.00852.x
- Belsky, J., & Rovine, M. (1990). Patterns of marital change across the transition to parenthood: Pregnancy to three years postpartum. *Journal of Marriage and the Family, 52*, 5-19.
- Bergman, K. N., Cummings, E. M., & Warmuth, K. A. (2016). The benefits of marital conflict: Constructiveness and resolution as predictors of positive child outcomes. In D. Narvaez, J. N. Braungart-Rieker, L. E. Miller-Graff, L. T. Gettler & P. D. Hastings (Eds.), *Contexts for young child flourishing: Evolution, family and society* (pp. 233-245). New York: Oxford University Press.
- Bhona, F. M. d. C., Gebara, C. F. d. P., Noto, A. R., Vieira, M. d. T., & Lourenço, L. M. (2014). Inter-relações da violência no sistema familiar: Estudo domiciliar em um bairro de baixa renda. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 27*, 591-598.
- Bigras, M., & Paquette, D. (2000). L'Interdépendance entre les sous-systèmes conjugal et parental: Une analyse personne-processus-contexte. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 16*, 91-102.
- Boas, A. C. V. B. V., Dessen, M. A., & Melchiori, L. E. (2010). Conflitos conjugais e seus efeitos sobre o comportamento de crianças: Uma revisão teórica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 62*(2), 92-102.
- Böing, E., Crepaldi, M. A., & Moré, C. (2008). Pesquisa com famílias: Aspectos teórico-metodológicos. *Paidéia, 18*(40), 251-266.
- Bolze, S. D. A. (2011). *A relação entre engajamento paterno e qualidade de relacionamento conjugal de pais com crianças de 4 a 6 anos*. Dissertação de Mestrado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Brasil. Florianópolis.
- Bolze, S. D. A., & Crepaldi, M. A. (2015). O pai e seus relacionamentos

- familiares: Uma perspectiva intergeracional. In E. R. Goetz & M. L. Vieira (Eds.), *Novo Pai: Percursos, desafios e possibilidades* (pp. 31-41). Curitiba: Juruá.
- Bolze, S. D. A., Schmidt, B., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2011). Conflito conjugal: Uma revisão da produção científica brasileira. *Pensando Famílias, 15*(2), 51-69.
- Bolze, S. D. A., Schmidt, B., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2013). Relacionamento conjugal e táticas de resolução de conflito entre casais. *Atualidades em Psicologia, 27*(114), 71-85.
- Bowlby, J. (1990). *Apego*. São Paulo: Martins Fontes.
- Brock, R. L., & Kochanska, G. (2016). Interparental conflict, children's security with parents, and long-term risk of internalizing problems: A longitudinal study from ages 2 to 10. *Development and Psychopathology, 28*(1), 45-54. doi: 10.1017/S0954579415000279
- Buehler, C., & Gerard, J. M. (2002). Marital conflict, ineffective parenting, and children's and adolescents' maladjustment. *Journal of Marriage and Family, 64*(1), 78-92. doi: 10.1111/j.1741-3737.2002.00078.x
- Bueno, R. K., Souza, S. A., Monteiro, M. A., & Teixeira, R. H. M. (2013). Processo de diferenciação dos casais de suas famílias de origem. *Psico, 44*(1).
- Capaldi, D. M., Pears, K. C., Patterson, G. R., & Owen, L. D. (2003). Continuity of parenting practices across generations in an at-risk sample: A prospective comparison of direct and mediated associations. *Journal of Abnormal Child Psychology, 31*(2), 127-142. doi: 10.1023/a:1022518123387
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995a). *As mudanças no Ciclo de Vida Familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (M. A. V. Veronese, Trans. 2 ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995b). As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar. In B. Carter &

M. McGoldrick (Eds.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar*. (2 ed., pp. 7-29). Porto Alegre: Artes Médicas.

- Chen, Z.-y., & Kaplan, H. B. (2001). Intergenerational transmission of constructive parenting. *Journal of Marriage and Family*, 63(1), 17-31. doi: 10.1111/j.1741-3737.2001.00017.x
- Cho, J. Y., & Lee, E.-H. (2014). Reducing confusion about grounded theory and qualitative content analysis: Similarities and differences. *The Qualitative Report*, 19(32), 1.
- Coln, K. L., Jordan, S. S., & Mercer, S. H. (2013). A unified model exploring parenting practices as mediators of marital conflict and children's adjustment. *Child Psychiatry and Human Development*, 44(3), 419-429. doi: 10.1007/s10578-012-0336-8
- Conger, R. D., Belsky, J., & Capaldi, D. M. (2009). The intergenerational transmission of parenting: Closing comments for the special section. *Developmental Psychology*, 45(5), 1276-1283. doi: 10.1037/a0016911
- Conger, R. D., Schofield, T. J., & Neppl, T. K. (2012). Intergenerational continuity and discontinuity in harsh parenting. *Parenting*, 12(2-3), 222-231.
- Cordeiro, F., Heilborn, M. L., Cabral, C. S., & Moraes, C. L. (2009). Entre negociação e conflito: Gênero e coerção sexual em três capitais brasileiras. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14(4), 1051-1062.
- Costa, C. B., Cenci, C. M. B., & Mosmann, C. P. (2016). Conflito conjugal e estratégias de resolução: Uma revisão sistemática da literatura. *Temas em Psicologia*, 24(1), 325-338.
- Costa, C. B., & Mosmann, C. P. (2015). Estratégias de resolução dos conflitos conjugais: Percepções de um grupo focal. *Psico*, 46(4), 472-482.
- Cowan, P. A., & Cowan, C. P. (2016). Transições familiares normativas, qualidade da relação do casal e desenvolvimento sadio dos

- filhos. In F. Walsh (Ed.), *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade* (pp. 429-451). Porto Alegre: Artmed.
- Creswell, J. W. (Ed.). (2010). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.
- Cui, M., Durtschi, J. A., Donnellan, M. B., Lorenz, F. O., & Conger, R. D. (2010). Intergenerational transmission of relationship aggression: A prospective longitudinal study. *Journal of family psychology, 24*(6), 688-697. doi: 10.1037/a0021675
- Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2002). Effects of marital conflict on children: Recent advances and emerging themes in process-oriented research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 43*(1), 31-63. doi: 10.1111/1469-7610.00003
- Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2010). *Marital conflict and children: An emotional security perspective*. New York, NY, US: Guilford Press.
- Cummings, E. M., Goeke-Morey, M. C., & Papp, L. M. (2003). Children's responses to everyday marital conflict tactics in the home. *Child Development, 74*(6), 1918-1929.
- Cummings, E. M., Goeke-Morey, M. C., & Papp, L. M. (2004). Everyday marital conflict and child aggression. *Journal of Abnormal Child Psychology, 32*(2), 191-202.
- Cummings, E. M., Goeke-Morey, M. C., & Papp, L. M. (2016). Couple conflict, children and families: It is not just you and me, babe. In A. Booth, A. C. Crouter, M. L. Clements & T. Boone-Holly (Eds.), *Couples in conflict: Classic Edition* (pp. 117-148). New York: Routledge.
- Davies, P. T., & Cummings, E. M. (1994). Marital conflict and child adjustment: An emotional security hypothesis. *Psychological Bulletin, 116*(3), 387.
- Dennison, R. P., Koerner, S. S., & Segrin, C. (2014). A dyadic

examination of family-of-origin influence on newlyweds' marital satisfaction. *Journal of family psychology*, 28(3), 429-435. doi: 10.1037/a0036807

DICIO. (2016). Dicionário Online de Língua Portuguesa. Significado de tática. Retrieved 15/11/2016, from <https://www.dicio.com.br/tatica/>

Driver, J., Tabares, A., Shapiro, A. F., & Gottman, J. (2016). Interação do casal em casamento com altos e baixos níveis de satisfação. In F. Walsh (Ed.), *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade* (pp. 57-77). Porto Alegre: Artmed.

Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 118(1), 108-132.

Fagundes, A. J. F. M. (1999). *Descrição, definição e registro de comportamento* (12 ed.). São Paulo: Edicon.

Falcke, D., & Wagner, A. (2014). A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: Definição de conceitos. In A. Wagner (Ed.), *Como se perpetua a família? A transmissão de modelos familiares*. Porto Alegre: EDIPUCRS. (Reprinted from: 2005).

Falcke, D., Wagner, A., & Mosmann, C. P. (2008). The relationship between family-of-origin and marital adjustment for couples in Brazil. *Journal of Family Psychotherapy*, 19(2), 170-186. doi: 10.1080/08975350801905020

Feldman, R., Masalha, S., & Derdikman-Eiron, R. (2010). Conflict resolution in the parent-child, marital, and peer contexts and children's aggression in the peer group: A process-oriented cultural perspective. *Developmental Psychology*, 46(2), 310-325.

Fincham, F. D. (2003). Marital Conflict: Correlates, structure and context. *Current Directions in Psychological Sciences*, 12(1), 23-27.

Fleith, D. S., & Junior, A. L. C. (2005). Métodos de pesquisa em

psicologia: O que é relevante considerar? In D. S. Fleith & A. L. C. Junior (Eds.), *A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 37-49). Porto Alegre: Artes Médicas.

Friedson, M. (2016). Authoritarian parenting attitudes and social origin: The multigenerational relationship of socioeconomic position to childrearing values. *Child Abuse & Neglect*, *51*, 263-275. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.10.001>

Friese, S. (2014). *Qualitative data analysis with ATLAS.ti* (2 ed.). London: SAGE.

Gerard, J. M., Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2006). Marital Conflict, parent-child relations, and youth maladjustment: A longitudinal investigation of spillover effects. *Journal of Family Issues*, *27*(7), 951-975. doi: 10.1177/0192513x05286020

Gershoff, E. T., & Grogan-Kaylor, A. (2016). Spanking and Child Outcomes: Old controversies and new meta-analyses. *Journal of family psychology*, No Pagination Specified. doi: 10.1037/fam0000191

Goeke-Morey, M. C., Cummings, E. M., Harold, G. T., & Shelton, K. H. (2003). Categories and continua of destructive and constructive marital conflict tactics from the perspective of U.S. and Welsh children. *Journal of family psychology*, *17*(3), 327-338.

Goldenberg, H., & Goldenberg, I. (2013). *Family therapy: An overview* (8^a ed.). Belmont, CA, USA: Brooks/Cole Cengage Learning.

Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., Bueno, R. K., & Crepaldi, M. A. (2014). As origens do pensamento sistêmico: Das partes para o todo. *Pensando famílias*, *18*(2), 3-16.

Gottman, J., & Silver, N. (2015). *The seven principles for making marriage work: A practical guide from the country's foremost relationship expert*. New York: Harmony.

- Goulart, V. R., Wagner, A., Barbosa, P. V., & Mosmann, C. P. (2015). Repercussões do conflito conjugal para o ajustamento de crianças e adolescentes: Um estudo teórico. *Interação em Psicologia, 19*(1).
- Grasso, D. J., Henry, D., Kestler, J., Nieto, R., Wakschlag, L. S., & Briggs-Gowan, M. J. (2016). Harsh parenting as a potential mediator of the association between intimate partner violence and child disruptive behavior in families with young children. *Journal of Interpersonal Violence, 31*(11), 2102-2126. doi: 10.1177/0886260515572472
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin, 108*(2), 267-290. doi: 10.1037/0033-2909.108.2.267
- Guest, G., Bunce, A., & Johnson, L. (2006). How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. *Field Methods, 18*(1), 59-82. doi: 10.1177/1525822x05279903
- Hameister, B. d. R., Barbosa, P. V., & Wagner, A. (2015). Conjugalidade e parentalidade: Uma revisão sistemática do efeito spillover. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 67*, 140-155.
- Hameister, B. d. R., Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2015). As repercussões nos filhos dos conflitos conjugais dos pais. In A. Wagner, C. Mossmann & D. Falcke (Eds.), *Viver a dois: Oportunidades e desafios da conjugalidade* (pp. 69-77). São Leopoldo: Sinodal.
- Hare, A. L., Miga, E. M., & Allen, J. P. (2009). Intergenerational transmission of aggression in romantic relationships: The moderating role of attachment security. *Journal of family psychology, 23*(6), 808-818. doi: 10.1037/a0016740
- IBGE. (2010). Estatísticas da população nos municípios de Santa Catarina – Dados do Censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2010. Retrieved http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=42

- Kim, H. K., Pears, K. C., Capaldi, D. M., & Owen, L. D. (2009). Emotion dysregulation in the intergenerational transmission of romantic relationship conflict. *Journal of family psychology*, 23(4), 585-595. doi: 10.1037/a0015935
- Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2000). Interparental conflict and parenting behaviors: A meta-analytic review. *Family Relations: An Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, 49(1), 25-44. doi: 10.1111/j.1741-3729.2000.00025.x
- Levendosky, A. A., Huth-Bocks, A. C., Shapiro, D. L., & Semel, M. A. (2003). The impact of domestic violence on the maternal-child relationship and preschool-age children's functioning. *Journal of family psychology*, 17(3), 275-287.
- Liu, L., & Wang, M. (2015). Parenting stress and harsh discipline in China: The moderating roles of marital satisfaction and parent gender. *Child Abuse & Neglect*, 43, 73-82. doi: 10.1016/j.chiabu.2015.01.014
- Marin, A. H., Martins, G. D. F., Freitas, A. P. C. O., Silva, I. M., Lopes, R. d. C. S., & Piccinini, C. A. (2013). Transmissão intergeracional de práticas educativas parentais: Evidências empíricas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 123-132.
- Marin, A. H., Piccinini, C. A., Gonçalves, T. R., & Tudge, J. R. H. (2012). Práticas educativas parentais, problemas de comportamento e competência social de crianças em idade pré-escolar. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 05-13.
- McCoy, K. P., George, M. R. W., Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2013). Constructive and destructive marital conflict, parenting, and children's school and social adjustment. *Social Development*, 22(4), 641-662.
- McGoldrick, M., & Shibusawa, T. (2016). O ciclo de vida familiar. In F. Walsh (Ed.), *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade* (pp. 375-398). Porto Alegre: Artmed.

- Minuchin, P., Colapinto, J., & Minuchin, S. (1999). *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minuchin, S. (1974). *Families and family therapy*. Cambridge (MA): Harvard University Press.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minuchin, S., Lee, W., & Simon, G. (2008). *Domindando a terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- Minuchin, S., & Nichols, M. P. (2002). *A cura da família: Histórias de esperança e renovação contadas pela terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- Minuchin, S., Nichols, M. P., & Lee, W.-Y. (2009). *Famílias e casais: Do sintoma ao sistema*. Porto Alegre: Artmed.
- Minuchin, S., Rosman, B. L., & Baker, L. (1978). *Psychosomatic families: Anorexia nervosa in context*. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press.
- Morin, E. (2011). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.
- Mosmann, C., & Falcke, D. (2011). Conflitos conjugais: Motivos e frequência. *Revista da SPAGESP*, 12, 5-16.
- Mosmann, C., & Sarriera, J. (2008). A qualidade conjugal como preditora dos estilos educativos parentais: O perfil discriminante de casais com filhos adolescentes. *Psicologia*, 22, 161-182.
- Müller, F. G. (2007). *Competências profissionais do mediador de conflitos familiares*. Dissertação de Mestrado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Florianópolis.
- Narciso, I., & Ribeiro, M. T. (2009). *Olhares sobre a conjugalidade*. Lisboa: Coisas de Ler.

- Neumann, A. P., Mosmann, C. P., & Wagner, A. (2015). Viver a dois: É possível educar para a conjugalidade? In A. Wagner, C. P. Mosmann & D. Falcke (Eds.), *Viver a dois: Oportunidades e desafios da conjugalidade* (pp. 101-112). São Leopoldo: Sinodal.
- Papp, L. M., Cummings, E. M., & Goeke-Morey, M. C. (2009). For richer, for poorer: Money as a topic of marital conflict in the home. *Family Relations*, 58(1), 91-103.
- Pasinato, L., & Mosmann, C. P. (2016). Transição para a parentalidade e a coparentalidade: Casais que os filhos ingressaram na escola ao término da licença-maternidade. *Avances en psicología latinoamericana*(1), 129-142.
- Patterson, G. R. (1998). Continuities - A search for causal mechanisms: Comment on the special section. *Developmental Psychology*, 34(6), 1263-1268. doi: 10.1037/0012-1649.34.6.1263
- Peruhype, R. C., Halboth, N. V., & Alves, P. A. B. (2011). Uso da violência doméstica como prática educativa: Conhecendo a realidade em Diamantina - MG/ Brasil. *Textos contextos (Porto Alegre)*, 10(1), 170-178.
- Pinheiro, M. I. S., & Haase, V. G. (2012). Treinamento de pais: Programas de intervenção. In M. N. Baptista & M. L. M. Teodoro (Eds.), *Psicologia da família: Teoria, avaliação e intervenção* (pp. 249-263). Porto Alegre: Artmed.
- Razera, J., Mosmann, C. P., & Falcke, D. (2016). The interface between quality and violence in marital relationships. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 26, 71-79.
- Recchia, H. E., Ross, H. S., & Vickar, M. (2010). Power and conflict resolution in sibling, parent-child, and spousal negotiations. *Journal of family psychology*, 24(5), 605-615. doi: 10.1037/a0020871
- Reichenheim, M. E., & Moraes, C. L. (2003). Adaptação transcultural do instrumento Parent-Child Conflict Tactics Scales (CTSPC)

utilizado para identificar a violência contra a criança. *Cadernos de Saúde Pública*, 19, 1701-1712.

- Ribas Jr, R. C., Moura, M. L. S., & Hutz, C. S. (2004). Adaptação brasileira da escala de desejabilidade social de Marlowe-Crowne. *Avaliação psicológica*, 3(2), 83-92.
- Rocha, P. C. X. d., & Moraes, C. L. (2011). Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa Saúde da Família: A experiência do PMF/Niterói (RJ, Brasil). *Ciênc. saúde coletiva*, 16(7), 3285-3296.
- Roskam, I. (2013). The transmission of parenting behaviour within the family: An empirical study across three generations. *Psychologica Belgica*, 53(3), 49-64. doi: 10.5334/pb-53-3-49
- Rothenberg, W. A., Hussong, A. M., & Chassin, L. (2016). Intergenerational continuity in high-conflict family environments. *Development and psychopathology*, 28(01), 293-308.
- Runyan, D. K., Shankar, V., Hassan, F., Hunter, W. M., Jain, D., Paula, C. S., . . . Bordin, I. A. (2010). International variations in harsh child discipline. *Pediatrics*, 126(3), e701-e711. doi: 10.1542/peds.2008-2374
- Rutter, M. (1998). Some research considerations on intergenerational continuities and discontinuities: Comment on the special section. *Developmental Psychology*, 34(6), 1269-1273. doi: 10.1037/0012-1649.34.6.1269
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2006a). *Metodología de la investigación*. México D.F.: McGraw-Hill.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Penso.
- Scheeren, P., Neumann, A. P., Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2015). Como se caracterizam os conflitos conjugais? In A. Wagner, C. P. Mosmann & D. Falcke (Eds.), *Viver a dois: Oportunidades e desafios da conjugalidade* (pp. 33- 50). São Leopoldo: Sinodal.

- Schmidt, B., Bolze, S. D. A., Vieira, M. L., & Crepaldi, M. A. (2015). Relacionamento conjugal e características sociodemográficas de casais heteroafetivos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(3), 871-890.
- Schmidt, B., Crepaldi, M. A., Vieira, M. L., & Moré, C. L. O. O. (2012). Relacionamento conjugal e temperamento de crianças: Uma revisão da literatura. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(3).
- Schmidt, B., Staudt, A. C. P., & Wagner, A. (2016). Intervenções para promoção de práticas parentais positivas: Uma revisão integrativa. *Contextos Clínicos*, 9(1), 2-18.
- Sedlak, A. J., & Broadhurst, D. D. (1996). The third national incidence study of child abuse and neglect. *U.S. Department of Health and Human Services, Administration for Children and Families. Washington, DC.*
- Serbin, L., & Karp, J. (2003). Intergenerational studies of parenting and the transfer of risk from parent to child. *Current Directions in Psychological Science*, 12(4), 138-142. doi: 10.1111/1467-8721.01249
- Simons, D. A., & Wurtele, S. K. (2010). Relationships between parents' use of corporal punishment and their children's endorsement of spanking and hitting other children. *Child Abuse & Neglect*, 34(9), 639-646. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.chiabu.2010.01.012>
- Stevens, J. H. (1984). Black grandmothers' and Black adolescent mothers' knowledge about parenting. *Developmental Psychology*, 20(6), 1017-1025. doi: 10.1037/0012-1649.20.6.1017
- Stith, S. M., McCollum, E. E., & Rosen, K. H. (2011). *Couples therapy for domestic violence: Finding safe solutions*. Washington, DC, US: American Psychological Association.
- Straus, M. A. (1979). Measuring intrafamily conflict and violence: The

conflict tactics (CT) scales. *Journal of Marriage and the Family*, 75-88.

- Straus, M. A., Hamby, S. L., Boney-McCoy, S., & Sugarman, D. B. (1996). The revised Conflict Tactics Scales (CTS2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17(3), 283-316. doi: 10.1177/019251396017003001
- Straus, M. A., Hamby, S. L., Finkelhor, D., Moore, D. W., & Runyan, D. (1998). Identification of child maltreatment with the parent-child conflict tactics scales: Development and psychometric data for a national sample of american parents. *Child Abuse & Neglect*, 22(4), 239-336.
- Straus, M. A., & Hotaling, G. T. (1980). *Social causes of husband-wife violence*. New Hampshire: US Dept of Health, Education, and Welfare - National Institute of Mental Health - United States of America.
- Tavassolie, T., Dudding, S., Madigan, A. L., Thorvardarson, E., & Winsler, A. (2016). Differences in perceived parenting style between mothers and fathers: Implications for child outcomes and marital conflict. *Journal of Child and Family Studies*, No Pagination Specified. doi: 10.1007/s10826-016-0376-y
- Trickett, P. K., & Kuczynski, L. (1986). Children's misbehaviors and parental discipline strategies in abusive and nonabusive families. *Developmental Psychology*, 22(1), 115-123. doi: 10.1037/0012-1649.22.1.115
- Vasconcellos, M. J. E. (2010). *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência*. Campinas: Papyrus Editora.
- Wagner, A. (2005a). *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Wagner, A. (2005b). Família e educação: Aspectos relativos a diferentes gerações. In T. Féres-Carneiro (Ed.), *Família e casal: Efeitos da contemporaneidade* (pp. 33-49). Porto Alegre: ED. PUC-Rio.

- Wagner, A., & Mosmann, C. (2010). A promoção da qualidade conjugal como uma estratégia de proteção dos filhos. In T. Féres-Carneiro (Ed.), *Casal e família: Permanências e rupturas* (pp. 169-180). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Walsh, F. (2016). Complexidade e diversidade nas famílias do século XXI. In F. Walsh (Ed.), *Processos normativos da família: Complexidade e diversidade* (pp. 3-27). Porto Alegre: Artmed.
- Wang, M., Xing, X., & Zhao, J. (2014). Intergenerational transmission of corporal punishment in China: The moderating role of marital satisfaction and gender. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 42(8), 1263-1274. doi: 10.1007/s10802-014-9890-9
- Weber, L. N. D., Selig, G. A., Bernardi, M. G., & Salvador, A. P. V. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações: Transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 16, 407-414.
- Whitton, S. W., Waldinger, R. J., Schulz, M. S., Allen, J. P., Crowell, J. A., & Hauser, S. T. (2008). Prospective associations from family-of-origin interactions to adult marital interactions and relationship adjustment. *Journal of family psychology*, 22(2), 274-286. doi: 10.1037/0893-3200.22.2.274

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

A Entrevista ocorreu na sequência da aplicação do genograma²⁴:

- Introdução a modelos relacionais e conflitos nas famílias de origem:

Agora nós gostaríamos de falar um pouquinho sobre as famílias de origem de cada um de vocês. Quem gostaria de começar?

1) Como você lembra que era o relacionamento entre seus pais quando você era criança? Dê um exemplo.

2) Há coisas na relação de casal de seus pais que você tem como modelo na sua relação com a sua esposa/marido? Dê um exemplo.

3) Há coisas que os seus pais faziam com você na forma de educar quando você era criança que você perceber fazer igual com seu filho? Dê um exemplo.

4) Quando você era criança, você se lembra de alguma situação de conflito entre seus pais. Dê um exemplo. Você lembra como eles resolveram essa situação?

5) Esse tipo de conflito ocorre entre você e sua esposa?

6) Quando você era criança, você se lembra de alguma situação de conflito entre seus pais e você. Dê um exemplo. Como vocês resolveram? Você tem esse tipo de conflito com seu filho hoje?

Introdução sobre o conflito parental:

Pais e filhos utilizam numerosos meios para tentar resolver seus problemas. As próximas perguntas são sobre os desentendimentos e brigas que existem de vez em quando entre pais e filhos. É normal que isso ocorra em todas as famílias. Às vezes, conseguimos resolver sem conflitos; outras vezes é bem mais difícil.

²⁴ Essa entrevista foi realizada por duas pesquisadoras e os resultados obtidos desta contemplam duas teses de Doutorado. Desse modo, as questões referentes a aplicação do Genograma não estão presentes, pois não são contempladas no presente estudo.

7) Então, tente lembrar-se de uma situação de conflito entre você e seu filho que foi marcante. Você poderia me dar um exemplo (cada um relata uma situação).

8) Como vocês resolveram essa situação?

9) O que vocês disseram para a criança?

10) Vocês ficaram satisfeitos com a resolução que foi dada?

Introdução sobre o conflito conjugal:

No dia-a-dia de todas as famílias, por diversas razões, ocorrem conflitos, como discussões, brigas, desentendimentos...

11) Nós gostaríamos que cada um pudesse tentar lembrar e nos dizer uma situação de conflito que foi marcante ao longo do relacionamento de vocês (cada um responde individualmente).

12) Como vocês resolveram essa situação? E vocês ficaram satisfeitos com essa resolução?

13) Quando vocês discutem ou não concordam sobre algum assunto, como vocês fazem (negociam) para resolver esse desacordo?

14) Quando ocorreu esse conflito que vocês descreveram, onde a criança estava?

15) O que vocês disseram para a criança na hora do conflito?

16) Depois do conflito, vocês falaram com a criança sobre o que ocorreu?

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Prezado(a) Senhor(a):

Vimos através deste convidá-lo(a) a participar de uma pesquisa que está sendo realizada em cidades de Santa Catarina, intitulada: “A transmissão intergeracional da violência: a relação do conflito conjugal e parental com a agressividade entre pares de crianças de 4 a 6 anos”. Essa pesquisa tem como objetivo estabelecer um elo entre o modo de funcionar das famílias e o comportamento das crianças.

A participação é voluntária. Caso você aceite participar, solicitamos a permissão para que possamos utilizar os questionários que por você serão respondidos. Apenas os pesquisadores terão acesso direto às informações neles relatadas. Informamos, também, que a qualquer momento você poderá desistir da participação na pesquisa.

Quaisquer informações adicionais ou esclarecimentos acerca desta pesquisa poderão ser obtidos junto aos pesquisadores pelo telefone (48) 37219984, ou e-mail: simoneazeredo@yahoo.com.br.

Eu, Sr(a) _____, considero-me informado(a) sobre a pesquisa “A transmissão intergeracional da violência: a relação do conflito conjugal e parental com a agressividade entre pares de crianças de 4 a 6 anos”, e aceito participar da mesma, consentindo que os questionários sejam aplicados e utilizados para a coleta de dados.

_____, _____ de _____ de 2011.

 Assinatura do Entrevistado

 Psicóloga Simone Dill Azeredo Bolze – CRP 12/07491

APÊNDICE C

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Psicologia

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Pela presente autorização, declaro que fui informado(a), de forma clara e detalhada, sobre os objetivos e a justificativa do projeto de pesquisa intitulado: “A transmissão intergeracional da violência: a relação do conflito conjugal e parental com a agressividade entre pares de crianças de 4 a 6 anos”. Dessa forma, autorizo a realização da pesquisa por meio da instituição: _____, bem como a participação consentida dos profissionais aqui vinculados nas entrevistas.

Autorizo, também, a utilização dos dados coletados em eventuais trabalhos acadêmicos, publicações científicas, sem a identificação do local nem de seus profissionais.

Entendo que os pesquisadores, vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina, manterão sigilo sobre os dados e que, após sua utilização na consecução dos objetivos propostos pela pesquisa, os mesmos serão inutilizados.

 Assinatura do responsável pela instituição

_____, ____ de _____ de _____

Identificação do responsável pela instituição:

APÊNDICE D

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas
 Departamento de Psicologia
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Carta convite

Prezados pai e mãe:

Gostaria de convidá-los a participar de uma pesquisa que está sendo realizada em sua cidade sobre a transmissão intergeracional: o relacionamento da criança com seus familiares e suas repercussões na interação criança-criança.

Sua participação acontecerá por meio de respostas a questionários que abordam o tema da pesquisa. Apenas os pesquisadores terão acesso direto às informações neles relatadas. A pesquisa se dará com a participação voluntária de pais e mães e sua opinião é de extrema importância para o sucesso da mesma.

Caso você aceite participar, por favor, preencha as informações abaixo e devolva esta carta à escola de seu filho que entraremos em contato com você.

A ser preenchida pelo participante:

Nome do participante pai/padrasto _____

Nome da participante mãe/madrasta _____

Número de filhos _____

Nome e idade do(s) filho(s) _____

Endereço _____

Telefone _____

E-mail _____

Instituição de Educação Infantil da criança de 4 a 6 anos _____

Psicóloga Simone Dill Azeredo Bolze

CRP 12/07491

e-mail: simoneazeredo@yahoo.com.br

APÊNDICE E

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO**

Prezado(a) Senhor(a):

Vimos convidá-lo(a) a participar de uma pesquisa que está sendo realizada em cidades de Santa Catarina, intitulada: “A transmissão intergeracional da violência: a relação do conflito conjugal e parental com a agressividade entre pares de crianças de 4 a 6 anos”. Essa pesquisa tem como objetivo estabelecer um elo entre o modo de funcionar das famílias e o comportamento das crianças.

Você já participou da primeira etapa da referida pesquisa e o presente convite envolve a participação em uma segunda etapa, de natureza qualitativa, na qual será realizada a aplicação de instrumentos de coparentalidade, estilos parentais, lembranças de cuidados parentais e funcionamento familiar, além de entrevista semiestruturada com uso de genograma.

A participação é voluntária. Caso você aceite participar, solicitamos a permissão para que possamos utilizar os instrumentos que por você serão respondidos. Apenas as pesquisadoras terão acesso direto às informações neles relatadas. Informamos, também, que a qualquer momento você poderá desistir da participação na pesquisa.

Considerando que a pesquisa tem como foco as relações familiares, é possível que a aplicação dos instrumentos incite em você alguma mobilização emocional. Nesse caso, as pesquisadoras estão disponíveis para acolher tais demandas, bem como indicar os devidos encaminhamentos, caso seja necessário. Por outro lado, a experiência de participar dessa pesquisa pode oportunizar a reflexão e o aprendizado sobre questões familiares.

Quaisquer informações adicionais ou esclarecimentos acerca desta pesquisa poderão ser obtidos junto aos pesquisadores pelo telefone (48) 37219984, ou pelos e-mails: simoneazeredo@yahoo.com.br e elisagelaboing@gmail.com.

Eu, Sr(a) _____, considero-me informado(a) sobre a segunda etapa da pesquisa “A transmissão

intergeracional da violência: a relação do conflito conjugal e parental com a agressividade entre pares de crianças de 4 a 6 anos”, e aceito participar da mesma. Além disso, afirmo consentir que os instrumentos sejam aplicados e utilizados para a coleta de dados e que recebi uma via deste termo.

_____, _____ de _____ de
2013. (Cidade) (Dia) (Mês)

Assinatura do Entrevistado

Psicóloga Simone Dill Azeredo Bolze
CRP 12/07491

Psicóloga Elisangela Boing
CRP 12/04190

ANEXO A

CÓDIGO: _____ DATA _____
 PARENTESCO COM A CRIANÇA _____

QUESTIONÁRIO SÓCIODEMOGRÁFICO

Por favor, responda as seguintes questões que se referem a informações gerais sobre você e sua família.

DADOS DA FAMÍLIA

- Informações demográficas

1. Cidade de residência

- Balneário Camboriú.....1
 Florianópolis..... 2
 Itajaí..... 3
 São José.....4

2. **Número de pessoas** (informar quem são as pessoas que moram na casa, sem contar os empregados. Incluir o respondente)

Total: _____ **pessoas**

3. **Quem vive na casa** (anotar idade)

- Respondente 1 _____Anos
 Companheiro(a) 2 _____Anos
 Filhos de 0 a 3 anos..... 3 Quantos? _____
 Filhos de 4 a 6 anos..... 4 Quantos? _____
 Filhos de 7 a 16 anos..... 5 Quantos? _____
 Filhos com mais de 16 anos..... 6 Quantos? _____
 Outras crianças e jovens menores de 18 anos (ex. enteados ou adotados, de criação, filhos de parentes e amigos)7 Quantos?

Outros parentes adultos 8 Quantos? _____

Amigos adultos 9 Quantos? _____

Total de pessoas declaradas na P.3: _____

- Quantos filhos frequentam a escola? _____ (contando a criança-alvo)

- Em que período a criança-alvo frequenta a escola? Manhã ();
Tarde () Integral ()

4. Composição familiar:

- Família nuclear pais biológicos de todos os filhos.....1
- Família nuclear pais adotivos da criança alvo.....2
- Família recasada com pais biológicos da criança alvo.....3
- Família recasada com madrastra da criança alvo.....4
- Família recasada com padrasto da criança alvo.....5
- Família recasada com mãe adotiva da criança alvo e padrasto.....6
- Família recasada com pai adotivo da criança alvo e madrastra.....7
- Família estendida com pais biológicos das crianças e outros parentes e amigos.....8
- Família estendida com madrastra da criança alvo e outros parentes e amigos.....9
- Família estendida com padrasto da criança alvo e outros parentes e amigos.....10
- Família estendida com pais adotivos das crianças e outros parentes e amigos.....11
- Família estendida com mãe adotiva e padrasto da criança alvo e outros parentes e amigos.....12
- Família estendida com pai adotivo e madrastra da criança alvo e outros parentes e amigos.....13

5. Escolaridade

A) Qual a sua escolaridade e qual a escolaridade de seu companheiro?
Quantos anos concluídos? _____

	Respondente	Companheiro(a)
Não alfabetizado	1	1
Ensino fundamental incompleto: primário incompleto	2	2
Ensino fundamental incompleto: primário completo e ginásio incompleto	3	3
Ensino fundamental completo	4	4
Ensino médio incompleto	5	5

Ensino médio completo	6	6
Ensino superior incompleto	7	7
Ensino superior completo	8	8
Pós-graduação	9	9
Não sabe	10	10

RENDA FAMILIAR

	Respondente	Companheiro (a)
6. Profissão		
7. Atividade atual		
8. Jornada de trabalho		

9. Você tem empregada/babá: () sim () não

10. Quem cuida da criança quando ela não está na escola: _____

11. Quem leva a criança para a escola: _____

12. Alguém da família faz uso de alguma medicação contínua () sim () não.

Quem? _____ Qual? _____

13. Renda familiar mensal

Por favor, vamos ver quanto você, seu/sua companheiro(a) e outras pessoas da casa ganham por mês. Vamos pensar no mês passado...

(Inclua salários, gorjetas, bicos, pensão, rendas de aluguel e outro capital, ajudas financeiras sistemáticas, etc. Registre sempre com,00. Se o respondente não souber, anote NÃO SABE).

	Salário	Outros Rendimentos	TOTAL (R\$)
Respondente			
Companheiro(a)			
Outro (anote abaixo o parentesco)			
Outro (anote abaixo o parentesco)			
Outro (anote abaixo o parentesco)			
Outro (anote abaixo o parentesco)			

Renda familiar total do mês passado

14. Existe(m) algum(ns) mês(es) do ano no(s) qual(is) a renda total é muito maior ou menor do que a do mês passado?

- Sim.....1
 Não2
 Não sei3

No mês em que é maior, qual é essa variação?

No mês em que é menor, qual é essa variação?

Se houver, faça a soma da renda dos diferentes meses, calcule a média e classifique conforme opções a seguir:

- Menos de R\$100,00 1

- R\$101,00 a R\$200,00 2
- R\$201,00 a R\$300,00 3
- R\$301,00 a R\$400,00 4
- R\$401,00 a R\$500,00 5
- R\$501,00 a R\$600,00 6
- R\$601,00 a R\$800,00 7
- R\$801,00 a R\$1.000,00.....8
- R\$1.001,00 a R\$1.300,00 9
- R\$1.301,00 a R\$1.600,0010
- R\$1.601,00 a R\$2.000,0011
- R\$2.001,00 a R\$3.000,0012
- R\$3.001,00 a R\$4.000,0013
- Acima de R\$4.000,00.....14

15. Número de cômodos da residência:

Quantos cômodos tem sua casa? (Incluir quarto, cozinha, banheiro e varanda):_____

16. Tipo de Casa:

Casa de alvenaria () Casa de Madeira () Casa Mista ()

Observações:_____

ANEXO B

CÓDIGO: _____ DATA _____ PARENTESCO COM A CRIANÇA _____

(CTS2)

Mesmo que um casal se entenda muito bem, pode acontecer que os cônjuges tenham desavenças, que eles se contrariem, que tenham expectativas diferentes ou que tenham discussões ou brigas simplesmente porque estão de mau humor, cansados ou por outra razão. Eles se valem de diversos meios para tentar resolver seus conflitos. Você encontrará abaixo uma lista dos meios que podem ter sido utilizados quando você e seu cônjuge estavam em desacordo. Circule o número de vezes em que você se utilizou desses meios e quantas vezes seu parceiro os utilizou ao longo do último ano. Se você e seu parceiro não utilizaram esses meios ao longo do último ano, mas já os utilizaram antes, circule o número 7.

1 = 1 vez durante o último ano	5 = 11 à 20 vezes durante o último ano
2 = 2 vezes durante o último ano	6 = + de 20 vezes durante o último ano
3 = 3 à 5 vezes durante o último ano	7 = não, no último ano, mas isso já aconteceu antes
4 = 6 à 10 vezes durante o último ano	0 = isso nunca aconteceu

1. Você mostrou que se importava com ele(ela) mesmo que vocês estivessem discordando?	1	2	3	4	5	6	7	0
2. Seu(sua) companheiro(a) mostrou que se importava com você mesmo que vocês estivessem	1	2	3	4	5	6	7	0

discordando?									
3.	Você explicou para seu(sua) companheiro(a) o que você não concordava com ele(ela)?	1	2	3	4	5	6	7	0
4.	Seu(sua) companheiro(a) explicou para você o que ele(a) não concordava com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
5.	Você insultou ou xingou seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
6.	Seu(sua) companheiro(a) insultou ou xingou você?	1	2	3	4	5	6	7	0
7.	Você jogou alguma coisa no(a) seu(sua) companheiro(a) que poderia tê-lo(a) machucado?	1	2	3	4	5	6	7	0
8.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
9.	Você torceu o braço de seu(sua) companheiro(a) ou puxou o cabelo dele(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
10.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
11.	Você teve uma torção, contusão, « mancha roxa » ou pequeno corte por causa de uma briga com seu(sua)	1	2	3	4	5	6	7	0

companheiro(a)?

12.	Seu(sua) companheiro(a) teve uma torção, contusão, « mancha roxa » ou pequeno corte por causa de uma briga com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
13.	Você mostrou que respeitava os pontos de vista e os sentimentos dele(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
14.	Seu(sua) companheiro(a) mostrou que respeitava os seus pontos de vista e os seus sentimentos?	1	2	3	4	5	6	7	0
15.	Você obrigou seu(sua) companheira a fazer sexo sem usar camisinha?	1	2	3	4	5	6	7	0
16.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
17.	Você deu um empurrão em seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
18.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
19.	Você usou de força como, por exemplo, segurar ou bater nele(a) ou usar uma arma, para obrigar seu(sua) companheiro(a) a fazer	1	2	3	4	5	6	7	0

sexo oral ou anal com
você?

20.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
21.	Você usou uma faca ou arma contra seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
22.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
23.	Você desmaiou ao levar uma pancada na cabeça durante uma briga com seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
24.	Seu(sua) companheiro(a) desmaiou ao levar uma pancada na cabeça durante uma briga com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
25.	Você chamou seu(sua) companheiro(a) de gordo(a), feio(a) ou alguma coisa parecida?	1	2	3	4	5	6	7	0
26.	Seu(sua) companheiro(a) chamou você de gordo(a), feio(a) ou alguma coisa parecida?	1	2	3	4	5	6	7	0
27.	Você deu um murro ou acertou seu(sua) companheiro(a) com alguma coisa que pudesse machucar?	1	2	3	4	5	6	7	0

28.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
29.	Você destruiu alguma coisa que pertencia a seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
30.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
31.	Você foi a um médico ou serviço de saúde por causa de uma briga com seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
32.	Seu(sua) companheiro(a) foi a um médico ou serviço de saúde por causa de uma briga com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
33.	Você sufocou ou estrangulou seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
34.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
35.	Você gritou ou berrou com seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
36.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
37.	Você jogou seu(sua) companheiro(a) contra a parede com força?	1	2	3	4	5	6	7	0
38.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
39.	Você disse para ele(a) que achava que vocês	1	2	3	4	5	6	7	0

poderiam resolver o problema?

40. Seu(sua) companheiro(a) disse para que achava que vocês poderiam resolver o problema? 1 2 3 4 5 6 7 0

41. Você deveria ter ido a um médico ou serviço de saúde por causa de uma briga com seu(sua) companheiro(a), mas não foi? 1 2 3 4 5 6 7 0

42. Seu(sua) companheiro(a) deveria ter ido a um médico ou serviço de saúde por causa de uma briga com você, mas não foi? 1 2 3 4 5 6 7 0

43. Você deu uma surra em seu(sua) companheiro(a)? 1 2 3 4 5 6 7 0

44. Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você? 1 2 3 4 5 6 7 0

45. Você segurou seu(sua) companheiro(a) com força? 1 2 3 4 5 6 7 0

46. Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você? 1 2 3 4 5 6 7 0

47. Você usou de força como, por exemplo, segurar ou bater nele(a) ou usar uma arma para obrigar seu(sua) companheiro(a) a fazer 1 2 3 4 5 6 7 0

sexo com você?

48.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
49.	Você virou as costas e foi embora no meio de uma discussão?	1	2	3	4	5	6	7	0
50.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
51.	Você insistiu em fazer sexo quando seu(sua) companheiro(a) não queria, sem usar força física?	1	2	3	4	5	6	7	0
52.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
53.	Você deu um tabefe ou bofetada em seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
54.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
55.	Você quebrou um osso por causa de uma briga com seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
56.	Seu(sua) companheiro(a) quebrou um osso por causa de uma briga com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
57.	Você fez ameaças para obrigar seu(sua) companheiro(a) a fazer sexo oral ou anal com	1	2	3	4	5	6	7	0

você?									
58.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
59.	Você sugeriu que procurassem juntos uma solução para resolver as diferenças ou desavenças?	1	2	3	4	5	6	7	0
60.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
61.	Você queimou ou derramou líquido quente em seu(sua) companheiro(a) de propósito?	1	2	3	4	5	6	7	0
62.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
63.	Você insistiu para que seu(sua) companheira fizesse sexo oral ou anal com você sem usar a força física?	1	2	3	4	5	6	7	0
64.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
65.	Você acusou seu(sua) companheiro(a) de ser « ruim de cama »?	1	2	3	4	5	6	7	0
66.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
67.	Você fez alguma coisa para ofender seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
68.	Seu(sua) companheiro(a) fez	1	2	3	4	5	6	7	0

isso com você?

69.	Você ameaçou acertar ou jogar alguma coisa em seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
70.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
71.	Você sentiu dores no corpo que duraram até o dia seguinte por causa de uma briga com seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
72.	Seu(sua) companheiro(a) sentiu dores no corpo que duraram até o dia seguinte por causa de uma briga com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
73.	Você chutou seu(sua) companheiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
74.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
75.	Você fez ameaças para obrigar seu(sua) companheiro(a) a fazer sexo com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
76.	Seu(sua) companheiro(a) fez isso com você?	1	2	3	4	5	6	7	0
77.	Você concordou com a solução que foi sugerida por ele(a)?	1	2	3	4	5	6	7	0
78.	Seu(sua) companheiro(a) concordou com a solução que foi sugerida por você?	1	2	3	4	5	6	7	0

Copyright © 1995 Straus, Hamby, Boney-McCoy & Sugarman. Traduit par Y. Lussier (1997) grâce à une permission spéciale des auteurs.

ANEXO C**CÓDIGO:** _____ **DATA** _____**PARENTESCO COM A CRIANÇA** _____**Idade da Criança em anos e meses:** _____**Sexo:** M ou F**CTSPC**

Pais e filhos utilizam numerosos meios para tentar resolver seus problemas. As questões abaixo são sobre os desacordos e brigas que existem de vez em quando entre pais e filhos. É normal que esses desacordos existam, isso acontece em todas as famílias. Às vezes, conseguimos resolver sem conflitos; outras vezes é bem mais difícil.

*Você encontrará aqui abaixo uma lista de meios que podem ser úteis quando você e seu filho estiverem em situação de conflito. Certas questões vão parecer embaraçosas; não se preocupe e tente responder a cada questão o mais espontaneamente possível. Responda pensando em seu filho que participa deste estudo. Garantimos que **todas as suas respostas serão estritamente confidenciais e anônimas.***

**QUANDO VOCÊ TEVE UM PROBLEMA COM SEU FILHO,
QUANTAS VEZES, NO ESPAÇO DE UM ANO:**

1) Você explicou a (xxx – nome da criança) por que o que ele/a estava fazendo estava errado?

(Faça um círculo no número correspondente ao número de vezes)

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

2) Você o/a colocou de castigo do tipo: mandou-o ficar em seu quarto ou em qualquer outro lugar?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

3) Você sacudiu (xxx – nome da criança)?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

4) Você bateu no bumbum dele/a com alguma coisa como um cinto, chinelo, escova de cabelo, vara ou outro

objeto duro?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

5) Você deu a ele/a outra coisa para fazer em vez daquilo que ele/a estava fazendo de errado?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

6) Você falou alto, berrou ou gritou com (xxx – nome da criança)?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

7) Você bateu com a mão fechada ou deu um chute com força nele/a?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

8) Você deu uma palmada no bumbum de (xxx – nome da criança)?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

9) Você o agarrou pelo pescoço e o sacudiu?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

10) Você xingou ou praguejou, quer dizer, rogou praga, contra ele/a?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

11) Você bateu muito em (xxx – nome da criança), ou seja, bateu nele/a sem parar, o máximo que você conseguiu?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

12) Você disse alguma vez que iria expulsá-lo/a de casa ou enxotá-lo/a para fora de casa?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

13) Você queimou (xxx – nome da criança) ou derramou líquido quente nele de propósito?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

14) Você ameaçou dar um tapa nele/a, mas não deu?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

15) Você bateu em alguma parte do corpo dele diferente do bumbum com alguma coisa como um cinto, chinelo, escova de cabelo, vara ou outro objeto duro?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

16) Você deu um tapa na mão, no braço ou na perna de (xxx – nome da criança)?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

17) Você tirou as regalias dele/a ou deixou-o/a sem sair de casa?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

18) Você deu um beliscão em (xxx – nome da criança)?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

19) Você o/a ameaçou com uma faca ou arma?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

20) Você jogou (xxx – nome da criança) no chão?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

21) Você o/a chamou de estúpido/a, burro/a, preguiçoso/a ou de outra coisa parecida?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7


22) Você deu um tapa/bofetada no rosto, na cabeça ou nas orelhas de (xxx nome da criança)?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

ANEXO D

Page 1 of 1

Certificado



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CERTIFICADO Nº 520

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, instituído pela PORTARIA N.º 1584 GR-99 de 04 de novembro de 1999, com base nas normas para a constituição e funcionamento do CEPSH, considerando o conteúdo no Regulamento Interno do CEPSH, CERTIFICA que os procedimentos que envolvem seres humanos no projeto de pesquisa abaixo especificado estão de acordo com os princípios éticos estabelecidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP.

APROVADO

PROCESSO: 520 FR. 305291

TÍTULO: idade
A. transmissão intragenesional da violência e rebaixo do conflito conjugal e parental com a agressividade entre pares de crianças de quatro a seis anos de

AUTOR: Maria Aparecida Crepaldi, Professor; Mauro Luis Vieira, Alunos de Pós-Graduação; Simone Azeredo (Mestrado), Lauren Beltrão (Mestrado), Carina Bossard (Mestrado), Alunos de Graduação; Beatriz Schmidt

FLORIANÓPOLIS, 30 de Novembro de 2009.

Coordenadora do CEPSH/UFSC

http://www.cep.ufsc.br/projeto_cep/certificado/certificado.php?id_pesquisa=520

30/11/2009

ANEXO E

Plataforma Brasil - Ministério da Saúde

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

PROJETO DE PESQUISA

Título: A transmissão intergeracional da violência: a relação do conflito conjugal e parental com a agressividade entre pares de crianças de quatro a seis anos de idade

Área Temática:

Pesquisador: Maria Aparecida Crepaldi**Versão:** 1**Instituição:** Universidade Federal de Santa Catarina**CAAE:** 03540312.1.0000.0121

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Número do Parecer: 37888**Data da Relatoria:** 11/06/2012**Apresentação do Projeto:**

O presente projeto intitulado „A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA VIOLÊNCIA: A RELAÇÃO DO CONFLITO CONJUGAL E PARENTAL COM A AGRESSIVIDADE ENTRE PARES DE CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR“, refere-se a projeto de pesquisa realizado por profissionais do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Trata-se de ampliação de projeto desenvolvido e apresentado anteriormente ao Cep da UFSC.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa em questão tem por objetivo estabelecer um elo entre a violência conjugal, o abuso dos pais em relação às crianças e a agressão das crianças de quatro a seis anos de idade entre si, propondo um modelo de transmissão intergeracional da violência. De forma específica os pesquisadores propõem investigar a relação entre relacionamentos conjugais e interpais e a modulação do comportamento agressivo em crianças de quatro a seis anos de idade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme declaração dos pesquisadores não existe risco aos participantes da pesquisa em decorrência da metodologia utilizada.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A presente pesquisa está sendo desenvolvida desde o ano de 2010 e foi realizada junto a uma amostra populacional de 150 famílias, da região da Grande Florianópolis e do Município de Itajaí, compostas de um casal tendo pelo menos dois filhos. Os pais eram biológicos ou não e deveriam estar vivendo juntos por pelo menos um ano. Nessa primeira etapa da pesquisa pais e mães responderam aos seguintes instrumentos: Questionário Sócio-demográfico; Entrevista de Investimento e Cuidado de Pai e Mãe; Escala de Investimento Parental; Questionário de Engajamento Paterno; Questionário de Violência Interparental. A presente solicitação refere-se a segunda etapa da pesquisa na qual os pesquisadores propõem retomar o contato com alguns dos sujeitos (famílias) que participaram da primeira etapa com o objetivo de realizar entrevistas e observação de um episódio de interação pais-criança. As famílias serão informadas sobre o procedimento de uma segunda visita para o procedimento da nova coleta de dados, bem como, serão contatadas para a assinatura de um novo TCLE. No que diz respeito à análise está será quantitativa a partir da Estatística Descritiva e qualitativa a partir da análise de Conteúdo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos e documentos solicitados encontram-se anexados ao processo.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Informamos que a pesquisa apresenta a documentação exigida pelo Comitê de Ética em Pesquisa, bem como, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido encontra-se anexado ao processo. O projeto apresenta referências teóricas e procedimentos metodológicos adequados ao seu objetivo, bem como, o pesquisador responsável apresenta a experiência e a competência demonstrada no currículo Lattes.

A considerar esses aspectos, somos de parecer favorável à aprovação da pesquisa.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 17 de Junho de 2012

Assinado por:

Washington Portela de Souza